

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARIA CECÍLIA DE MIRANDA FERREIRA GOMES DE MELO

**O BOOM DO PETRÓLEO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NA NIGÉRIA
(1970-2007)**

Santana do Livramento

2025

MARIA CECÍLIA DE MIRANDA FERREIRA GOMES DE MELO

**O BOOM DO PETRÓLEO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NA NIGÉRIA
(1970-2007)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kamilla Raquel Rizzi

**Santana do Livramento
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M528b Melo, Maria Cecília de Miranda Ferreira Gomes de
O boom do petróleo e o desenvolvimento humano na Nigéria
(1970-2007) / Maria Cecília de Miranda Ferreira Gomes de Melo.
90 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2025.
"Orientação: Kamilla Raquel Rizzi".

1. Nigéria. 2. Desenvolvimento Humano. 3. Petróleo. 4.
Maldição dos Recursos. 5. Crescimento Econômico. I. Título

MARIA CECÍLIA DE MIRANDA FERREIRA GOMES DE MELO

**O BOOM DO PETRÓLEO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NA NIGÉRIA
(1970-2007)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 24/06/2025.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
UNIPAMPA

Ms. Isabella Cruzichi da Silva
UFRGS

Dedico este trabalho aos meus avós, Romildo Gomes e Maria Cecília Gomes, e a minha mãe, Rosana Gomes, que fizeram das tripas coração para me proporcionar o melhor possível.

AGRADECIMENTO

Sair de Pernambuco para chegar no interior do Rio Grande do Sul foi uma das escolhas mais importantes da minha vida, foram os três anos e meio mais rápidos, felizes e conturbados da minha vida. Hoje, enxergo a diferença discrepante da Cecília de 2021, quando entrei na faculdade, para a Cecília de 2025, agora que estou saindo. Eu só consegui ir atrás dos meus sonhos por causa principalmente de quatro pessoas, e a elas, dedico o primeiro agradecimento: minha mãe, meus avós e o meu pai.

À Rosana Gomes, minha mãe, agradeço primeiramente, por ter me colocado no mundo, por ter me criado e me auxiliado a melhorar a cada dia. Mãe, obrigada por todo o carinho, toda a atenção e todo o amor incondicional que a senhora tem por mim, você foi minha maior torcedora e apoiadora. Ser amada por Rosana Gomes é saber que você terá o apoio incondicional ao seu lado, uma mulher que torce vividamente por todos e quer sempre o melhor para todo mundo. Obrigada por me ensinar a amar os outros, hoje eu amo com todo o meu coração e eu aprendi com a melhor, te amo.

Aos meus avós, Romildo e Cecília Gomes, que estiveram comigo sempre e para sempre. Não existem no mundo duas pessoas que eu admire mais do que vocês. Vó, suas histórias e conquistas me motivam a ser quem eu sou. Vô, espero que um dia eu consiga ter metade de sua determinação e força de vontade. Todas as palavras que eu possa escrever para vocês não conseguiria demonstrar o nível de amor que eu sinto. Obrigada aos dois, por todo o amor, todo o carinho, todo o apoio e toda a compreensão que vocês depositam em mim. Nunca serei capaz de retribuir o que vocês fizeram por mim, e por isso esse diploma é nosso!

Ao meu pai, José de Melo Filho, que mesmo com sua distância se fez presente. Obrigada por tudo pai, sei que você sempre deu o seu melhor para que eu estivesse bem. Com você aprendi a ver o mundo como ele é de verdade, o ceticismo as vezes é necessário. Te amo.

Além dessas quatro pessoas, houveram outras que estiveram presente de mente e corpo em minha trajetória, e a elas, sou eternamente grata.

À minha irmã Victoria, que sempre esteve ao meu lado, sempre me apoiou e para sempre será minha melhor amiga. Te amo demais, obrigada por todos os momentos juntas, por dividir neurônios comigo. Com você sei que tenho a melhor parceira de crime possível. Irmãs por acidente, amigas por opção. Te amo muito Vi.

À minha irmã Heloísa, minha bebezinha para sempre. Obrigada por me ensinar paciência e resiliência, por ser essa menina incrível e engraçada que você é. Espero te ensinar muitas coisas sobre a vida, e quero que saiba que sempre pode contar com sua irmã mais velha

para tudo, eu sempre vou estar aqui. Perder seu crescimento enquanto eu fazia minha faculdade foi uma das coisas mais difíceis que tive que fazer, mas ver a cada ano que passa a menina incrível que você tá se formando enche meu coração de alegria.

À Betânia, minha segunda mãe. Você é uma das maiores constantes da minha vida, a falta que você faz diariamente é imensurável. Te amar é uma das coisas mais fáceis que eu já fiz, estarei contigo para sempre. Obrigada por todo o apoio e por acreditar em mim quando eu não acreditava.

Aos meus tios e tias, agradeço pela família singular que me proporcionaram, vocês são os meus maiores apoiadores. Sei que minha vitória é a nossa vitória. Amo muito vocês, obrigada por estarem presentes na minha vida tão constantemente.

Aos meus primos-irmãos, Pedro, Francisco, Gustavo, Romildinho e Mariana, que cresceram comigo, que estiveram do meu lado desde sempre. Com vocês eu encontro a parceria, a irmandade e o amor incondicional. Aos meus primos mais novos, João, Henrique, Maria e Aurora, que eu amo absurdamente e só desejo o bem, vai ser lindo ver vocês trilhando seus caminhos. Ao meu primo do coração, Jhonnatan, que chegou na minha vida e já teve seu espaço de primo confirmado, obrigada por todas as conversas e entendimentos, você é um amigo incrível, amo você.

À Thais Vitória, minha confidente. Não existe outra pessoa no mundo que me amou em tantas fases da minha vida quanto você me amou. Você não tinha obrigação nenhuma de estar ao meu lado, de me apoiar em tudo, e mesmo assim você escolheu estar. Não existe Cecília sem Thaís, a sua amizade é uma das mais importantes da minha vida. Te amo absurdamente amiga, sua conquista é a minha conquista, estamos juntas para tudo.

À Melissa Ventura, minha grande pequena irmã gêmea. Nossa amizade me diverte e me faz feliz. Ser sua amiga é saber que apesar de qualquer coisa, você ainda estará lá por mim, e eu por você. Te amo muito amiga, suas vitórias e conquistas são minhas também.

À Júlia Freitas e Júlia Alves, nosso galinheiro apocalíptico. Não existe amizade tão leve quanto com vocês, nosso companheirismo e amizade me causa alegria instantânea. É impossível estar triste perto de vocês. Saudades imensas de nós três juntas, até que a vida ficou no caminho e nos jogou cada uma para um lado.

À Francisco Perazzo, o ser humano mais bondoso e incrível que eu já conheci. Sua amizade é uma das coisas que me motiva a viver e ser feliz. Com você, me inspiro a ser minha melhor versão. Estar concluindo essa fase da vida comitadamente com você me alegra, me sinto conectada de alguma forma. Sei que a nossa amizade é para sempre, pois é impossível não ser.

Ao paarchisi, Mel, Pedro, Bruna e Tainá, vocês estiveram comigo na conclusão do ensino médio e seguem comigo na conclusão da faculdade. Nossa amizade é algo leve e alegre, dividir os momentos importantes com vocês é muito especial para mim. Obrigada por absolutamente tudo, mesmo com toda a distância, a importância de vocês para mim não diminuiu.

À Mouth das Gu, que eu dedico todo o meu coração. Ao Luci e a Minnie, meus gatos incríveis e maravilhosos.

À Camila Rafaeli, por ser simplesmente a melhor amiga e pessoa. Nossa parceria, lealdade, amizade e companheirismo não podem ser explicados por ninguém. Eu não completaria minha graduação se não fosse por você. Obrigada por acreditar em mim sempre, principalmente quando eu não acreditava. Com você eu encontrei a melhor parceira da vida. Não existe nada que eu possa escrever aqui que eu já não tenha te dito milhões de vezes, por isso, não me estenderei. Te amo Camis. Obrigada.

À Italo Esquerdo, por ser o irmão que eu nunca tive. Você sempre esteve ali quando eu precisei e tive que contar, e eu sempre vou estar aqui quando você precisar contar com alguém. A nossa amizade sempre será algo singular, que eu nunca encontrei com absolutamente ninguém. É absurdo a forma como a gente se entende em pequenas coisas. É fora do comum o amor que sinto por você curumizinho. Obrigada por tudo.

À Jade Batman, Pepe e Gabi Rock, pessoas incríveis que a mansão me proporcionou. A nossa amizade foi arrebatadora e maravilhosa, rir com vocês sempre foi mais fácil. Saudades eternas de 2023.

À Samuel e Cadu, meus princesos maravilhosos que se fincaram em minha vida, graças a deus. Agradeço imensamente que a nossa amizade exista, vocês são pessoas incríveis e maravilhosas que eu quero levar para a minha vida inteira. Vocês se fazem presentes mesmo nos momentos mais difíceis e por isso, eu agradeço. Amo vocês com todo o meu coração e lutarei com vocês até o fim.

Aos meus novos amores, Kaila Rúbia, Maria Jullya e Arthur Nogueira. A facilidade como a gente se entende é fora do normal. Ter a presença de vocês na minha reta final na faculdade foi essencial, agradeço todos os dias por ter vocês na minha vida. São os acasos mais importantes e necessários que já aconteceram. Maju, você me entende como ninguém, eu não consigo imaginar a nossa amizade com nenhuma outra pessoa no mundo. Kaila, você é um ser de luz maravilhoso e incrível, obrigada por ter me dado a oportunidade de te conhecer melhor. Arthur, que parceria absurda que a gente tem, comigo você sabe que pode contar para tudo. E

a vocês três, não pensei que se tornariam pessoas tão essenciais em minha vida, mas não existe mais futuro sem vocês.

À Toninho Camargo, que esteve comigo desde 2022 e se infiltrou da melhor forma possível na minha vida. A passagem por Santana do Livramento foi mais fácil com você. Obrigada por me mostrar as coisas boas da vida, a risada sincera e a lealdade nas pequenas coisas. Te amo Tonis.

À Kairo Morais, meu melhor amigo que sempre me escuta e me dá conselhos maravilhosos. Sem você eu teria trancado a faculdade em 2022, assim, esse diploma também é seu. Obrigada por ser quem é, te amo muito.

Ao Breno da Rosa e Luiz Felipe, meus amigos maravilhosos que sempre estiveram comigo. Contar com vocês é algo que eu sei que eu sempre posso. Com vocês encontrei uma amizade brilhante, divertida, alegre e leve, que fez tolerável esses anos de faculdade.

À minha orientadora, Kamilla Rizzi, que teve paciência e dedicação para me guiar nesse momento tão importante quanto a conclusão de curso, além de ter sido uma excelente professora ao longo da minha graduação. Agradeço também a minha banca, Flávio Lira, que também fez parte da minha graduação, com ele aprendi a ser mais tolerante. Agradeço também a Isabella Cruzichi, minha banca, que dedicou seu tempo a ler e avaliar o meu trabalho. Agradeço também a Anna Carletti, que foi uma mulher maravilhosa que esteve comigo ao longo da minha graduação, como professora, coordenadora e amiga.

Agradeço finalmente, a Universidade Federal do Pampa. Essa faculdade me trouxe momentos memoráveis, com sua diversidade e singularidade. A experiência de passar pelo campus Santana do Livramento é única. O potencial que a UNIPAMPA possui ainda é subestimado pela população santanense, e espero que um dia, a faculdade prove sua necessidade e importância na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da exploração petrolífera no desenvolvimento humano da Nigéria entre os anos de 1970 e 2007. A pesquisa parte da constatação de que, embora o país tenha registrado um expressivo aumento nas receitas oriundas do petróleo a partir da década de 1970, seus indicadores sociais permaneceram baixos, refletindo uma persistente desigualdade no acesso a serviços públicos essenciais. A investigação se justifica pela importância estratégica da Nigéria no cenário energético global e pelos recorrentes dilemas enfrentados por países exportadores de recursos naturais. A metodologia adotada é qualitativa, com base em ampla revisão bibliográfica e análise documental, utilizando dados de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de obras acadêmicas que discutem os conceitos de Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maldição dos recursos e desenvolvimento com liberdade. A análise histórica abrange diferentes períodos da política nigeriana — incluindo governos civis e militares — com foco na forma como esses regimes geriram a receita petrolífera. Os resultados demonstram que a ausência de políticas públicas efetivas, somada à má gestão, corrupção endêmica e fragilidade institucional, impediu que a riqueza do petróleo se convertesse em melhorias substanciais nas condições de vida da população. Conclui-se que, no caso nigeriano, a abundância de recursos não resultou em progresso social, evidenciando a importância da qualidade das instituições e da governança para a efetivação do desenvolvimento humano.

Palavras-Chave: Nigéria; Desenvolvimento Humano; Petróleo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the impacts of oil exploration on human development in Nigeria between 1970 and 2007. The research is grounded in the observation that, although the country experienced a significant increase in oil revenues starting in the 1970s, its social indicators remained low, reflecting persistent inequality in access to essential public services. The investigation is justified by Nigeria's strategic importance in the global energy landscape and the recurring challenges faced by resource-exporting countries. The methodology employed is qualitative, based on an extensive literature review and documentary analysis, utilizing data from international organizations such as the World Bank and the United Nations Development Programme (PNUD), as well as academic works addressing concepts such as Gross Domestic Product (GDP), the Human Development Index (HDI), the resource curse, and development with freedom. The historical analysis covers different periods of Nigerian politics—including both civilian and military governments—with a focus on how these regimes managed oil revenues. The results demonstrate that the absence of effective public policies, combined with mismanagement, endemic corruption, and institutional weakness, prevented oil wealth from translating into substantial improvements in the population's living conditions. It is concluded that, in the Nigerian case, resource abundance did not lead to social progress, highlighting the crucial role of institutional quality and governance in achieving human development.

Keywords: Nigeria; Human Development; Oil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Preço médio do barril do petróleo.....	74
Gráfico 2 - Porcentagem do petróleo no PIB nigeriano.....	76
Gráfico 3 - Evolução do PIB na Nigéria.....	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Nigéria (1914).....	32
Figura 2 - Nigéria e a questão territorial de Biafra (1967-1970).....	41
Figura 3 - Mapa atual da Nigéria (2025).....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação do IDH.....	26
Tabela 2 - Exportação e produção de petróleo.....	71
Tabela 3 - A evolução do IDH na Nigéria.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD – Alliance for Democracy
- AG – Action Group
- APP – All People’s Party
- CA – Constituent Assembly
- CCC – Constitutional Committee Commission
- CDC – Constitution Drafting Committee
- CRC – Constitution Review Committee
- EFCC – Economic and Financial Crimes Commission
- EITI – Extractive Industries Transparency Initiative
- FEDECO – Federal Electoral Commission
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNDP – First Nation Development Plan
- GFM – Governo Federal Militar
- ICPC – Independent Corrupt Practices Commission
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INEC – Independent Nacional Electoral Commission
- LEEDS – Local Economic Empowerment and Development Strategy
- MAMSER – Mass Mobilization for Social Justice and Economic Recovery
- MOSOP – Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni
- NCNC – National Council of Nigerian Citizens
- NCC – National Constitutional Conference
- NDDC – Niger Delta Development Commission
- NEC – National Electoral Commission
- NECON – National Electoral Commission of Nigeria
- NEEDS – National Economic Empowerment and Development Strategy
- NEITI – Nigeria Extractive Industries Transparency Initiative
- NNDP – Nigerian National Democratic Party
- NNA – Nigerian National Alliance
- NNPC – Nigeria National Petroleum Company
- NPC – Northern People’s Congress
- NPN – National Party of Nigeria
- NPP – Nigerian People's Party

NYM – Movimento Nigeriano Jovem
OIC – Organização da Conferência Islâmica
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA – Organização da Unidade Africana
PAC – Presidential Advisory Committee
PDP – People’s Democratic Party
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTF – Petroleum Trust Fund
RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB – Renda Nacional Bruta
SAP – Structural Adjustment Program
SDP – Social Democratic Party
SEEDS – State Economic Empowerment and Development Strategy
SGM – Segunda Guerra Mundial
SNDP – Second National Development Plan
SPDC – Shell Petroleum Development Company of Nigeria
TNDP – Third National Development Plan
UPGA – United Progressive Grand Alliance
UPN – Unity Party of Nigeria
WAI – War Against Indiscipline

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO.....	22
2.1 Produto Interno Bruto - PIB.....	22
2.2 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....	24
2.3 Desenvolvimento com Liberdade.....	27
2.4 Maldição dos Recursos.....	28
3 AS ERAS NIGERIANAS.....	30
3.1 Nigéria Colonial.....	30
3.2 1º República.....	35
3.3 1º Regime Militar.....	40
3.3.1 Yakubu Gowon 1966-1975.....	40
3.3.2 Murtala Mohammad 1975-1976.....	47
3.3.3 Olusegun Obasanjo 1976-1979.....	49
3.4 2º República.....	50
3.4.1 Shehu Shagari 1979-1983.....	50
3.5 2º Regime Militar.....	53
3.5.1 Muhammadu Buhari 1983-1985.....	53
3.5.2 Ibrahim Babangida 1985-1993.....	56
3.5.3 3º República (ERNEST SHONEKAN) ago 1993-nov 1993.....	61
3.6 3º Regime Militar.....	62
3.6.1 Sani Abacha 1993-1998.....	62
3.6.2 Abdulsalami Abubakar 1998-1999.....	64
3.7 4º República.....	65
3.7.1 Olusegun Obasanjo 1999-2007.....	65
4 O OURO NIGERIANO.....	68
4.1 Nasce uma indústria petrolífera.....	69
4.2 A ascensão instável do petróleo.....	71
4.3 A OPEP e os choques externos.....	73
4.4 Dependência estrutural e a má gestão da renda petrolífera.....	75
5 DESENVOLVIMENTO DA NIGÉRIA: ENTRE AVANÇOS E ESTAGNAÇÕES.....	78
5.1 O Petróleo como Promessa de Desenvolvimento.....	78
5.2 A Maldição dos Recursos: O Caso Nigeriano.....	81
5.3 Indicadores de Desenvolvimento.....	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Localizada na África Ocidental, a Nigéria enfrenta grandes desafios em termos de desenvolvimento humano, apesar de ser um dos países com maior produção de petróleo e uma das maiores economias do mundo. A partir da década de 1970, as receitas oriundas da exploração do petróleo aumentaram significativamente, em contrapartida, seus indicadores sociais, como o índice de desenvolvimento humano (IDH), expectativa de vida e educação, permaneceram baixos. Esse contraste na sociedade nigeriana revela os problemas complexos do país, como má gestão, corrupção e desigualdade.

Essa má distribuição dos recursos é algo visto em diversos países ricos em petróleo, porém, se torna necessário estudar o caso da Nigéria, tendo em vista sua importância no continente africano e no ramo petrolífero. É necessário, portanto, compreender como as riquezas naturais da Nigéria agravam a desigualdade social no país, quando deveriam ter impulsionado o bem-estar da população. A fim de aprofundar a compreensão do conceito de desenvolvimento humano, aplicamos o caso da Nigéria, dada a instabilidade econômica e social, bem como a complexidade estrutural de suas instituições.

Este estudo revela-se relevante para a compreensão dos desafios e oportunidades para um desenvolvimento socioeconômico no contexto internacional. Dessa forma, o estudo visa contribuir para o entendimento de como a riqueza gerada pelo petróleo na Nigéria impactou o desenvolvimento humano, oferecendo uma análise que pode embasar futuras políticas públicas e acordos internacionais voltados ao desenvolvimento em nações emergentes no período de 1970 a 2007.

O país foi marcado por um legado colonial problemático, com uma instabilidade política e institucional crônica, e com a má gestão de recursos profundamente enraizada em sua trajetória histórica. Este trabalho busca preencher uma lacuna existente nos estudos nigerianos, tendo em vista que grande parte dos estudos se concentra isoladamente nas dimensões econômicas, nos conflitos internos ou nos aspectos sociais, sem integrar essas esferas em uma análise abrangente. O trabalho busca analisar especificamente os impactos sociais da exploração do petróleo, principalmente nas áreas de serviços públicos e qualidade de vida.

Com isso, pergunta-se: de que maneira a exploração do petróleo na Nigéria entre 1970 e 2007 impactou o desenvolvimento humano, em termos de avanços sociais da população? O trabalho parte da hipótese de que, apesar do enorme potencial da exploração petrolífera para financiar serviços públicos importantes e de qualidade, a má alocação de recursos e a corrupção

constante dos governos impediram avanços significativos na qualidade de vida da população, em termos de indicadores sociais.

Este trabalho tem como objetivo geral a compreensão da gestão presidencial da Nigéria, entre 1970 e 2007, e como foi procurado o desenvolvimento socioeconômico em meio a consolidação de um sistema democrático funcional. A busca pela compreensão das políticas governamentais se dá pela falta de desenvolvimento apesar da riqueza do país. Entender a evasão dos recursos do petróleo a partir do estudo da administração da Nigéria é importante para a construção de estudos sobre o país.

Adota-se, aqui, uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e analítica, com ênfase na análise crítica da realidade socioeconômica nigeriana entre os anos de 1970 e 2007, à luz do conceito de desenvolvimento humano. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade dos fatores históricos, políticos, sociais e econômicos envolvidos na análise do impacto da exploração petrolífera sobre o desenvolvimento humano. Pelo caráter multidisciplinar do objeto do estudo, a metodologia fundamenta-se em três pilares: revisão bibliográfica e análise histórico-comparativa.

A revisão bibliográfica foi conduzida com o objetivo de compreender os principais conceitos que embasam o trabalho: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvimento com liberdade (Sen, 2000) e a teoria da maldição dos recursos naturais (Auty, 1993; Gary e Karl, 2003). Foram mobilizadas obras clássicas e contemporâneas de economia do desenvolvimento, Relações Internacionais e ciência política. A seleção dos autores seguiu o critério de relevância teórica e recorrência em publicações acadêmicas consolidadas. Tendo a coleta e interpretação de dados secundários provenientes de relatórios oficiais de organismos internacionais, como o Banco Mundial (World Bank), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros. Foram selecionados documentos com dados sobre indicadores sociais e econômicos da Nigéria no período de 1970 a 2007, com especial atenção para variações no PIB per capita, expectativa de vida, escolaridade, mortalidade infantil, taxa de alfabetização e renda nacional bruta. Os critérios de seleção incluíram confiabilidade da fonte, disponibilidade temporal e relação direta com os objetivos da pesquisa.

Adicionalmente, adotou-se uma análise histórica-comparativa, estruturada a partir dos principais períodos políticos nigerianos (repúblicas e regimes militares), de forma a relacionar decisões políticas, planos de desenvolvimento e estratégias de gestão das receitas petrolíferas com os resultados observáveis nos indicadores sociais. Este recorte buscou evidenciar padrões

na estrutura administrativa nigeriana, destacando como diferentes lideranças lidaram com a renda do petróleo e quais foram os seus reflexos na qualidade de vida da população.

O recorte temporal de 1970 a 2007 justifica-se por englobar os principais booms do petróleo, em conjunto com o início da quarta e até então, última, república da Nigéria. Para isso, serão analisadas as políticas econômicas e de desenvolvimento, implementadas pelos presidentes ao longo dos anos, analisando os impactos das receitas petrolíferas sobre a população, bem como identificando a destinação desses recursos petrolíferos e principalmente entender como se deu o desenvolvimento humano no período. Por fim, é importante ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa com base em fontes secundárias, este trabalho não se propõe a realizar inferências estatísticas ou modelagens econométricas. Busca-se entender, de forma analítica e aprofundada, os fatores estruturais e institucionais que limitam a utilização da renda gerada pelo petróleo em avanços concretos nas condições de vida da população da Nigéria.

No primeiro capítulo, o embasamento teórico, são apresentados os conceitos utilizados para a análise. As análises críticas desse trabalho serão baseadas no estudo dos números do produto interno bruto e índice de desenvolvimento humano, o estudo trabalha com teorias como a maldição dos recursos e desenvolvimento com liberdade. Esses conceitos foram escolhidos visando uma maior compreensão do efeito do petróleo na Nigéria e a reação populacional à entrada de recursos. Após o embasamento teórico, segue-se o trabalho com a contextualização histórica do período da pesquisa, no segundo capítulo.

O segundo capítulo aprofunda a análise sobre os regimes militares e civis, que governaram a Nigéria desde sua independência. Além disso, são descritos planos econômicos e sociais implementados por seus governadores, como os Planos de Desenvolvimento Nacional. A necessidade da pesquisa governamental é irrefutável, tendo em vista que são as pessoas que detêm o poder nacional dos recursos. Outro ponto importante é a inconstância da democracia nigeriana, o que levou a população a ter uma grande desconfiança perante o governo.

No terceiro capítulo, a história do petróleo na Nigéria é apresentada. Desde sua descoberta até o fim do período da pesquisa, seus preços gerais, sua participação no PIB nigeriano, receitas geradas e políticas importantes que os governos adotaram. Este capítulo destaca os principais pontos positivos e negativos de ter uma grande reserva de petróleo no país. Esse capítulo também examina a alocação dos recursos petrolíferos e identifica quais presidentes implementaram projetos relevantes de desenvolvimento utilizando os recursos do petróleo. Neste capítulo também é tratado sobre a dependência estrutural que a Nigéria possui

do petróleo, e como sua má gestão agravou essa questão. Tal qual também, a presença de empresas estrangeiras em partes significativas da produção de petróleo.

No quarto capítulo, por fim, é reunido todos os dados coletados ao longo do trabalho, aplicando as teorias e conceitos pré-definidos, como a maldição dos recursos e o IDH, em uma análise crítica da alocação dos recursos e o andamento do desenvolvimento da Nigéria. Serão, ainda, aqui comparados o PIB e o IDH, buscando correlações entre os valores do barril de petróleo, a inconstância do PIB nigeriano e sua aplicação no IDH do país. Além disso, se aplica o desenvolvimento com liberdade de Sen (2000), questionando se o “desenvolvimento” que ocorreu na Nigéria pode ser considerado realmente um desenvolvimento com liberdade.

Como considerações finais, foi explicado que a falta de uma administração íntegra e justa na Nigéria desencadeou mais de 35 anos de dependência extrema à receita do petróleo. A população teve pouco acesso aos benefícios dessa riqueza, já que a desigualdade social persistiu e a redistribuição de renda foi sistematicamente negligenciada pelas gestões. Observa-se, portanto, que a riqueza em recursos naturais não traz automaticamente um autogerenciamento para a nação, e a gestão dessa riqueza por mãos corruptas impediu a concretização do potencial de prosperidade que a Nigéria possuía.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O questionamento acerca do desenvolvimento de um país sempre foi algo debatido nos estudos internacionais. Como um país se desenvolve? Quais índices devem ser analisados para isso? Existe uma fórmula para o desenvolvimento? Essas e outras são perguntas que diversos teóricos já tentaram responder ao longo dos anos. Desde a independência das neocolônias africanas, o desenvolvimento nesses países foi questionado, principalmente pelas riquezas naturais existentes no continente. Os poços de petróleo na Nigéria foram descobertos quando ainda estava em condição de colônia britânica, em 1956. Assim, a distribuição e organização dos recursos do petróleo já estava em andamento quando a Nigéria se tornou independente e então, a tentativa de construção de uma república funcional começou. O papel da Nigéria no comércio internacional do petróleo foi rapidamente ampliado, se tornando um dos principais exportadores do óleo (Falode, 2012). Assim, esse capítulo pretende evidenciar as teorias que serão utilizadas na análise, buscando a melhor maneira de compreender e analisar os dados coletados sobre a Nigéria.

2.1 Produto Interno Bruto - PIB

Durante a Grande Depressão da década de 1930, Simon Kuznets (1934) elaborou o conceito do Produto Interno Bruto (PIB), como meio de medir os avanços econômicos de um estado-nação. Era necessário naquele momento, discorrer sobre o que ocorreria com a economia dado o momento de crise econômica.

Se somarmos todas as mercadorias produzidas e todos os serviços prestados durante o ano ao seu valor de mercado e subtrairmos desse total o valor dos bens utilizados (tanto como matérias-primas quanto como equipamentos de capital) na produção, o restante constitui o produto líquido da economia nacional naquele ano. Esse valor é conhecido como renda nacional bruta e pode ser definido brevemente como a parte do produto final da economia que resulta dos esforços dos indivíduos que compõem a nação. (Tradução nossa) (Kuznets, 1934, pág. 1)¹

Assim, com o pagamento que os indivíduos recebem com os serviços prestados, o total resultante constitui a renda nacional paga – ou recebida – que equivale exatamente à Renda Nacional Bruta (RNB) (Kuznets, 1934). Enquanto que o PIB é a soma de tudo que é produzido

¹ No original: If all the commodities produced and all the direct services rendered during the year are added at their market value, and from the resulting total we subtract the value of that part of the nation's stock of goods that was expended (both as raw materials and as capital equipment) in producing this total, then the remainder constitutes the net product of the national economy during the year. It is referred to as national income produced, and may be defined briefly as that part of the economy's end product that results from the efforts of the individuals who comprise a nation (Kuznets, 1934, pág. 1).

no território do país, o RNB é a soma de todas as rendas da população residente. Não será utilizado nesta análise pela falta de dados fornecidos pelo Banco Central em relação à Nigéria no período estudado.

Apesar das restrições perante a medição do PIB sob a ótica de desenvolvimento humano serem nítidas, foi utilizada desde sua formulação para medir esse desenvolvimento. Kuznets foi contra essa funcionalidade, alegando que somente o aumento do produto interno pode ser calculado, à medida que ele não consegue determinar nem o crescimento econômico como um todo (Cysne, 2010).

Lê-se em Kuznets (1933): “Uma medida de bem-estar (...) tem como base sentimentos subjetivos, cuja comensurabilidade para vários indivíduos deve ser questionada e cuja relação com a medida da produção de bens e serviços finais não é, no presente estado da arte, determinada com a necessária precisão...”. (Cysne, 2010, p 53-54)

Cysne (2010) traz a grande discussão acerca da utilização do PIB para medir o desenvolvimento dos Estados, dando ênfase a Samuelson (1950), o qual afirmou não ser clara a correlação entre o crescimento do PIB e a melhoria das condições de vida da população. Kuznets (1967) trouxe o questionamento da relação entre crescimento populacional e econômico, por sua lógica, mais pessoas significam mais produtores e criadores, e o autor questiona-se porque isso não ocorre na prática. Kuznets, juntamente a outros pesquisadores econômicos, como Spengler, entraram em um consenso em suas obras individuais sobre a viabilidade de uma economia subdesenvolvida com grandes recursos avançar drasticamente em suas produções (Kuznets, 1967). Assim,

O conteúdo do consenso não deve ser interpretado de forma equivocada. As análises nos dizem que seria tecnologicamente viável triplicar ou quadruplicar a produção de alimentos na maioria dos países subdesenvolvidos, presumivelmente dentro de um horizonte de tempo limitado; em outras palavras, que os requisitos de capital e habilidades não estão fora do alcance desses países. E, se aceitarmos essas avaliações, o fato de a população das áreas menos desenvolvidas do mundo ter dobrado entre 1965 e 2000, conforme indicado na projeção média das Nações Unidas, ainda deixaria uma margem substancial para o aumento da produção de alimentos per capita. (Tradução nossa) (Kuznets, 1967, p. 173)²

² No original: The content of the consensus should not be misinterpreted. The judgments tell us that it would be technologically feasible to triple or quadruple food production in most underdeveloped countries, presumably within a limited time horizon; in other words, that the capital and skill requirements are not beyond reach of these countries. And if we accept these judgments, doubling of the population of less-developed areas in the world between 1965 and 2000, indicated in the medium projection of the United Nations, would still leave a substantial margin for a rise in food production per capita. But the statement does not mean that the technologically feasible will necessarily be realized, even though capital and skill requirements are not excessive.

Apesar de tecnologicamente viável, e que o crescimento populacional seja viável na taxa projetada, não há garantia que o crescimento da oferta de alimentos ou do produto total per capita será tão alto quanto poderia ser (Kuznets, 1967). Este autor traz essa distinção entre crescimento populacional e crescimento econômico, buscando entender como uma economia subdesenvolvida, apesar da mão de obra abundante, não se desenvolve. Foi durante e após a Segunda Guerra Mundial (SGM) que a metodologia do PIB foi padronizada por economistas e instituições internacionais – Organização das Nações Unidas (ONU) e Fundo Monetário Internacional (FMI) –, tornando-se um indicador dominante (Kuznets, 1934).

2.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), construído pelos estudiosos Haq e Sen (1990), surgiu no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Haq (1996) trouxe a importância de um plano de desenvolvimento com o objetivo de atacar as piores formas de pobreza existentes, mostrou que as preocupações por melhor distribuição de renda e maior produção devem ser solucionadas em conjunto. Traz três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Além da constante preocupação com o crescimento do PIB, outra maneira que estamos errados é em presumir que políticas de distribuição de renda podem ser distintas das políticas de desenvolvimento e acreditando que possam ser adicionadas depois a distribuição desejada. É possível observar aqui uma equivocada fé no sistema de desenvolvimento dos países e uma moderada inocência do entendimento da funcionalidade de instituições políticas e econômicas. (Tradução nossa) (Haq, 1996, p. 33)³

No relatório, foi definido o conceito de desenvolvimento humano, apresentando que o desenvolvimento no geral deve ser almejado sob o objetivo de beneficiar a população, porém, constantemente esse objetivo é esquecido (PNUD, 1990). Foram explicadas então, duas razões para isso:

Primeiro, as estatísticas de renda nacional, embora úteis para muitos propósitos, não revelam a composição da renda ou quem realmente se beneficia dela. Segundo, as pessoas frequentemente valorizam realizações que não aparecem, ou não imediatamente, em indicadores de crescimento ou aumento de renda: melhoria na nutrição e nos serviços de saúde, maior acesso ao conhecimento, meios de subsistência mais seguros, melhores condições de trabalho, proteção contra crimes e violência,

³ No original: “Besides the constant preoccupation with GNP growth, another way we went wrong was in assuming that income distribution policies could be divorced from growth policies and could be added later to obtain whatever distribution we desired. Here we displayed a misguided faith in the fiscal systems of the developing countries and a fairly naïve understanding of the interplay of economic and political institutions” (Haq, 1996, p. 33).

momentos de lazer satisfatórios e a participação nas atividades econômicas, culturais e políticas de suas comunidades. (tradução nossa) (PNUD, 1990, p. 9)⁴

A busca pelo crescimento econômico desvia a administração do país da atenção com o desenvolvimento de serviços públicos para a melhor qualidade de vida para a população. O relatório apontava que apesar da população desejar rendas mais altas, como uma de suas opções, a renda não é o resumo total da vida humana. Não foi somente com esse relatório que o desenvolvimento humano surgiu como importante. A preocupação excessiva perante o crescimento do PIB e da renda nacional ofuscou essa perspectiva de desenvolvimento (PNUD, 1990). Pelas Nações Unidas:

O desenvolvimento humano, por outro lado, integra a produção e distribuição de bens com a expansão e uso das capacidades humanas. Ele também se concentra nas escolhas — no que as pessoas devem ter, ser e fazer para garantir seu próprio sustento. Além disso, o desenvolvimento humano não se preocupa apenas com a satisfação das necessidades básicas, mas também o vê como um processo participativo e dinâmico. Essa abordagem se aplica tanto a países menos desenvolvidos quanto aos altamente desenvolvidos. (Tradução nossa) (PNUD, 1990, p. 11)⁵

O PNUD (1990) buscou o desenvolvimento humano com foco em três elementos essenciais para a vida humana, a longevidade – expectativa de vida ao nascer como indicador –, conhecimento – acesso à educação de qualidade – e o acesso a recursos necessários para uma vida digna – o mais difícil de mensurar. Com essas definições, e a necessidade de mensurar essas taxas, se tornou necessário a utilização de um bom indicador que pudesse medir da melhor maneira possível (PNUD, 1990). O IDH trouxe outra visão para o desenvolvimento de um país, buscando estudar além das questões econômicas. O foco do índice era medir a saúde, a educação e o padrão de vida geral do país. A importância dos RDH ao longo dos anos se mostrou maior do que o esperado, determinando se um país era desenvolvido ou subdesenvolvido.

Como os seres humanos são tanto o meio quanto o fim do desenvolvimento, um índice composto deve capturar ambos esses aspectos. Este relatório avança na busca por um índice mais adequado ao sugerir um indicador que engloba os três componentes essenciais da vida humana: longevidade, conhecimento e renda básica para um padrão

⁴ No original: “First, national income figures, useful though they are for many purposes, do not reveal the composition of income or the real beneficiaries. Second, people often value achievements that do not show up at all, or not immediately, in higher measured income or growth figures: better nutrition and health services, greater access to knowledge, more secure livelihoods, better working conditions, security against crime and physical violence, satisfying leisure hours, and a sense of participating in the economic, cultural and political activities of their communities” (PNUD, 1990, p. 9).

⁵ No original: “Human development, by contrast, brings together the production and distribution of commodities and the expansion and use of human capabilities. It also focusses on choices - on what people should have, be and do to be able to ensure their own livelihood. Human development is, moreover, concerned not only with basic needs satisfaction but also with human development as a participatory and dynamic process. It applies equally to less developed and highly developed countries” (PNUD, 1990, p. 11).

de vida digno. Longevidade e conhecimento referem-se à formação das capacidades humanas, enquanto a renda funciona como uma medida indireta das opções que as pessoas têm para colocar suas capacidades em prática. (Tradução nossa) (PNUD, 1990, p. 14)⁶

Em 1990, então, o PNUD estabeleceu que a expectativa de vida estava em seu mínimo no Afeganistão, Etiópia e Serra Leoa, em 42 anos; a taxa de alfabetização em adultos na Somália, com 12%; o PIB per capita que está ajustado ao poder de compra teve seu mínimo em Zaire, com US\$220. Novamente por base nos dados adquiridos em 1987, o PNUD estabeleceu os valores desejáveis: a expectativa de vida em seu auge no Japão, em 78 anos; a taxa de alfabetização se fixou em 100% como desejável; a renda média ajustada pelo poder de compra ficou em US\$4.861, sendo o oficial de nove países industrializados no momento da pesquisa dos dados – Austrália, Canadá, Alemanha Ocidental, Países Baixos, Noruega⁷, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Com base nos dados recolhidos pelas Nações Unidas, o índice se tornou uma taxa anual que o RDH publicava. Pela complexidade do índice, o PNUD (1990) estabelece valores mínimos e máximos para o cálculo, sendo o valor mínimo estabelecido em 1 (como privação máxima) e o valor desejável em 0 (sem privação alguma).

Tabela 1: Classificação do IDH

Faixa de IDH	Intervalo
Muito alto	0,800 – 1,000
Alto	0,700 – 0,799
Médio	0,550 – 0,699
Baixo	0,000 – 0,549

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de ONU, 2025.

A título de comparação e entendimento do IDH de maneira prática, em 1990 o IDH do Japão era considerado o mais alto juntamente ao Canadá e a Islândia, com um IDH de 0,993,

⁶ No original: “Since human beings are both the means and the end of development, a composite index must capture both these aspects. This Report carries forward the search for a more appropriate index by suggesting an index that captures the three essential components of human life -longevity, knowledge and basic income for a decent living standard. Longevity and knowledge refer to the formation of human capabilities, and income is a proxy measure for the choices people have in putting their capabilities to use” (PNUD, 1990, p. 14).

⁷ A Noruega se classifica como uma das exceções a maldição dos recursos, tendo em vista que sua produção e poços de petróleo são significativos (Gary, Karl, 2003).

enquanto a Nigéria estava na posição 129º do mundo todo com um IDH de 0,242 e o IDH mais baixo foi o de Serra Leoa 0,048 (PNUD, 1991). Vale destacar que o PNUD não considera países em desenvolvimento necessariamente com um alto IDH, levando em consideração que em 1990 diversos países em desenvolvimento foram relatados com IDH muito alto⁸. Desde 1991, o PNUD é responsável pela publicação do IDH e RDH anuais, buscando conscientizar o mundo sobre o desenvolvimento humano.

2.3 Desenvolvimento com Liberdade

Além de sua contribuição para a construção do IDH, Sen trouxe a ideia do desenvolvimento humano com liberdade. Sen (2000) buscou explicar como o desenvolvimento e a liberdade individual está interligada e a necessidade da liberdade da população para que o desenvolvimento ocorra.

[...] a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. [...] o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas [...]. (Sen, 2000, p. 52)

O mesmo frisou a importância de ter uma população livre para que o desenvolvimento ocorra, trazendo a liberdade para um papel instrumental. Sen (2000) considerou em sua pesquisa, os seguintes tipos de liberdade instrumental: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora. Além dessas liberdades contribuir para que a pessoa consiga viver mais livremente, elas têm o efeito de complementar umas às outras (Sen, 2000). A liberdade política traz a ideia de que a população deve ter o direito de escolher seu governante, com base em seus próprios princípios, como também inclui a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades e de ter uma imprensa sem censura. As facilidades econômicas giram em torno das oportunidades que os cidadãos possuem para utilizar recursos econômicos com propósitos variáveis – Sen destacava a importância de uma igualdade na distribuição de renda. Com boa disposição para a saúde, educação e etc., as oportunidades sociais possibilitam uma liberdade substantiva de um indivíduo viver melhor. Os tipos como garantias de transparência e segurança protetora, garantem a clareza perante o indivíduo e a proteção em um momento de fragilidade econômica.

⁸ Países como: Barbados, Hong Kong, Chipre, Bahamas, Uruguai, República da Coreia, Cingapura, Chile, Trindade e Tobago, Costa Rica, Brunei, Argentina, Venezuela, México, Antígua e Barbuda, Ilhas Maurício, Kuwait, Qatar, Bahrein, Malásia e Dominica (PNUD, 1991).

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico pode possibilitar. (Sen, 2000, p. 57)

Sen (2000) traz a importância do alinhamento entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, demonstrando a necessidade da utilização dos recursos nacionais para o aprofundamento dos direitos civis. Logo, Sen (2000) afirmou que a criação de oportunidades sociais por meios de políticas públicas, como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre irá contribuir para o desenvolvimento econômico. Ao ser julgado sob a visão da liberdade, o processo de desenvolvimento precisa incluir a eliminação da privação das pessoas (Sen, 2000). Assim, com a população exercendo seu direito de liberdade, para o autor, essa liberdade como parte integrante para o enriquecimento no processo desenvolvimentista.

2.4 Maldição dos Recursos

Auty (1993) apresentou a teoria da Maldição dos Recursos, quando notou que países que são ricos em recursos naturais, normalmente se desenvolvem de forma mais lenta que aqueles menos dotados da riqueza. Gary e Lynn Karl (2003) procuram entender como a abundância do petróleo pode deformar as estruturas sociais e econômicas de um país, levando-o a crises econômicas e má governança.

Estudo após estudo demonstra que, vistos em conjunto, os países dependentes do petróleo como principal exportação desempenharam pior que outros países em vias de desenvolvimento numa variedade de indicadores econômicos; desempenharam pior do que deveriam, dado o seu fluxo de receitas, e a pobreza dentro das suas fronteiras nas últimas duas décadas foi exacerbada em vez de aliviada. (Gary, Karl, 2003, p. 18)

Os autores apontam a catastrófica realidade da Nigéria e da Venezuela frente a promessa de avanço econômico pelos seus grandes poços de petróleo, mostrando que a diferença entre as expectativas e a realidade desses países é uma fórmula perigosa para a desordem. Gary e Karl (2003) apresentavam o exemplo norueguês para afirmar que o desenvolvimento de países com recursos pode ser desastroso, mas não é o único resultado possível, dado em vista que a Noruega se classifica como um dos melhores países para se viver.⁹

⁹ IDH em 0,937 no ano de 2003 (PNUD, 2025)

Segundo Gary e Karl (2003, p. 19), “[...] o sucesso de cada país em “semear o seu petróleo”, ou seja, transformar as receitas do petróleo em benefícios a longo prazo para o seu povo, depende, em último caso, da qualidade das políticas públicas.”. Os autores frisam que, o desenvolvimento com base no petróleo tem uma forte tendência para a concentração do rendimento, principalmente em países onde o poder político e econômico já está frequentemente concentrado. O fluxo significativo de renda que o petróleo gera em um país não fortalecerá instituições e sim, criará incentivos perversos, argumenta Karl (1997), trazendo uma dependência para o país com uma grande concentração de renda nas mãos de elites. Essa dependência distorce a tomada de decisões do grupo político vigente, com o governo financiando-se diretamente das receitas do petróleo, tendo como resultado um ciclo vicioso de desenvolvimento que é baseado no oportunismo. Gary e Karl (2003) conceituam isso como ‘rent-seeking’:

O ‘rent-seeking’ é um comportamento generalizado, que tem por objetivo a captura de petro-dólares através de meios improdutivos e até mesmo corruptos. Nos países exportadores de petróleo, todos os intervenientes (sejam eles públicos ou privados, domésticos ou estrangeiros) têm gigantescos incentivos para estabelecer elos com o estado, para ganhar dinheiro; os governos, em troca, recompensam os seus apoiantes, canalizando petro-dólares, concedendo proteções tarifárias, fazendo contratos, ou atribuindo subsídios. Por fim, a atividade econômica produtiva chega mesmo a ser penalizada, o crescimento é dificultado e as economias tornam-se distorcidas. O poder político só pode manter-se enquanto houver um fluxo de rendas do petróleo. (Gary, Karl, 2003, p. 19)

Gary e Karl (2003) explicam como essa dependência na receita do petróleo pode trazer uma maior dependência das importações. Com o grande desenvolvimento das exportações petrolíferas, se torna pequena a necessidade de produzir alimentos, por exemplo, graças à receita entrando pela venda do óleo. Segundo Gary e Karl (2003, p. 20): “[...] a vantagem fiscal do petróleo pode, na verdade, servir como um impedimento, ao dificultar o desenvolvimento de outras atividades produtivas”.

Gary e Karl (2003) trazem uma correlação entre a abundância de recursos e conflitos internos no país. Estados com grandes concentrações de petróleo e fracas instituições costumam ter disputas pelo poder intensificadas, quando o poder do Estado se torna a principal forma de acesso à riqueza. No território, as concentrações de recursos desiguais entre regiões podem levar ao ressentimento e gerar rebeliões.

Trazendo a “maldição dos recursos”, Gary e Karl (2003) buscaram definir como a dependência do petróleo prejudica o desenvolvimento: o petróleo em abundância aumentam as expectativas e os desejos de gastar mediante a promessa de riqueza; aumento de despesa pública baseada em projeções de receitas irreais pela fluidez do mercado do petróleo; o petróleo diminui

a qualidade da despesa pública e encoraja o ‘rent-seeking’; perda do controle sobre a despesa pública pela pressão de gastar demasiado, corrupção, má qualidade de despesas e receitas incertas; dívidas externas aumentam pela concentração das forças de trabalho no ramo petrolífero.

3 AS ERAS NIGERIANAS

Este capítulo apresenta-se como um processo de análise histórica dos avanços governamentais e democráticos da Nigéria. Também trazemos suas grandes dificuldades em combater a corrupção enraizada na sociedade nigeriana, o grande impacto que a colonização britânica com tantos grupos étnicos trouxe e a grande questão democrática para a nação.

A Nigéria antiga e pré-colonial era ocupada por uma variedade de grupos étnicos, com diferentes línguas e tradições. Possui atualmente a maior população do continente africano com aproximadamente 227 milhões de pessoas em 2023 (Banco Mundial, 2025), com mais de 250 grupos étnicos (Oliveira, 2015). Atualmente, mais de 50% da população nigeriana é muçulmana (CIA, 2025).

3.1 Nigéria Colonial

Foi em meados do século XV que os britânicos chegaram ao território da atual Nigéria, transformando a região de Lagos em colônia. O poder britânico, no entanto, estabeleceu-se em 1887 quando o território passou a ser controlado pela Companhia Royal Niger. Com o avanço europeu no continente africano, em 1900 a coroa britânica assume o controle direto da Nigéria.

Dual Mandate foi um conceito criado por Frederick Lugard, um militar britânico que teve papel fundamental na colonização da Nigéria. Enquanto justificava a ocupação das terras africanas, Lugard argumentava maneiras de controle político efetivo. Assim, Dual Mandate se caracteriza em: abrir a mente africana para a civilização e abrir a África para o mundo civilizado. Então, a coroa britânica utilizando deste conceito conseguia beneficiar-se dos insumos nigerianos enquanto preparava a população para consumir produtos europeus. (Falola, Heaton, 2008)

Ao mesmo tempo, os britânicos afirmavam estar trazendo “progresso” e “civilização” para sociedades africanas consideradas atrasadas, por meio do desenvolvimento da economia, da erradicação da escravidão em todas as suas formas, da eliminação da corrupção que acreditavam existir nas instituições políticas tradicionais, da promoção de uma ética de trabalho que julgavam ausente nas sociedades locais e da educação

das populações com base em concepções europeias de saúde, higiene e limpeza, entre outros aspectos. (Falola, Heaton, 2008, p. 112)¹⁰

Como os “salvadores brancos”, os europeus chegam na África com a promessa de levar civilização para os selvagens africanos, desconsiderando toda a história e progresso que existia no continente. A administração britânica no país estava sendo feita de maneira indireta nesse momento, enquanto mandavam nos chefes de governo, a forma de governo nigeriana foi mantida para que a população não se rebelasse. Assim, os oficiais britânicos conseguiram monitorar as bases da governança civilizada que foi imposta pelo Reino Unido: abolição da escravidão e livre comércio. Além do controle institucional, a coroa britânica controlava a economia.

A economia colonial que se instaurou na Nigéria trouxe benefícios para a coroa britânica e pouco desenvolvimento para o país, sendo desenvolvida em prol dos interesses comerciais já existentes do Reino Unido. Esse modelo de colônia de exploração era comum no continente africano, no qual o objetivo era o lucro da metrópole enquanto a colônia sofria com o subdesenvolvimento para sustentar as receitas. A coroa buscava então, a expansão do comércio nigeriano através da exportação de matéria prima e a importação de bens finais do comércio europeu, como parte do desenvolvimento da colônia, os britânicos investem na infraestrutura de comunicação e transporte, principalmente das regiões agrícolas para a costa (Olomola, 2010).

Outra abordagem para o “desenvolvimento” foi a adoção da moeda britânica – a libra esterlina –, afirmou Falola e Heaton (2008). A adoção visava a movimentação da economia do Reino Unido, enquanto os nigerianos precisavam trabalhar para receber em libras.

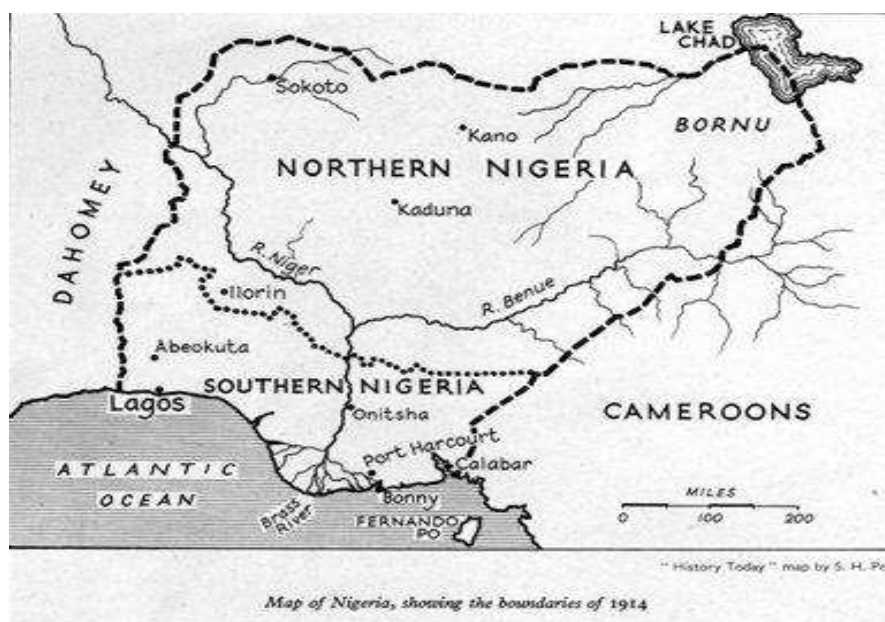
A abordagem britânica para o desenvolvimento econômico tinha três objetivos principais. O primeiro era a expansão do comércio nigeriano por meio da exportação de matérias-primas — produtos agrícolas de mercado e minerais — e da importação de bens manufaturados europeus. Para viabilizar esse aumento no comércio, os britânicos promoveram melhorias em larga escala na infraestrutura de transporte e comunicação da Nigéria, construindo estradas, ferrovias, telégrafos e portos, além de ampliar as vias navegáveis. O segundo objetivo era inserir a Nigéria em uma economia monetária baseada na moeda britânica. O terceiro era forçar os nigerianos a trabalhar em troca dessa moeda. (Falola, Heaton, 2008, p. 119)¹¹

¹⁰ No original: At the same time, the British claimed to be bringing “progress” and “civilization” to otherwise backward African societies by developing the economy, eradicating slavery in all its forms, weeding out the corruption they believed existed in traditional political institutions, promoting a work ethic they believed traditional societies lacked, and educating populations on European conceptions of health, hygiene, and cleanliness, among other things. (Falola, Heaton, 2008, p. 112)

¹¹ No original: The British approach to economic development had three main objectives. The first goal was the expansion of Nigerian commerce through the exportation of raw materials – cash crops and minerals – and the importation of European finished goods. To facilitate this increased commerce, the British made large-scale improvements to the transportation and communication infrastructure of Nigeria, building roads, railways, telegraphs, and ports, and expanding the navigable waterways. The second goal was to bring Nigeria into a cash

A grande dependência econômica da Nigéria com o Reino Unido foi resultado dessas abordagens com a economia colonial. Então, durante a colônia, as partes do território nigeriano que recebiam investimentos e projetos de desenvolvimento eram as áreas pertencentes à produção agrícola do país. Antes da Segunda Guerra Mundial, a Nigéria não era palco para investimentos a longo prazo, os beneficiados pelo território – o governo britânico e empresas europeias – não tinham interesses em desenvolver o país. A coroa britânica então trouxe produtos agrícolas que não eram plantados originalmente, aumentando a quantidade de produtores nigerianos, além de forçar os nigerianos a trabalharem em suas indústrias, e em algumas regiões, a coroa somente incentivou maior produção. A imposição da Libra esterlina como moeda de troca no território nigeriano aumentou o sentimento nacionalista em muitos nigerianos e as primeiras movimentações frente a independência começaram (Falola, Heaton, 2008, p. 135). O território nigeriano era dividido em duas grandes regiões, o Norte e o Sul, como mostrado na figura 1:

Figura 1: Mapa da Nigéria (1914)



Fonte: Sundman, 2025.

As primeiras três décadas do século XX foram marcadas pelo estreitamento e estabelecimento da colônia com a administração britânica na Nigéria. Foi no fim da segunda

economy based on the UK currency. The third goal was to force Nigerians to work for that currency. (Falola, Heaton, 2008, p. 119)

década do século que movimentos nacionalistas e anti-coloniais se formaram. A primeira organização em prol da independência foi o Movimento Nigeriano Jovem (NYM), fundada em 1933. Os movimentos do início da década de 1930 foram marcados pelos pedidos de mais participação nigeriana na administração política do país, esses movimentos também pressionaram o governo colonial a embarcar em um plano de desenvolvimento progressista. A Segunda Guerra Mundial veio para aumentar a insatisfação nigeriana com a ocupação britânica, a coroa alistando homens nigerianos para a guerra que não era deles e com o maior comprador da Nigéria quebrado, a Europa, uma falha na economia colonial foi destacada.

O governo colonial restringiu as importações apenas aos produtos adquiridos dentro do Império Britânico, reduzindo ainda mais o comércio em geral. Ao mesmo tempo, o governo criou conselhos de controle para fixar os preços das exportações nigerianas abaixo dos valores praticados no mercado internacional. Isso permitia que empresas europeias continuassem operando e comprando produtos nigerianos que podiam, então, ser desviados para o esforço de guerra. No entanto, tais ações serviram para explorar ainda mais a força de trabalho nigeriana e forçaram muitos trabalhadores agrícolas do país a uma situação de extrema pobreza. (Falola, Heaton, 2008, p. 142-143)¹²

Enquanto a população nigeriana sofria com os preços altos dos produtos e os mesmos valores da exportação, as empresas europeias se beneficiavam dos preços baixos explorando os trabalhadores nigerianos. Os movimentos nacionalistas tinham a mesma base de pensamento, a retirada do poder britânico do país para um nigeriano nativo, apesar de ter nascido movimentos de diversas regiões da Nigéria.

Foi fundado em 1944 o National Council of Nigerian Citizens (NCNC), pelo jornalista Nnamdi Azikiwe, um ativista Igbo que anteriormente também fazia parte do NYM. O NCNC não era exatamente um partido político, e sim uma união de vários grupos étnicos e sociais, possuindo representações em todo o território nigeriano. Embora seu maior apoio viesse do sul do país, o NCNC se tornou a voz das preocupações de uma ampla parcela da população nigeriana.

Em 1945, uma Greve Geral foi estabelecida no governo colonial e paralisou tanto a administração quanto a economia colonial. Com o custo de vida dos nigerianos sendo aumentado pela guerra, os trabalhadores esperavam um aumento nos auxílios de custo de vida que são pagos aos funcionários do governo, porém o aumento não veio (Falola, Heaton, 2008).

¹² No original: The colonial government restricted imports to only those goods bought within the British Empire, thereby reducing overall trade even further. At the same time, the government established control boards to fix the prices of Nigerian exports below the international market prices. This allowed European firms to continue to operate and continue to purchase Nigerian produce that could then be diverted to the war effort, but such actions served to exploit Nigerian labor further and forced many Nigerian agricultural workers into severe poverty. (Falola, Heaton, 2008, p. 142-143)

A greve durou trinta e sete dias, paralisando os serviços ferroviários, postal e telegráfico, e chegou ao fim quando o governo colonial garantiu aos líderes sindicais que as reivindicações seriam analisadas. Essa greve veio como um suporte para o reconhecimento e a legitimação do NCNC.

O governo colonial, em 1945, estabeleceu um plano de 10 anos para o desenvolvimento do país, que contava com: melhorias na infraestrutura da comunicação; pesquisas para o avanço agrícola; expansão da infraestrutura educacional, com ênfase na especialização de professores; expansão do serviço de saúde, construindo e melhorando os postos de saúde (Falola, Heaton, 2008). Apesar de ter grandes quantidades de dinheiro investidos nessas áreas, a fiscalização da finalidade do dinheiro público era pouca, e o progresso do país nessa década foi lento (Olomola, 2010). Os primeiros sinais de dependência de exportação e subdesenvolvimento pela má administração foram mostrados desde a era colonial da Nigéria.

Entre 1947 e 1954, em resposta a demandas de grupos nacionalistas, três constituições foram promulgadas, trazendo mais poderes legislativos aos nigerianos, os aproximando do autogoverno (Oliveira, 2015). Infelizmente, com três grandes regiões dotadas de poderes e autonomia, o governo central nigeriano se tornava enfraquecido.

Foi entre as décadas de 1940 e 1980 que organizações chamadas *marketing boards* tiveram seu papel fundamental. Foram criados para regular a comercialização dos produtos agrícolas para a exportação, sendo responsáveis por: compra e venda de produtos; estabilização dos preços; geração de receita pro governo e controle de qualidade e padronização. Assim, os *marketing boards* estabilizaram o preço dos commodities abaixo do mercado internacional para que as empresas europeias obtivessem lucros.

Com o plano de desenvolvimento de 10 anos, as exportações nigerianas conseguiram avançar. Em 1946 elas somavam £23.7 milhões de libras, enquanto no ano de 1955 esse valor subiu para £129.8 milhões de libras (Falola, Heaton, 2008). Esse aumento se deu pela vantagem na economia global com os preços abaixo do mercado internacional, não pelas políticas de desenvolvimento que a coroa britânica tentou estabelecer. O país então, começa a se tornar dependente dos preços do mercado internacional.

Ao longo da década de 1950 os nigerianos conseguiram ocupar mais cadeiras no espaço administrativo e legislativo do país. Com isso, três constituições foram criadas, auxiliando a futura independência da Nigéria (Oliveira, 2015). Em 1957, o professor Alhaji Tafawa Balewa, membro do Northern People's Congress (NPC), foi nomeado ao cargo de Primeiro Ministro da Nigéria, sendo o primeiro da história. No ano de 1958, o petróleo em quantidades comerciais foi descoberto na região do Delta do Níger, no sul da Nigéria (Hennchen, 2015). Balewa não

nacionalizou os recursos de petróleo de imediato, sendo conivente com empresas estrangeiras mantendo o monopólio prático das reservas.

Finalmente, em 1959 uma eleição foi feita para determinar o primeiro governo independente da Nigéria e Balewa venceu, com a coligação entre NPC-NCNC enquanto o Action Group – AG era o partido de oposição (Oliveira, 2015). No dia primeiro de outubro de 1960 a Nigéria se tornou um estado independente participante da British Commonwealth.

As iniciativas de planejamento do desenvolvimento no período pós-guerra não avançaram a ponto de alcançar um desenvolvimento sustentável para a Nigéria. O país continuava dependente da agricultura voltada à exportação como principal fonte de receita, e as empresas europeias mantinham o controle da economia exportadora. Muito pouco foi feito em termos de desenvolvimento industrial, e a indústria existente ainda era, em grande parte, de propriedade de companhias europeias. Assim, a independência política da Nigéria veio acompanhada de uma contínua dependência econômica, já que o país permanecia dependente do conhecimento, das conexões e das tecnologias europeias, bem como das condições do mercado internacional. (Falola, Heaton, 2008, p. 157)¹³

A Nigéria nasceu como um país fraco em seu administrativo, apesar da população estar unida pela independência. Dividida em diversos níveis, a independência trouxe à tona outras divisões internas causadas pela administração britânica (Oliveira, 2015). Ainda, o país estava longe de ser economicamente independente.

3.2 1º República

Uma população que estava unida anteriormente e foi colonizada, tem maior potencial de entender o que é uma nação e a partir da independência focar em uma estabilidade administrativa (Falode, 2012). Com a Nigéria, a colonização britânica instaurou um governo único para mais de 250 etnias no território, desconsiderando as diferenças étnicas que existiam no local. Enquanto os ativistas nacionalistas tentavam construir uma identidade nacional, notaram a dificuldade de ter um sentimento nacional. A independência transpassou a necessidade de uma identidade nacional para além do político, alcançando o nível cultural.

Muitas pessoas começaram a buscar formas de desenvolver uma cultura nacional distinta e reconhecível, com o objetivo de unir os nigerianos como um único povo e fortalecer o orgulho nacional por meio da contribuição de algo genuinamente

¹³ No original: The development planning initiatives of the post-war era had not progressed to the level of achieving sustainable development for Nigeria. The country continued to be reliant on export agriculture for the majority of its revenues, and European firms continued to control the export economy. Very little industrial development had been undertaken, and the industry that did exist was still largely owned by European companies. Nigeria's political independence was therefore coupled with a continuing economic dependence, as the country was reliant on European knowledge, connections, and technologies and on international market conditions. (Falola, Heaton, 2008, p. 157)

nigeriano à cultura mundial. Artistas, escritores, acadêmicos e políticos elaboraram diversas concepções sobre quais estéticas e valores melhor caracterizavam a Nigéria, mas todos demonstravam, de forma clara, a preocupação em promover e analisar as tradições e a história singulares do país, evidenciando, assim, o desejo de construir uma identidade nacional mais sólida. (Falola, Heaton, 2008, p. 160)¹⁴

Enquanto artistas nigerianos buscam pelo sentimento nacional através do teatro e da literatura, a barreira linguística se formava. A linguagem foi uma grande questão debatida na Nigéria, enquanto uns acreditavam que o inglês não deveria ser falado na Nigéria Independente por ser a língua dos colonizadores, outros acreditavam que o inglês unia todas as línguas de todos os povos que se encontravam dentro do território nigeriano, que se uniram por serem colônias britânicas. Na luz da independência, em 1960, o governo federal tornou o inglês a língua oficial do país (Falola, Heaton, 2008). O governo tratou o inglês como língua neutra no território e a tornou oficial buscando diminuir as tensões étnicas no território. A educação superior no país teve uma maior atenção com a independência, e em 1962 quatro novas universidades surgiram no país.

Antes do *boom* do petróleo, a Nigéria tinha sua economia caracterizada pelo predomínio de atividades de subsistência. Após a sua independência, a Nigéria continuou tendo a agricultura como um dos seus pilares principais da economia. Assim, em 1962 o First National Development Plan (FNDP) foi implementado e ficou em vigor até 1968 (Olomola, 2010). O FNDP tinha foco na agricultura, indústria e educação, pilares essenciais para um país recém independente, no qual o governo deveria fornecer a infraestrutura necessária (Lovejoy, 1992). Olomola (2010) afirma que as economias privadas ainda eram muito baixas no território, o que trazia um baixo índice de investimento privado. As grandes empresas que estavam no país eram filiais de multinacionais. Os fundos para esse FNDP, no entanto, eram distribuídos desigualmente, tendo uma clara promoção de agenda nortista, afirma Falola e Heaton (2008). Apesar da independência, o país ainda se mostrava dividido e com pouca perspectiva de crescimento igualitário à medida que as corrupções iniciais se desenvolviam.

Assim, o FNDP trouxe um foco maior na autossuficiência econômica, com ênfase no desenvolvimento da indústria e da manufatura. Em 1962, a Nigéria adotou a política de substituição por importações, procurando maior lucro para os produtores locais. Com o FNDP, até 1966, a economia da Nigéria já havia crescido de forma constante, desde 1960. A renda

¹⁴ No original: Many people began searching for ways to develop a distinct and recognizable national culture in order to bring Nigerians together as a single people and to grow national pride by contributing something distinctly Nigerian to world culture in general. Artists, writers, scholars, and politicians developed many different conceptions of what aesthetics and values best characterized Nigeria, but all were clearly concerned with promoting and analyzing Nigeria's unique traditions and history, and in this way illustrated their desire to forge a stronger national identity. (Falola, Heaton, 2008, p. 160)

nacional do país cresceu em média 5% ao ano, entre 1963 e 1966. O PIB foi de US\$4,2 bilhões em 1960 para US\$6,37 bilhões em 1966 (World Bank, 2025). O crescimento da educação fez muitas famílias da agricultura priorizar levar seus filhos para a faculdade, o que tornou o crescimento da agricultura negativo a partir dos anos 60, comprometendo assim a economia, por importar cada vez mais alimentos. Grande parte dessas receitas já vinha do petróleo, e a Nigéria tentou uma agenda da democracia em relação a África (Ikean, 2017)

As tensões políticas na Nigéria tiveram uma guinada na primeira República. Os principais partidos políticos de cada região, no qual a Nigéria estava dividida em três, lutavam para manter o controle das assembleias federais e regionais, que controlavam para onde estavam destinados os recursos (Oliveira, 2015). Então, controlar as assembleias significava ter poder sobre como os recursos do país seriam distribuídos. Os governos regionais, além de controlar os *marketing boards*, comprando dos produtores locais por preço abaixo do mercado para gerar superávit pro governo, eles arrecadavam os impostos sobre importação e exportação. As três regiões além de possuir independência governamental, possuíam representações distintas em Londres.

As receitas provenientes dessas fontes eram então utilizadas para financiar projetos de desenvolvimento. Os partidos que controlavam as assembleias regionais e federal, portanto, tinham o poder de determinar onde esses projetos seriam realizados, quais teriam prioridade, quem receberia os contratos para executá-los, entre outras decisões. O controle dos ramos do governo, portanto, tinha implicações significativas para o futuro do desenvolvimento da Nigéria. (Falola, Heaton, 2008, p. 165)¹⁵

Em 1959, houve a eleição para o Primeiro Ministro da Nigéria, e com uma coligação entre o partido da região norte, o NPN e o NCNC, da região leste. Com Abubakar Balewa eleito, o poder foi para o NPC, e Balewa tomou diversas medidas para favorecer a região norte (Oliveira, 2015; Falola, Heaton, 2008). Então, com as tensões se agravando, e os governos de cada região estarem fortemente ligados a etnias, passaram a disputar fortemente o poder nacional para favorecer sua região com os recursos nigerianos. Balewa tornou obrigatório que 50% das Forças Armadas fossem nortistas, e em 1961 ele tornou essa cota para todos os cargos, levando nortistas desqualificados a cargos de poder nas forças armadas. Essas políticas de favorecimento trouxeram sentimento de revolta para os sulistas, que muitas vezes eram mais qualificados para estarem em nível de poder. O NCNC não acreditava estar recebendo os

¹⁵ No original: Revenues from these sources were then used to fund development projects. The parties that controlled the regional and federal assemblies were therefore able to determine where these projects would be undertaken, which ones would be prioritized, who would get the contracts to complete the projects, and so on. Control of the branches of government therefore had strong implications for the future development of Nigeria. (Falola, Heaton, 2008, p. 165)

mesmos benefícios que o outro lado da coligação e buscou a oposição do NPC para ser seu novo aliado a partir de 1962.

A região Oeste, sob o comando do AG, se mostrou a maior oposição do NPC. O AG, em 1962, enfrentou uma crise pela sua posição como oposição do governo federal, então, os líderes do AG acreditavam que teriam benefícios federais se formassem uma coligação com o NPC, em busca de uma melhor posição nas decisões federais. Com grandes crises no governo regional do Oeste, Balewa decidiu fragmentar a região e surgiu com uma nova região, o meio oeste, enfraquecendo a base do AG na região.

No sistema do governo nigeriano, as cadeiras da câmara de deputados eram distribuídas pelo tamanho da população e sua distribuição nas regiões (Oliveira, 2015). No último censo feito, a região norte era a com maior concentração de pessoas, determinando o futuro da Nigéria. Nesse sentido, as regiões sofrem com a falta de recursos por falta de representação nas assembleias. Com o NPC no poder do governo federal, e contribuindo para a disparidade dos recursos regionais, os partidos menores perceberam que não conseguiriam equilibrar os recursos caso se juntassem ao governo, então decidiram atacar na base do seu governo e um novo censo foi exigido em 1962 (Oliveira, 2015). O governo sulista foi acusado de manipular o novo censo de 1962 quando um aumento de 70% da população do sul e do oeste foi observado, versus um aumento de 30% no norte, quando o censo saiu não houve dúvidas para o NPC que houve fraude, negando-se a ratificar o censo e uma nova pesquisa foi pedida, em 1963.

Os resultados do censo realizado em 1963 apontavam para um crescimento geral da população nigeriana, e apesar de, assim como no censo anterior, haver indícios claros de fraude, eles foram ratificados, com o Norte mantendo sua preponderância sobre as outras regiões (Oliveira, 2015, p. 233).

Novamente foi fraudulenta a eleição, o censo foi liberado e constava a “descoberta” de 8 milhões de pessoas novas na região do Norte, o NCNC se opôs a ratificação, mas falhou em conseguir impedir. Assim, o governo nortista seguiu com a maior quantidade de cadeiras na assembleia e conseqüentemente com mais recursos e atenção federal (Falola, Heaton, 2008). Futuramente, conseguimos observar ações como essas dos nortistas que levou a guerra civil.

Essa crise do censo demonstrou a corrupção que a base da primeira república da Nigéria foi instaurada, com repressões e desigualdade perante as regiões. Assim como diversas outras questões durante a história da Nigéria, essa crise política e econômica era resquício de uma guerra entre os Hausa-Fulani da região norte, que era a base étnica do NPC e os Igbos da região sudeste, que era a base étnica do NCNC.

Após 1963, o NCNC e AG se juntaram a pequenos partidos políticos do Norte, formando a United Progressive Grand Alliance (UPGA), e se tornando a grande maior aliança contra o NPC, buscando restabelecer o poder da AG na região oeste. O NPC juntou-se ao Nigerian National Democratic Party (NNDP) e pequenos partidos no sul formando a Nigerian National Alliance (NNA) (Oliveira, 2015). A eleição presidencial de 1964 foi uma briga entre a UPGA e a NNA. A coligação NNA tinha a finalidade da UPGA não conseguir participar das eleições plenamente, e impediu candidatos legítimos a se candidatar atrasando documentações (Falola, Heaton, 2008 p.169)

Com grande violência e corrupção marcada, o NNA deu continuidade ao poder nortista nas cadeiras administrativas do país, enquanto no Oeste, o AG vencida. Após a eleição, Balewa pediu que o presidente eleito Nnamdi Azikiwe convidasse formalmente o NNA para formar o novo governo por maioria eleita, e o mesmo recusou-se por ser oposição (Falola, Heaton, 2008). Então, uma crise institucional se instaurou, o presidente se recusava a oficializar o novo governo.

Na região oeste, houve caos instaurado, com fraudes nas eleições por parte do NNDP, resultando em um governo paralelo formado pelo AG (Oliveira, 2015). O Oeste ainda passava por problemas, pois houve uma redução abrupta no preço do cacau, que era a principal fonte de renda da região, revoltando mais ainda a população. O preço baixo do cacau era uma jogada do governo utilizando os *marketing boards*, mantendo alto o valor durante as eleições e ao ser eleito diminuiu os preços, dificultando o lucro dos agricultores (Lovejoy, 1992). A região se tornou ingovernável à medida que os agricultores se juntaram aos protestos da UPGA contra o NNDP. Poucas forças foram enviadas por Balewa, no ponto em que os militares igbos começaram a conspirar contra o governo federal.

A primeira república nigeriana, com Balewa como primeiro-ministro, foi marcada por intensa corrupção (Oliveira, 2015). Na época colonial, a região mais desenvolvida havia sido o leste, com maior capacidade produtiva, porém, eram os nortistas que compactuam mais com a antiga metrópole. Com um maior número nas assembleias federais, os nortistas conseguiram mandar mais verba para sua região, desenvolvendo-a mais. Com Balewa no poder, da coligação do NPC com a NCNC, porém nortista, o governo federal fechava os olhos para tais desvios de verbas (Oliveira, 2015; Falode, 2012). A supremacia NPC na Nigéria trouxe insegurança para a oposição do norte e desigualdade perante as regiões, o que levou à primeira tentativa de golpe no âmbito federal.

3.3 1º Regime Militar

Foi somente após seis anos de independência que a Nigéria passou por sua primeira intervenção militar, contra o governo de Balewa e seus apoiadores do NPC. Em janeiro de 1966, o primeiro golpe militar ocorreu. O golpe foi encabeçado por cinco majores, em sua maioria igbo, sob a premissa de pôr um fim no favoritismo regional e a corrupção da primeira república. Prenderam todos os ministros regionais e assassinaram o Primeiro Ministro Federal Balewa, o primeiro-ministro do Oeste e do Norte (Oliveira, 2015). Esses majores não pareciam ter pretensão de governar o país. Apesar de muitas mortes, incluindo militares nortistas, o golpe não foi um sucesso. Mais uma crise militar instaurada, com os maiores líderes do governo nigeriano mortos ou presos.

Ao poder, chegou o Major General John Aguiyi-Ironsi, que era o comandante oficial do exército. Ironsi buscou restabelecer a ordem e as leis do país, a melhoria dos serviços essenciais, erradicar o regionalismo e extinguir a corrupção (Oliveira, 2015). Não visando o poder, Ironsi afirmou que só ficaria até que uma constituição fosse construída através dos desejos da população. Nas regiões, o poder supremo estava sob comando militar. O golpe militar foi visto de maneiras diferentes pelas regiões da Nigéria, enquanto o Sul via positivamente, o Oeste havia parado de protestar contra o governador do NNDP que havia morrido, porém, o norte via o golpe militar como uma imposição de uma dominação igbo em todo o território nigeriano (Falola, Heaton, 2008 p.174). O padrão de prisões e mortes que sucederam o golpe mostrava que era um golpe igbo contra os nortistas. A Nigéria se tornou unitária sob o comando de Ironsi, abolindo a estrutura regional e substituindo por grupos de províncias, unificando os estados nigerianos, então os militares e os civis seriam administrados diretamente pelo centro. A atuação dos nortistas na administração do governo se tornava nula.

Foi então que, em julho de 1966, oficiais e suboficiais do Norte realizaram o contragolpe, matando Ironsi. Por três dias, o governo federal da Nigéria estava sem um chefe de estado, até que os principais oficiais do norte nomearam o Tenente-Coronel Yakubu Gowon como comandante supremo (Oliveira, 2015; Falode, Bolarinwa, 2019).

3.3.1 Yakubu Gowon 1966-1975

Yakubu Gowon se tornou comandante geral da Nigéria após o contragolpe dos nortistas, e sua primeira medida como presidente foi revogar o decreto que unificava a Nigéria, como meio de respeitar as diferenças regionais (Oliveira, 2015; Falola, Heaton, 2008). A questão mais urgente, no entanto, era a segurança dos igbos, já que diversos ataques estavam sendo reportados. A capacidade do governo de protegê-los foi posta em questionamento.

Entre maio, quando Ironsi havia abolido a estrutura federal, e setembro de 1966, uma violência contínua foi direcionada contra os igbos e outros orientais que viviam no norte. Uma série de massacres, muitos conduzidos por soldados nortistas, tirou a vida de entre 80.000 e 100.000 orientais durante esse período, sendo o pior deles ocorrido em setembro. Esses massacres desencadearam mortes por vingança de nortistas residentes na Região Leste. Tais eventos levaram Ojukwu a questionar se os igbos poderiam algum dia viver em harmonia dentro de uma Nigéria federal. Ele exortou todos os orientais fora da região a retornarem para casa e sugeriu que todos os nortistas no leste fizessem o mesmo. (Falola, Heaton, 2008, p. 174)¹⁶

O governador do leste, Ojukwu, não reconheceu Gowon como chefe de Estado, e sugeriu que com as violências, pessoas que moravam em regiões distintas deveriam voltar à sua origem. Para Ojukwu, os orientais e os igbos não estavam mais seguros na Nigéria (Oliveira, 2015; Falode, 2012). Ojukwu já considerava a separação do país, porém Gowon estava determinado a não permitir que isso acontecesse. Com encontros vagos e negociações ambíguas, chegaram em uma resolução, na qual Gowon acreditava que a federação manteria intacta e Ojukwu que poderia se separar da federação se assim decidisse (Oliveira, 2015; Nugent, 2004).

A região Leste anunciou que a partir de 1º de abril de 1967 o governo da região assumiria o controle de todos os departamentos federais, impostos e outras fontes de receita, o que tornaria a região administrada de forma independente na prática (Oliveira, 2015; Falola, Heaton, 2008). A resposta de Gowon foi bloquear a costa e impor sanções econômicas contra o Leste. No dia 30 de maio, Ojukwu declarou a independência do leste, renomeando-a como República Independente de Biafra.

Figura 2: Nigéria e a questão territorial de Biafra (1967-1970)

¹⁶ No original: Between May, when Ironsi had abolished the federal structure, and September 1966 continuous violence had been directed at Igbos and other easterners living in the north. A spate of massacres, many conducted by northern soldiers, took the lives of between 80,000 and 100,000 easterners during this period, the worst occurring in September. These massacres sparked revenge killings of northerners resident in the Eastern Region. Such events led Ojukwu to question whether Igbos could ever live in harmony within a federal Nigeria. He urged all easterners outside the region to return home and suggested that all northerners in the east do likewise. (Falola, Heaton, 2008, p. 174)



Fonte: UNIVERSITY OF CALGARY PRESS, 2025.

Gowon e o governo militar federal acreditavam fielmente na Nigéria como um todo, estando dispostos a lutar para preservá-la. Caso optassem por permitir a secessão do Biafra, outros grupos étnicos minoritários poderiam buscar a separação também, tornando o território nigeriano fragmentado em diversos estados hostis. Porém, o principal motivo para a não permissão da separação era a grande reserva de petróleo que a região possuía, obtendo 67% das reservas conhecidas na Nigéria. Logo, Gowon concluiu que Biafra não poderia simplesmente se separar, e uma guerra civil seguiu-se (Oliveira, 2015).

Ojukwu apresentou o conflito à população oriental como um esforço de autodefesa, conseguindo mobilizar a opinião pública dentro da região com um nacionalismo igbo crescente. Enquanto que, as ações do governo mostravam mais que eles apoiavam a erradicação dos igbos do que preservar a unidade nigeriana, ao concentrar-se em isolar o território de Biafra ao declararem independência.

Gowon, apoiava então, a criação de diversos estados dentro da região centro-leste, no dia 28 de maio criou 12 novos estados, que declarou independência, pois possuía outras etnias que não igbo, buscando enfraquecer o poder de Ojukwu (Adu, Aluko, 2023). A criação desses estados foi meramente simbólica, tendo em vista que o governo de Biafra comandava todo o

território que antes era da região Leste. A criação, no entanto, não foi oficializada à medida que os estados se tornaram independentes, juntamente com a região oriental da Nigéria, que era dividida em quatro.

A Guerra do Biafra começou oficialmente em julho de 1966, o primeiro movimento do governo nigeriano foi utilizar as forças marinhas para um bloqueio marítimo (Oliveira, 2015). O bloqueio da costa continuou e um cordão militar estava posto ao redor do país, o que dificultava o envio de alimentos e outros itens, enfraquecendo assim a economia da região, que não conseguia exportar ou importar. Pequenas disputas territoriais se sucederam a esses bloqueios, à medida que o exército biafrense ameaçou invadir a região oeste da Nigéria. O governo militar conseguiu avançar e empurrar lentamente os biafrenses pro próprio território. Recusando-se a se render tão facilmente, o governo de Biafra deu uma acalmada após algumas derrotas territoriais. Gowon esperava que as políticas de estrangulamento econômico causassem uma revolta interna contra o governo de Biafra (Oliveira, 2015).

As acusações de genocídio contra o governo da Nigéria foram provas que suas políticas não deram certo, e agora a guerra civil tomava conhecimento internacional do genocídio dos Igbos na Nigéria, gerando simpatia por Biafra.

Inicialmente, Biafra teve dificuldade em encontrar ouvidos simpáticos. A Organização da Unidade Africana (OUA) recusou-se a reconhecer Biafra e tratou a guerra como um conflito interno nigeriano. O Reino Unido e os Estados Unidos optaram por se manter neutros, preferindo não apoiar nenhum dos lados até que ficasse claro quem venceria. A relutância dos Estados Unidos e do Reino Unido em apoiar plenamente a causa federal irritou o Governo Federal Militar (GFM), que passou a buscar apoio na URSS. Os soviéticos mostraram-se mais do que dispostos a colaborar e tornaram-se os principais fornecedores de aeronaves e assessores para o GFM ao longo da guerra. (Falola, Heaton, 2008, p. 178)¹⁷

Durante a guerra civil, enquanto Washington demonstrava apoio a Biafra, a Nigéria conseguiu armas e recursos vindos da União Soviética em um cenário de Guerra Fria (Adu, Aluko, 2023). A guerra civil nigeriana, então, foi prolongada pela participação de atores internacionais, que traspassaram o bloqueio feito por eles para a entrega de alimentos e ajuda humanitária. Gowon permitiu que tudo isso acontecesse, mas negou que estava cometendo genocídio (Richifa, 2021). Somente com essa ajuda humanitária que os igbos biafrenses

¹⁷ No original: Initially, Biafra had difficulty finding sympathetic ears. The Organization of African Unity (OAU) refused to recognize Biafra and treated the war as an internal Nigerian conflict. The United Kingdom and the United States chose to sit on the fence, preferring to withhold support for either side until it was evident who was going to win. The unwillingness of the United States and the United Kingdom to support the federal cause wholeheartedly angered the FMG, which turned to the USSR for support. The Soviets were more than willing to oblige, and became the chief supplier of aircraft and advisers to the FMG over the course of the war. (Falola, Heaton, 2008, p. 178)

conseguiram resistir o máximo, quando tropas federais invadiram o Estado de Biafra entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970. Ojukwu fugiu e seu sucessor rendeu-se oficialmente a Gowon no dia 12 de janeiro de 1970 (Oliveira, 2015). Após a rendição, o objetivo de Gowon foi a reconstrução nacional do país como nação independente e unida. Alguns autores afirmam que Gowon lidou de maneira esperta a guerra civil que eclodiu no território em seu mandato, recusando-se a punir prisioneiros de guerra e se esforçou para uma reconciliação (Adu, Aluko, 2023)

Nos anos 1970, após o término da guerra do Biafra e em pleno período de “nigerianização” do setor petrolífero, políticas de desenvolvimento regional objetivam redistribuir espacialmente o crescimento econômico e diversificar o tecido industrial mediante investimentos nos setores petroquímico, metalúrgico, têxtil etc. No entanto, os custos de instalação das unidades produtivas, a má administração e os gargalos infraestruturais prejudicaram empreendimentos cuja rentabilidade era extremamente baixa e cujos efeitos desencadeadores funcionais e espaciais foram na maioria dos casos inexistentes (Monié, 2012, s/p).

A guerra civil travada no território nigeriano afetou economicamente e socialmente a vida no país, expôs internacionalmente como o federalismo nigeriano estava vulnerável (Falode, 2012). A partir desse conflito interestatal, a Nigéria se tornou suscetível a outro conflito, era importante que a parcela da população que desejou se separar, se sentisse pertencente à nação nigeriana. A reconstrução das áreas afetadas e a ressocialização dos antigos biafrenses foi prioridade para o governo Gowon (Falola, Heaton, 2008). O ano de 1970, pós guerra do Biafra, Nigéria tomou a posição de libertar todas as nações africanas do poder colonial, além de eliminar o sistema do apartheid na África do Sul (Ikein, 2017)

Então, em 1970, Gowon implementou o Second National Development Plan (SNDP), conhecido como os três Rs. Reabilitação, reconstrução e reconciliação, eram as bases do plano de desenvolvimento de Gowon (Falode, 2012). Reabilitação para ajudar os deslocados e vítimas da guerra civil, reconstrução da infraestrutura destruída durante a guerra e a reconciliação ao promover a unidade nacional. O programa dos três Rs foi focado na região leste do país, palco do conflito, buscando a reabilitação e a reconciliação dos igbos na sociedade com represálias a preconceitos e discriminações, e a reconstrução da estrutura do leste que estava danificada, assim como modernizar a economia nacional (Oliveira, 2015; Falode, 2012). A reconstrução física das áreas afetadas pela guerra foi uma necessidade moral e prática que Gowon enxergou para consolidar a paz, querendo que o ressentimento da população afetada diminuísse, garantindo assim a estabilidade da federação nigeriana (Falode, 2012). Foi fundada a comissão de reabilitação, reconciliação e reconstrução, para supervisionar e coordenar os três programas

pós-guerra. Atuava como órgão de planejamento e implementação das políticas do governo, assegurando o alocamento correto de recursos (Falode, 2012).

A reconstrução da região leste foi feita basicamente, pela receita que a exportação de petróleo trazia para o estado, que naquele momento, em 1970, se tornava a maior fonte de receita do país (Falode, 2012). Em 1971, a Nigéria foi a sétima maior produtora de petróleo no mundo, e se tornou membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Lovejoy, 1992). Foi com o retorno do Estado do Biafra ao território nigeriano que as receitas de petróleo alavancaram, à medida que se construía o mercado internacional para a chegada do boom do petróleo em 1973.

Além das três Rs de Gowon, a administração anunciou um programa de nove pontos, com o objetivo de garantir paz, estabilidade e progresso para o país (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Construído em uma conferência sobre reconstrução em 1969, o programa se mostrou necessário para o futuro nigeriano e seu desenvolvimento. Gowon buscou melhorar a mão de obra nigeriana, buscando uma formação qualificada para os setores público e privado, criou e fez a manutenção de empregos buscando reduzir o desemprego (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Em seu programa de desenvolvimento pós-guerra, Gowon redistribuiu os estados nigerianos em busca de cessar as diferenças étnicas, porém, muitos grupos ainda se sentiam marginalizados pela sociedade, principalmente os igbos (Falode, 2012). Apesar dos esforços, o sentimento de não pertencimento da comunidade da região do Delta do Níger não diminuiu à medida que o poder ainda se concentrava nas mãos da oposição.

Gowon montou um programa com o objetivo de reabilitação, colocando como obrigatório que todo jovem ao finalizar o ensino médio deve servir ao exército de outro estado (Oliveira, 2015; Falode, 2012). Esse programa procurou ajudar no sentimento de nação unificada na população nigeriana, tentando solucionar o problema da identidade nacional do país. Servir militarmente em outro estado poderia auxiliar no sentimento de pertencimento.

Em 1972, foi introduzido o decreto da Indigenização, com um objetivo de independência econômica (Watts, 2004). O decreto buscava corrigir a desigualdade nas relações entre empresas estrangeiras e nativos nigerianos (Adu, Aluko, 2023), impedindo estrangeiros de investir em recursos específicos (Lovejoy, 1992). Isso auxiliou no aumento dos números de exportação entre 1966 e 1975, com esse decreto, o crescimento foi impressionante. Avanços nas ações nigerianas no ramo petrolífero após esse decreto foram enxergados. Enquanto que em 1972, 70% das empresas operando na Nigéria eram estrangeiras, em 1975 o estado comprou 60% do capital das principais companhias petrolíferas na Nigéria (Lovejoy, 1992, p. 65).

Na área da economia, ela cresceu a uma taxa muito alta de 8 por cento ao ano entre 1966 e 1975 e a produção nacional real aumentou. Akin (1979) enfatizou que a taxa de crescimento do investimento real foi incrível, 35 por cento durante o mesmo período, quase o triplo daquela do regime civil (Akin, 1979: 54-55). Novamente, houve um crescimento impressionante no setor manufatureiro, à medida que a administração do general Gowon introduziu o Decreto de Promoção das Empresas Nigerianas, de 1972, conhecido como Decreto de Indigenização. (Adu, Aluko, 2023, p. 552)¹⁸

Gowon também estabeleceu o programa de produção de comida para o país, em 1972, buscando diminuir a dependência no petróleo e estimular as produções agrícolas no país. Na era Gowon, o país se tornou ainda mais dependente das exportações do petróleo como fonte de renda nacional, negligenciando assim outros setores da economia, estacionando o desenvolvimento nigeriano (Falode, 2012)

Em 1973, foi lançado um censo feito pelo governo federal, que apresentou controvérsias em relação aos números, levando a uma desconfiança geral (Falode, 2012). As taxas de crescimento retratadas pelo resultado estavam muito acima daquelas registradas em outros países em desenvolvimento, registrando um crescimento de 44% em 10 anos (Lovejoy, 1992, p. 66). Então, enquanto o Norte estava no poder, sua população crescia no censo oficial, totalizando 64% da população, e os nigerianos desconfiavam de uma distribuição desigual de recursos, tendo em vista a corrupção que manchava o governo.

Em 1973, foi realizado um novo censo, mas, apesar da campanha do governo federal, que visava a conscientizar a população acerca da importância de um processo claro e sem fraudes, a consciência das suas implicações políticas (o tamanho das populações estava diretamente relacionado à distribuição de recursos) levou a resultados novamente imprecisos (Oliveira, 2015, p. 240-241).

Como construção nacional, Gowon havia prometido que o governo voltaria a ser civil em 1976 (Lovejoy, 1992), e enquanto isso, uma nova constituição estava sendo elaborada para ser a base da nova Nigéria democrática (Falode, 2012).

A corrupção no governo de Gowon foi forte, na medida que o governo não conseguia se sustentar quando seu gabinete estava manchado de ganância e ambições (Oliveira, 2015; Adu, Aluko, 2023). Fundos que eram destinados ao reassentamento e reabilitação foram frequentemente comprovados o desvio, o que trouxe um ressentimento e desconfiança pública em relação a Gowon (Falode, 2012). Depois, prédios que foram construídos com o seu

¹⁸ No original: In the area of economy, it grew at a very high rate of 8 percent annually between 1966 and 1975 and the real national output increased. Akin (1979) emphasized that the rate of growth of real investment was incredible, 35 percent during the same period, nearly triple that for the civilian regime (Akin, 1979: 54-55). Again there was an impressive growth in the manufacturing sector as the administration of General Gowon introduced the Nigerian Enterprises Promotion Decree, 1972, known as the indigenization Decree. (Adu, Aluko, 2023, p. 552)

programa de reconstrução precisaram ser demolidos ou caíram, por causa dos produtos de baixa qualidade utilizados (Lovejoy, 1992). Essa constante corrupção aumentou a desconfiança nacional, enquanto Gowon deixava de legado uma instabilidade administrativa. Lovejoy (1992, p. 62) traz que muitos nigerianos tinham medo que o regime militar continuasse indefinitivamente. Esse sentimento era o espelho da confiança que a população tinha na democracia da Nigéria. Ficou claro então, que os planos de desenvolvimento e os três Rs do Gowon não cumpriram o que prometeu, não conseguiu unificar a Nigéria e nem trazer desenvolvimento para o país.

Então, Gowon alegou que não sairia do governo em 1976, no prazo de seu mandato para transferir para um governo civil, afirmando ser irreal a possibilidade de outro ocupar seu lugar (Adu, Aluko, 2023; Lovejoy, 1992). A insatisfação da população perante as claras corrupções do governo Gowon levou a sua derrota. Em 1975, o poder foi tomado por outro golpe militar, encabeçado pelo mesmo viés da intervenção em 1966, com a liderança do General Murtala Ramat Mohammed, sem derramamento de sangue (Falola, Heaton, 2008; Falode, 2012).

3.3.2 Murtala Mohammad 1975-1976

Foi nomeado como chefe de Estado e das forças armadas Murtala Mohammed após outro golpe de estado que destituiu Yakubu Gowon, em julho de 1975 (Lovejoy, 1992). Seu segundo no comando era Olusegun Obasanjo, futuro presidente (Falode, 2012). Murtala não estava envolvido no golpe que o trouxe ao poder, mas era uma figura importante perante os oficiais nortistas. Diferentemente de Gowon, Murtala não era uma posição mais central no conflito, sendo um oficial totalmente nortista.

Murtala focou em uma reforma estrutural em outras áreas do país, buscando focar o poder nacional nas mãos das forças armadas. Em seu governo, universidades e educação primária, a imprensa impressa e digital eram comandados pelo exército (Falode, 2012). Em um curto período, as políticas de Murtala trouxeram apoio popular, quase trazendo-o ao nível de herói nacional (Lovejoy, 1992).

Novamente o censo nigeriano se torna uma questão, dado a sua determinação nas cadeiras administrativas.. Com Gowon fraudando o censo de 1973, Murtala cancelou e utilizou o de 1963 para os planejamentos nacionais (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Assim, garantiu uma melhor distribuição de recursos, mesmo sendo um nortista, o que elevou sua postura diante a população.

Em uma tentativa da administração de acabar com a corrupção das esferas pública e privada, Murtala criou a Operação Deadwood em 1975, que focava principalmente em despedir

funcionários ineficientes e corruptos. A operação foi capaz de conter a corrupção que se enraizou na política nigeriana, entre 1975 e 1979 (Falode, 2012), o que trouxe uma confiança para a população sobre o futuro da Nigéria. Um de seus maiores feitos foi a demissão e investigação de governadores de doze estados do país, sendo destes dez culpados por corrupção e abuso de poder público (Oliveira, 2015; Falode, 2012). Murtala adotou a apreensão de bens a favor do estado pela corrupção, sendo o único governador nigeriano que aplicou essa punição. Com isso, se tornou obrigatório que todos os funcionários públicos declarassem seus bens, se não conseguissem comprovar a origem do bem, ele seria confiscado (Falode, 2012)

Assim que entrou no poder, Murtala construiu um programa de transição para o governo civil. Nesse programa, etapas foram determinadas para que a Nigéria conseguisse se tornar uma democracia viável: (1) criação de estados, (2) reorganização dos governos locais, (3) cancelamento da proibição de partidos políticos, (4) registro de eleitores e (5) eleições para as casas legislativas e federais (Falode, 2012). Em 76, Murtala aumenta a quantidade de estados de doze para dezenove (Lovejoy, 1992).

Murtala lançou, em 1975, o Third National Development Plan (TNDP). O plano tinha como objetivo a: redução da dependência do petróleo com diversificação econômica; expandir a infraestrutura básica; promover a segurança alimentar através do desenvolvimento agrícola; reduzir as desigualdades regionais promovendo a unidade nacional e melhorar os serviços sociais (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Foi graças ao TNDP que a rede de transporte da Nigéria evoluiu, porém, a questão da dependência do petróleo foi continuada, a diversidade econômica planejada não foi alcançada. Murtala também pecou na construção de moradias populares e centros de saúde, que apesar dos investimentos anunciados, não foram suficientes para atender a demanda (Falode, 2012). Desde 1962 até 1975, já foram introduzidos na economia nigeriana três planos de desenvolvimento.

Vale a pena destacar aqui que a maioria dos desafios de construção nacional que viriam a confrontar a Nigéria nos anos 1980 e posteriores já havia emergido na década de 1970. Estes incluem os desafios relacionados à religião, à distribuição, ao etno-regionalismo agressivo e ao federalismo (Falode, 2012, p. 119).¹⁹

Tentando lidar com os problemas para a construção de uma nação, Murtala montou um comitê para o rascunho de uma constituição, buscando a transição para o governo civil. Em outubro de 1975, o Constitution Drafting Committee (CDC) foi criado, completou seu trabalho

¹⁹ No original: It is worthwhile to point out here that most of the nation-building challenges that were to confront Nigeria in the 1980s and beyond had already come to the fore by the 1970s. These include the challenges of religion, distribution, aggressive ethno-regionalism and federalism (Falode, 2012, p. 119)

e montou um relatório em 1976, porém Murtala foi assassinado antes de receber o relatório (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Murtala Mohammed foi morto em uma tentativa de golpe por oficiais das forças armadas, principalmente da região central do território nigeriano. Sua morte precoce trouxe tristeza para o povo nigeriano, quando em um ano ele conseguiu conquistá-los (Lovejoy, 1992).

3.3.3 Olusegun Obasanjo 1976-1979

Obasanjo subiu ao cargo de chefe de estado em fevereiro de 1976 após a morte de Murtala Mohammed. Como ele era o segundo no poder, posturas da administração de Murtala foram replicadas, dando continuidade às políticas de transição (Lovejoy, 1992). A educação primária universal na Nigéria chegou em 1976 com um programa que proporcionou o acesso educacional mais amplo para todos os nigerianos, matriculando milhões de crianças no ensino primário (Falode, 2012). Os investimentos na educação se tornaram uma prioridade pro governo, tanto primária quanto avançada. A Federal Electoral Commission (FEDECO) foi criada em 1976 como um comitê eleitoral para conduzir as eleições, tanto estaduais como federais, na segunda república (Falode, 2012).

Dando continuidade ao programa de transição de Murtala, Obasanjo retirou o banimento dos partidos políticos em 1978. Apesar de alguns partidos políticos se inscreverem, a FEDECO só registrou cinco: GNPP, NPN, UPN, NPP e PRP²⁰ (Falode, 2012). No caminho para a segunda república, a Nigéria seguia sem resolver suas questões com a democracia e liberdade etno-religiosa. Os partidos políticos nascidos para a segunda república replicaram padrões de comportamentos enxergados na primeira república, o que levou ao golpe de estado. Segundo Oliveira (2015, p. 242), “[...] apesar de cumprirem as regras estabelecidas na constituição, ainda eram formados, majoritariamente, pelos mesmos grupos que compunham os partidos políticos da Primeira República.”

Tanto Murtala quanto Obasanjo foram beneficiados com um imenso fluxo de receita do petróleo, que aumentou 350% de 1973 até o começo da segunda república (Lovejoy, 1992) Esse aumento permitiu grandes gastos mal planejados por parte dos governos. Apesar do crescimento da renda nacional, a inflação seguiu o aumento. Foi no governo Murtala/Obasanjo que o petróleo se tornou a maior fonte de receita da Nigéria. Lovejoy (1992) concorda ao falar que:

²⁰ Na ordem: Great Nigeria People’s Party, National Party of Nigeria, Unity Party of Nigeria, Nigerian People’s Party e People’s Redemption Party.

O boom do petróleo foi prejudicado por uma recessão moderada em 1978-79, mas as receitas se recuperaram até meados de 1981. O aumento das receitas possibilitou um rápido crescimento da renda, especialmente para a classe média urbana. Houve uma inflação correspondente, particularmente no preço dos alimentos, que incentivou tanto a industrialização quanto a expansão da produção agrícola. Como resultado da mudança para cultivos alimentares, os tradicionais produtos de exportação — amendoim, algodão, cacau e derivados de palma — perderam importância e, posteriormente, deixaram de ser relevantes. As exportações da Nigéria passaram a ser dominadas pelo petróleo (Lovejoy (1992, p. 72).²¹

Acompanhando o TNDP, o estado criou quatorze institutos para realizar pesquisas em diversos campos da agricultura do país (Falode, 2012). Essas pesquisas foram feitas com o objetivo de diversificar o campo de agricultura nigeriano, diminuindo a insegurança alimentar. A infraestrutura da indústria nigeriana passou por grandes investimentos de 1975 a 1980, acelerando a produção de bens finais (Lovejoy, 1992).

Em 1978, Obasanjo deliberou a Constituent Assembly (CA), com o objetivo de redigir a nova constituição, utilizando o que o CDC do governo Murtala já havia escrito sobre as necessidades de uma constituição nigeriana. Então, a constituição feita na CA se tornou a constituição de 1979, promulgada ainda em 1978 (Falode, 2012). No dia 1 de outubro de 1979, Alhaji Shehu Shagari foi eleito presidente da Nigéria, nascendo assim a segunda república (Oliveira, 2015; Lovejoy, 1992). A transição do poder de Obasanjo para Shehu Shagari foi marcada como a primeira vez que um líder militar na Nigéria entregou voluntariamente o poder a um governo civil. Essa transição elevou a imagem de Obasanjo como um militar comprometido com a democracia. Olusegun foi um presidente muito querido apesar de ter sido de um regime militar

3.4 2º República

3.4.1 Shehu Shagari 1979-1983

Shehu Shagari, do partido NPN, chegou ao poder em outubro de 1979, marcando o fim de treze anos dos militares no poder e o início da segunda república. A Constituição de 1979 foi baseada na americana, criada e estruturada para tratar os problemas enxergados para a criação da nação (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). O presidencialismo foi adotado para evitar os problemas atribuídos ao parlamentarismo britânico, adotado na primeira república. A constituição de 1979 também foi estruturada com leis eleitorais, visando o fortalecimento do

²¹ No original: The oil boom was marred by a minor recession in 1978-79, but revenues rebounded until mid-1981. The increase in revenues made possible a rapid rise in income, especially for the urban middle class. There was a corresponding inflation, particularly in the price of food, that promoted both industrialization and the expansion of agricultural production. As a result of the shift to food crops, the traditional export earners—peanuts, cotton, cocoa, and palm products—declined in significance and then ceased to be important at all. Nigeria's exports became dominated by oil (Lovejoy (1992, p. 72)

sistema eleitoral da nova república. Com o preço alto do petróleo no mercado internacional, a promessa da segunda república era grande, e o desenvolvimento desenfreado parecia possível (Lovejoy, 1992)

A vitória do NPN foi contestada por outros partidos políticos, novamente o Norte estava no poder. Buscando conter a dominância nortista no âmbito federal, o leste, NPP e o Oeste, UPN se alinham para formar uma frente única contra o NPN. Porém, o NPN procurou outras alianças, se juntando ao NPP com um acordo em setembro de 1979. Com o NPP alinhado ao NPN, o UPN não manteve a aliança (Lovejoy, 1992).

Infelizmente está marcado na história da Nigéria a construção de partidos políticos com forte base etno-religiosa, o que traz um conflito acentuado entre eles, repetindo a mesma questão que culminou na guerra civil. Falode (2012), afirma:

Não será, portanto, exagero afirmar que a política intra e interpartidária definiu a administração de Shagari ao longo de toda a Segunda República. Não é de se estranhar que Shagari não tenha conseguido elaborar políticas para lidar com os desafios de construção nacional do país (Falode, 2012, p.129).²²

Shagari surgiu com a revolução verde, pilar central da política agrícola do governo, tentando restaurar a agricultura ao seu antigo prestígio e tornar a Nigéria autossuficiente na produção agrícola (Falode, 2012). O motivo mais relevante para o surgimento da revolução verde foi a vontade do estado em diversificar a economia do país, reduzindo a dependência petroleira. Essa necessidade se deu pois no final de 1981, o boom do petróleo acabou, exatamente no momento em que os planos de desenvolvimento estavam entrando em ativa (Lovejoy, 1992). Os gastos públicos, no entanto, só aumentaram:

Por razões políticas, os gastos do governo continuaram a acelerar, e os atritos entre os partidos políticos e entre o governo federal e os estados apenas reforçaram a irresponsabilidade financeira. A dívida externa da Nigéria aumentou de N3,3 bilhões em 1978 para N14,7 bilhões em 1982. Em 1983, os dezenove governos estaduais haviam acumulado uma dívida conjunta de N13,3 bilhões. O pesado investimento no desenvolvimento econômico continuou ininterruptamente (Lovejoy, 1992, p. 75).²³

²² No original: It will then not be farfetched to say that intraparty and inter-party politics defined Shagari's administration throughout the Second Republic. Small wonder that Shagari could not evolve policies to manage the country's nation-building challenges (Falode, 2012, p.129).

²³ No original: For political reasons, government spending continued to accelerate, and the frictions among the political parties and between the federal government and the states only reinforced financial irresponsibility. Nigeria's foreign debt increased from N3.3 billion (for value of the naira—see Glossary) in 1978 to N14.7 billion in 1982. By 1983 the nineteen state governments had run up a combined debt of N13.3 billion. Heavy investment in economic development continued unabated (Lovejoy, 1992, p. 75).

Acumulado aos gastos públicos, a dívida externa nigeriana só aumentou, e enquanto isso, as consequências da dependência petrolífera chegaram. Os gastos desenfreados foram impactados pela queda brutal no preço do petróleo. O Ato de Estabilização Econômica de 1982 foi uma resposta do governo civil de Shagari a quedas das receitas do petróleo, e o desequilíbrio que o setor externo estava passando (Akban, 2009). Novamente, o governo nigeriano era marcado por corrupção, um problema desde sua independência. Grandes escândalos eram revelados ao longo da segunda república, envolvendo as principais instituições nacionais²⁴ (Lovejoy, 1992).

O Quarto Plano Nacional de Desenvolvimento, serviu como diretriz econômica do governo, buscando também a autossuficiência econômica da Nigéria (Falode, 2012). No papel, o governo de Shagari iria adiante e desenvolveria a economia nigeriana, porém, as disputas políticas se tornaram tão significantes que o governante não deu atenção política para a revolução (Falode, 2012). Então, no lugar de se preocupar em construir uma grande Nigéria com um futuro promissor, Shagari deu atenção à sobrevivência política do NPN.

Todas as políticas adotadas pelo governo Shagari se tornaram alvo de disputas e controvérsias com a oposição. Com o fim do acordo temporário com o NPP, o NPN fez propostas a outros partidos políticos, por meio de clientelismo político (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Preocupado com os aliados do NPN, Shagari conseguiu diminuir a oposição, trazendo grandes opositores igbos para o lado do partido nortista. Nas eleições de 1983, Shagari já havia ampliado a rede de clientelismo e consolidado o domínio do NPN no poder

No governo Shagari, o estado foi incapaz de lidar eficazmente com o desafio religioso no território, o que foi um fator desestabilizador. Shagari somente agravou as controvérsias religiosas no país ao almejar incluir o Sharia no sistema judiciário, um conjunto de leis e princípios religiosos islâmicos (Falode, 2012). Seitas muçulmanas radicais surgiram no norte buscando a implementação da Sharia, porém cristãos no país argumentam que um tribunal religioso não tinha como ter autoridade em um país tão heterogêneo quanto a Nigéria.

A segunda eleição da segunda república da Nigéria ocorreu entre 6 de agosto e 3 de setembro de 1983, com ampla fraude eleitoral durante as eleições.

Os resultados da eleição federal indicaram uma grande vitória para o NPN e seu candidato. As eleições de 1983 garantiram uma vitória substancial para o presidente Shagari. Os candidatos do NPN foram inicialmente declarados vencedores em treze

²⁴ Federal Housing Scheme, the National Youth Service Corps, the Nigerian External Telecommunications, the Federal Mortgage Bank, the Federal Capital Territory Administration, the Central Bank of Nigeria, and the Nigerian National Supply Company.

estados, incluindo dois estados iorubás, Oyo e Ondo, e um estado igbo, Anambra (Falode, 2012, p. 132)²⁵

O resultado dessa eleição se deu mais pela manipulação do NPN e da FEDECO do que pela preferência da população, afirma Falode (2012, p. 133). A oposição rejeitou os resultados de todas as eleições, não impedindo a posse do novo governo em 1 de outubro de 1983, deixando a Nigéria em estado de anarquia virtual. Foi então que o governo de Shagari sofreu um golpe militar, na noite de 31 de dezembro de 1983, marcando efetivamente o fim da segunda república (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Com todos os conflitos na segunda república, como a dificuldade em manter a integridade eleitoral, as estagnações econômicas e a oposição fervorosa, é de se surpreender que tenha durado tanto.

3.5 2º Regime Militar

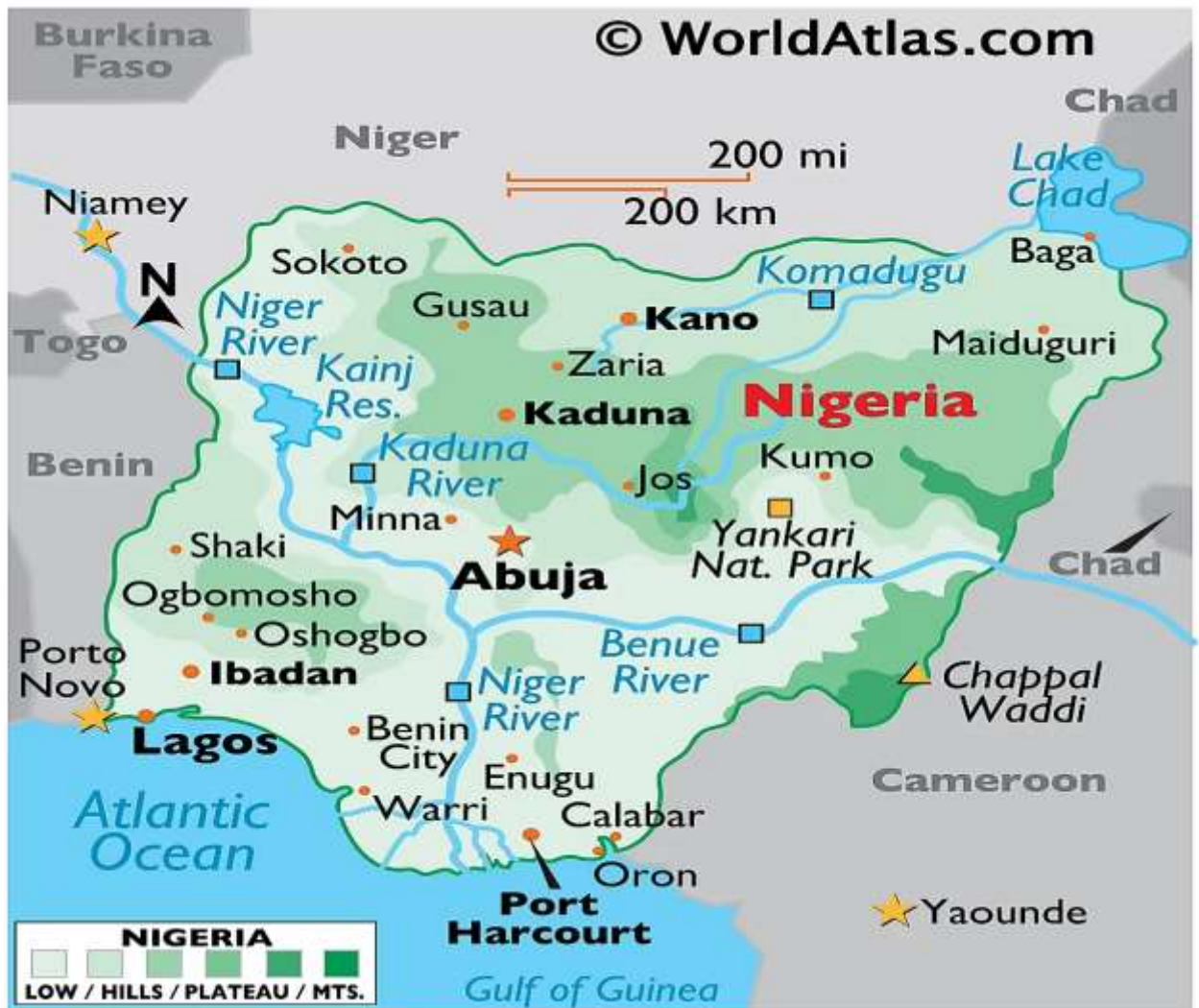
3.5.1 Muhammadu Buhari 1983-1985

Chegou ao poder o General Muhammadu Buhari, em 1983, o novo chefe de Estado militar, ao retirar Shagari do poder. O respaldo para o golpe foi de que a eleição de 1983, na qual Shagari foi reeleito, foi fraudulenta (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). A economia nigeriana estava um caos, recursos que não existiam foram utilizados em obras no antigo governo, e mesmo assim, a infraestrutura da Nigéria não seguia um ritmo acelerado. Agora, a Nigéria começaria a pagar pelos custos dos empréstimos estrangeiros, dos gastos desenfreados e dos produtos baratos comprados para as obras (Lovejoy, 1992).

Buhari, buscando combater a corrupção desenfreada, montou a investigação Bureau, a primeira vez na história da Nigéria que a segurança nacional se envolvia em investigação de corrupção (Falode, 2021). Tentou restaurar os cofres públicos e a dinâmica da economia sem alterar a base estrutural do país, enquanto a dependência do petróleo demonstrava suas partes ruins (Lovejoy, 1992). Foi evidenciado um cuidado que o segundo regime militar da Nigéria possuía a partir da queda da receita do petróleo, com o declínio do boom do petróleo.

²⁵ No original: The results of the federal election indicated a big win for the NPN and its candidate. The 1983 elections secured a substantial win for president Shagari. The NPN candidates were originally declared winners in thirteen states, including two Yoruba states, Oyo and Ondo, and one Igbo state, Anambra. (Falode, 2012, p. 132)

Figura 3: Mapa atual da Nigéria (2025)



Fonte: World Atlas, 2025.

O governante buscou dar ênfase na construção de uma Nigéria disciplinada e sem corrupção, utilizando de formas constitucionais, como decretos, para atingir esse objetivo. Buhari foi o único governante militar a não ter um programa de transição para o governo civil, pretendendo manter-se no poder (Falode, 2021).

Diversos decretos foram promulgados pelo Estado com o objetivo de transformar a Nigéria em um país livre de corrupção e criminalidade. Alguns desses decretos são o Decreto nº 2 de 1984 e o Decreto nº 4 de 1984. Outro foi o Decreto nº 3 de 1984, conhecido como decreto bancário/de congelamento de contas, que concedia ao chefe de Estado o poder de congelar as contas bancárias de pessoas suspeitas de envolvimento em práticas corruptas. Os decretos permitiram ao governo deter pessoas arbitrariamente, julgar indivíduos por tribunais militares, restringir a autoridade dos

tribunais e negar aos jornalistas o direito de criticar funcionários públicos. (Falode, 2012, p. 136)²⁶

Diferente de Murtala que confiscou os bens de funcionários públicos envolvidos em corrupção, Buhari decretou o congelamento de contas de pessoas investigadas por corrupção, mantendo um tribunal militar rígido para os julgamentos. Sem consultar o Banco Central da Nigéria, Buhari mudou a moeda do país em 1984, com a retirada das antigas cédulas da Naira e substituindo-a por novas versões, visando o desaceleramento da inflação. A troca das cédulas evitava também o acúmulo de dinheiro corrupto pelos funcionários públicos.

Buhari, demonstrando ser um homem conservador e rigoroso, banuiu os debates políticos no território nigeriano, quando grandes debates acerca da extinta Segunda República vieram à tona (Falode, 2012). Seus objetivos perante a sociedade nigeriana giravam em torno da disciplina militar. Lovejoy (1992, p. 77) traz em sua obra, “Desta vez, porém, os militares tentaram alcançar dois objetivos. Primeiro, buscaram garantir o apoio popular por meio da redução do nível de corrupção; segundo, demonstraram seu compromisso com a austeridade ao enxugar o orçamento federal.”²⁷. O compromisso contra a corrupção aumentou a credibilidade do governo Buhari, apesar da falta de grandes planos de desenvolvimento.

Em 1984, foi implementado o programa War Against Indiscipline (WAI), que tinha como objetivo introduzir na população ideais considerados básicos por Buhari, como: consciência nacional, patriotismo e disciplina (Lovejoy, 1992). Foi um amplo programa de reforma social, sendo composto por trinta e cinco fases. Até a sua queda em 1985, Buhari havia passado por apenas cinco dessas (Falode, 2012).

O Decreto de Segurança do Estado (Detenção de Pessoas), Decreto nº 2 de 1984, concedia ao chefe do Estado-Maior do Quartel-General Supremo o poder de deter qualquer pessoa considerada uma ameaça à segurança por até seis meses sem julgamento. O Decreto nº 4 foi promulgado para impedir que jornalistas escrevessem artigos que pudessem, potencialmente, constringer o governo federal e “superaquecer” o sistema político nigeriano. Por exemplo, dois jornalistas, Tunde Thompson e Nduka Irabor, foram condenados com base nesse decreto (tradução nossa) (Falode, 2012, p. 138)²⁸

²⁶ No original: Various decrees were promulgated by the state in order to be able to achieve its objective of making Nigeria a corruption and crime-free state. Some of these decrees are decree number 2 of 1984 and decree number 4 of 1984.⁵⁷ Another was decree number 3 of 1984, banking/freezing of accounts decree, that empowered the head of state to freeze the bank accounts of persons suspected of having been involved in corrupt practices. The decrees enabled the government to detain people arbitrarily, try people by military tribunals, restricted the authority of the courts and denied journalists the rights to criticize public officials. (Falode, 2012, p. 136)

²⁷ No original: This time, however, the military tried to achieve two aims. First, it attempted to secure public support by reducing the level of corruption; second, it demonstrated its commitment to austerity by trimming the federal budget (Lovejoy, 1992, p. 77)

²⁸ No original: The State Security (Detention of Persons) Decree Number 2 of 1984 gave the chief of staff, Supreme Headquarters, the power to detain anyone labeled a security threat for up to six months without trial. Decree number 4 was promulgated to prevent journalists from writing articles that could potentially embarrass the

A citação acima de Falode (2012) nos mostra a interação entre o governo nigeriano e a sociedade civil, tendo em vista que Buhari fazia questão de promulgar decretos que não aproximavam a sociedade das tomadas de decisões federais. Com esses decretos, além da prisão de pessoas importantes da oposição, diversas organizações da sociedade civil foram proibidas, como a de advogados, professores, estudantes e dos trabalhadores (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). A proibição de partidos políticos e pena de morte aplicada pelo Estado também foram decretos que Buhari trouxe para a história da Nigéria. Assim, a administração de Buhari se mostrou extremamente intolerante perante oposições e formação de conhecimento crítico.

A grande insegurança que se instaurou na Nigéria vinha desde a eleição de 1983 no qual a população não foi escutada. Assim, nota-se que Buhari acreditava que o futuro da Nigéria seria próspero com medidas radicais, que traziam o sentimento de repressão para a população. No dia 27 de agosto de 1985, Buhari tomou um golpe de estado organizado pelo Major General Ibrahim Badamasi Babangida (Falode, 2012). Babangida era chefe do Estado-Maior do Exército, demonstrando a insatisfação que os oficiais estavam com a rigidez autoritária do regime de Buhari.

3.5.2 Ibrahim Babangida 1985-1993

A saída de Buhari se deu pelo seu círculo íntimo, seu segundo no comando orquestrou todo o golpe, e o principal culpado era o próprio governante, ao não escutar opiniões para a gestão (Falode, 2012). No golpe que colocou Murtala no poder, Babangida auxiliou, se tornando parte importante no governo dele e de Obasanjo (Ayobami, 2021) Babangida justificou o golpe em 1985 pela falha de Buhari em controlar a economia, suas tendências ditatoriais que resultaram no recorde de piores direitos humanos, a não organização de um plano de transição para o governo civil, recusa de envolver seus funcionários em processos de decisão no regime (Ayobami, 2021; Falode, 2012). Babangida foi o único governador de regime militar a utilizar o título de presidente, trazendo uma abordagem mais pacífica em relação ao seu antecessor. O novo regime estava comprometido com a volta do governo civil, apoiando-se na constituição de 1979 (Lovejoy, 1992)

Falode (2012, p. 145) afirma que Babangida criou o Presidential Advisory Committee (PAC) em 1985 como uma das estruturas para pesquisar sobre o futuro da Nigéria. A PAC era composta por acadêmicos responsáveis em formular e monitorar a maioria das políticas

federal government and „overheat“ the Nigerian polity. For example, two journalists, Tunde Thompson and Nduka Irabor were convicted under decree number. (Falode, 2012, p. 138)

econômicas e governamentais. Caminhando em uma direção diferente à do seu antecessor, Babangida tentou consolidar o populismo no seu regime. Pelo o menos no estágio inicial de seu governo, adotou uma postura para que a sociedade civil participasse de decisões cruciais (Falode, 2012). Babangida, infelizmente, em vez de utilizar do programa de transição para construir uma terceira república viável e democrática, ele utilizou do programa para promover seu próprio governo.

Em 1985, Babangida fez um Discurso do Orçamento traçando um caminho econômico para 1986, apresentou diversas medidas que dariam início a era da reconstrução econômica e autossuficiência. Usou do orçamento de 1986 como base para a adoção de programas econômicos liberais (Falode, 2012). No dia primeiro de outubro do mesmo ano, Babangida declara que o país se encontra em uma emergência nacional na economia, que durou quinze meses (Lovejoy, 1992). Oficialmente, o governo estava encorajando os investimentos estrangeiros e promovendo a privatização, colocando em prática o Structural Adjustment Program (SAP) sem o investimento. Isso se deu pela queda nas receitas oriundas do petróleo, com os cofres públicos em declínio.

O FMI e o Banco Central costumam indicar para países em desenvolvimento, principalmente nos anos 1980, o programa de ajuste estrutural, conhecido como SAP. Eles concedem um empréstimo a um país sob o pretexto de adotar políticas econômicas liberais, com um tratado afirmando que o país adotará as medidas. As políticas giram em torno de: desvalorização da moeda local; redução dos subsídios governamentais; privatização de empresas estatais; corte de gastos públicos e liberação do mercado para importações. (Hanedar, Munkacsi, 2025). Babangida, buscando ser mais populista, fez um plebiscito para decidir esse empréstimo, ao contrário de diversos governadores que só pegam o empréstimo (Ayobami, 2021; Falode, 2012). A população foi contra o empréstimo, afirmando que alguma das medidas necessárias iriam atrasar o desenvolvimento, negaram a ajuda do FMI.

Foi então que Babangida decidiu implementar o SAP sem a ajuda externa, o chamando de SAP doméstico. Adotou algumas das medidas do SAP original, enquanto fazia pequenos acordos com o FMI e o Banco Central por verba, porém, o SAP, a Nigéria não assinou (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Assim, o SAP doméstico inclui reforço das políticas de controle da demanda econômica, estímulo à produção doméstica agrícola, adoção de políticas de preços determinados para o mercado e incentivo à privatização (Falode, 2012). Esse foi o primeiro passo da Nigéria em direção a grandes reformas nos principais setores da economia. Obteve alguns ganhos significativos nos primeiros dois anos, sofrendo retrocessos nos próximos anos,

como a maioria dos programas econômicos que os governos nigerianos tentaram impor (Akpan, 2009).

As políticas econômicas de Babangida afetaram negativamente aquela economia nigeriana já fragilizada pela dependência petrolífera. Foi observado um declínio no PIB da Nigéria, enquanto suas políticas encontraram resultados não desejados. Lovejoy (1992) demonstra a desvalorização cambial do Naira no governo Babangida:

Houve uma forte desvalorização do naira em 1986, seguida por reduções ainda mais drásticas em 1989 e no início de 1990. Como resultado da recessão, houve uma queda na renda real, especialmente para os moradores urbanos, e o desemprego aumentou de forma contínua, passando de um nível baixo em 1980 para quase 12 por cento em 1986. A situação na segunda metade da década de 1980 foi ainda pior, com a renda per capita caindo para menos de US\$300 em 1988 (tradução nossa) (Lovejoy, 1992, p. 82).²⁹

A recuperação da economia era primordial para a transição para o governo civil. O ponto principal do governo de Babangida foi a política Bureau, anunciada no discurso de orçamento do presidente. Falode (2012, p. 151-152) afirma que: A criação da política Bureau, entre setembro e dezembro de 1985, marcou o ponto alto da tentativa do governo de definir e traçar os caminhos para a consolidação democrática na Nigéria³⁰. Essa política tentou fornecer a estrutura que servisse de base para as estruturas políticas da terceira república. Com o país passando por dificuldades econômicas e políticas, se tornou complicado para que a política Bureau realmente fomentar uma terceira república viável para o país.

Babangida afirma que a organização Bureau estudará um debate político sobre um sistema político que permitisse prosperar a Nigéria para uma cultura política previsível e estável. O presidente também determinou que ficaria nas mãos dessa política a transição política com limite até 1990, enquanto formulava uma filosofia básica de governo para a Nigéria. Essa política trouxe incentivo à sociedade civil a participar de suas deliberações à medida que o grupo viajava pela Nigéria para entender seus problemas e questões (Falode, 2012). Em 1987, Bureau apresentou um relatório ao Estado. A política Bureau então determinou que as relações subestruturais que caracterizavam o comportamento político na Nigéria necessitavam de uma redefinição, para garantir a união nacional e a prosperidade. Então, Bureau chegou a conclusão

²⁹ No original: There was heavy devaluation of the naira in 1986, followed by even more drastic reductions in 1989 and early 1990. As a result of the recession, there was a drop in real income, especially for urban dwellers, and unemployment rose steadily from a low in 1980 to almost 12 percent in 1986. The situation in the second half of the 1980s was even worse, with per capita income falling below US\$300 in 1988 (Lovejoy, 1992, p. 82).

³⁰ No original: The establishment of the Political Bureau between September and December 1985 marked the highpoint of the administration's attempt to define and chart the pathways to democratic consolidation in Nigeria (Falode, 2012, p. 151-152).

que uma ordem política socialista garantiria a distribuição equitativa dos recursos e traria uma verdadeira democracia. Bureau também trouxe como uma boa solução a adoção de um sistema bipartidário, estabelecendo realmente como prazo para o governo civil de 1990 (Falode, 2012). O governo Babangida, como um governo militar, rejeitou a ideia de um governo socialista, recusando também a sua saída do governo em 1990. Porém, adotou a medida de um sistema bipartidário para a Nigéria (Falode, 2012).

Em 1987, Babangida criou a Mass Mobilization for Social Justice and Economic Recovery – MAMSER, com o objetivo de promover uma socialização eficaz e o recrutamento político da maioria da população (Falode, 2012). Servindo como parte do programa de transição, buscou enfrentar os desafios de governança e corrupção. Esse era um programa elaborado pela política Bureau, porém, deveria ter sido implementado em conjunto com o sistema socialista, sendo um programa para um sistema socialista, o que tornou o programa incapaz de funcionar em seu total tendo em vista que estava sendo implementado em um governo capitalista. Era voltado para promover o consenso dentro da diversidade, diminuindo as diferenças sociais e étnicas na Nigéria, estimulando a participação e o esclarecimento de políticas (Falode, 2012).

O MAMSER tinha dois objetivos principais. O primeiro era a campanha Operação Comida em Primeiro Lugar, que buscava mobilizar e organizar pequenos agricultores em cooperativas e conectar essas cooperativas aos bancos para obtenção de empréstimos. O segundo objetivo visava promover a justiça social ao canalizar reclamações para a Comissão de Reclamações Públicas (tradução nossa) (Falode, 2012, p. 158)³¹

Logo, o MAMSER foi feito para cumprir com os objetivos do governo de Babangida. Em relação à diversidade agrícola, com incentivo a pequenos fazendeiros em busca da segurança alimentar e da inserção civil em soluções para os problemas nacionais. Infelizmente, o projeto foi um fracasso, falhando em transformar as realidades sociopolíticas e econômicas da Nigéria. A falha se deu pela falta de vontade política em impor o programa, fragilidade institucional das agências criadas para esse programa desde o início e ausência no controle financeiro do projeto, gerando desperdício e má alocação de recursos (Falode, 2012). Mais um programa na Nigéria que falha pela falta de interesse político e corrupção no projeto, no entanto, o MAMSER continuou na ativa até 1993, quando Abacha extinguiu.

³¹ No original: MAMSER had two core objectives. The first was the operation food first campaign that sought to mobilize and organize small scale farmers into cooperatives and to link such cooperatives with banks for loans. The second component sought to enhance social justice by channeling grievances to the Public Complaints Commission. (Falode, 2012, p. 158)

Também criado em 1987, o National Electoral Commission (NEC) foi um dos pilares do programa de transição para o governo civil de Babangida. Foi criada para organizar e supervisionar todas as eleições, estaduais e federais, durante a transição do regime militar (Falode, 2012). O NEC deu instruções para os partidos políticos que desejassem estar ativos na Terceira República, precisavam apresentar o passaporte de todos os membros registrados e estabelecer um escritório em cada capital de todas as regiões. A comissão passou na malha fina a criação de seis partidos políticos, porém, Babangida negou a aprovação desses acreditando serem recriações dos partidos da primeira e segunda república, replicando os direcionamentos etno religioso (Falode, 2012). Como não possuía partidos para a transição de poder, Babangida criou dois partidos com ligações ao Estado em 1989, financiados pelo mesmo com reconhecimento legítimo, o Social Democratic Party (SDP) e o National Republican Convention (NRC).

Um comitê foi criado para a revisão da constituição de 1979, o Constitution Review Committee (CRC), que submeteu um relatório sobre a constituição em 1988 (Lovejoy, 1992). Assim, foi feita uma assembleia para a constituição em 1988, para deliberar sobre o projeto da constituição, apresentando ao governo em 1989 (Falode, 2012). Como principais emendas e recomendações, o relatório da assembleia incluiu a estipulação de qualificação acadêmica mínima de certificado escolar para os candidatos a cargos eletivos, os governos locais como um terceiro nível do governo federal e a proibição de qualquer governo dar tratamento preferencial a qualquer região, e religião, em particular. A falha da terceira república não foi relacionada à integridade da constituição, tendo em vista que foi pela falta de vontade política por parte do Estado em implementar as disposições da Constituição de 1989 (Falode, 2012).

Grandes críticas e desafios foram postos à frente do governo Babangida desde 1986, principalmente contra suas medidas políticas e econômicas, motins e tensões religiosas marcaram seu governo. Se mostrou um regime autoritário que não cedia a críticas, conseguindo evitar duas tentativas de golpe entre 1985 e 1990 (Falode, 2012, p. 146). Babangida era um homem muçulmano que acreditava na inserção do islamismo no governo nigeriano, deixando o país a beira de uma grande guerra religiosa. Incluiu o país sem aviso prévio na Organização da Conferência Islâmica (OIC, em inglês), provocando uma condenação generalizada no sul do país contra o presidente, tendo em vista que era a região cristã da Nigéria (Falode, 2012; Lovejoy, 1992). Babangida também considerou a adoção do Sharia na constituição nigeriana, não obtendo sucesso pelos subsequentes protestos que exigiam a retirada da Nigéria da OIC.

Além de suas questões liberais econômicas e suas represálias religiosas, Babangida ainda se negou a deixar o poder na data estabelecida em 1990, adiando a sua saída para janeiro de 1993 e posteriormente para agosto de 1993 (Falode, 2012).

Babangida manipulou consistentemente o processo de transição ao alterar cronogramas, modificar procedimentos e, com frequência, banir e permitir novamente a participação de políticos e autoridades governamentais durante o processo de transição. Ele justificava suas frequentes interferências pelas exigências do processo político na Nigéria. Ou seja, para criar uma aparência de estabilidade e continuidade diante da corrupção e de outras mazelas socioeconômicas (tradução nossa) (Falode, 2012, p. 148)³²

Em seu governo, Babangida aumentou a quantidade de Estados para 21, alterando o mapa estabelecido no governo de Muhammad em 1976. Diversos grupos étnicos clamavam por mais independência, assim, Babangida aumentou o número de estados por pressão popular. Trazendo para as minorias étnicas uma maior participação do poder da região.

É necessário levar em consideração a segunda reforma que Babangida fez nos estados da Nigéria. Quando Babangida aumentou o número de estados para 30 em 1991, ele buscou consolidar seu poder central, enfraquecendo as elites regionais à medida que as dividia. Tentou, com essa divisão, diminuir as tensões étnicas que ameaçavam eclodir. É observável que a maior concentração das divisões está no hemisfério sul do país, local de extrema exploração do petróleo e de tensões étnicas, onde estava localizado o antigo Estado do Biafra.

Foi em 1993 que o verdadeiro motivo do fraco programa de transição de Babangida foi revelado, ele nunca pretendia sair do poder, querendo se tornar ou presidente civil ou dar continuidade no regime militar (Falode, 2012). Pelo SDP, o candidato foi o Chefe Abiola, e pelo NRC foi candidato o Bashir Tofa. Em 12 de junho de 1993, o Chefe Abiola venceu as eleições presidenciais, e em 23 de junho Babangida anulou o resultado da eleição, recusando-se a largar o poder.

Essa ação de Babangida trouxe grande revolta popular, fazendo ele sair do poder relutantemente. 27 de agosto de 1993, Babangida transfere seu poder para o Chefe Ernest Shonekan, tornando-o chefe de estado do Governo Nacional Interino (Interim National Government, sigla em inglês ING) (Falode, 2021).

³² No original: Babangida consistently manipulated the transition process by moving timelines, amending procedures and frequently banning and unbanning politicians and government officials during the transition process. He justified his frequent interference on the exigencies of the political process in Nigeria. That is, to create a semblance of stability and continuity in the face of corruption and other socio-economic ills. (Falode, 2012, p. 148)

3.5.3 3º República (ERNEST SHONEKAN) ago 1993-nov 1993

O governo de Shonekan foi o mais curto da história da Nigéria, entrou no poder como presidente da terceira república sem apoio popular no dia 27 de agosto de 1993. Além de não ter sido eleito presidente, Shonekan era visto como marionete dos militares. Shonekan não tinha ao seu lado nem a população, nem os políticos, o que tornou sua administração impossível.

Então, no dia 17 de novembro de 1993, sofreu pressão dos militares para renunciar, e Sani Abacha entrou como Chefe de Estado do Quarto Regime Militar da Nigéria. Novamente a Nigéria se via em uma crise de confiança perante as instituições políticas, o que aumentou a quantidade de protestos e resistência civil.

3.6 3º Regime Militar

3.6.1 Sani Abacha 1993-1998

General Sani Abacha entrou no poder pela grande crise da eleição em Junho de 1993, quando Abiola foi eleito presidente e Babangida não aceitou. Ao chegar ao poder em novembro de 1993, Abacha dissolveu o grupo que auxiliava Babangida a governar e declarou-se Chefe de Estado e comandante das forças armadas (Falode, 2018). Abacha já esteve envolvido em outros golpes militares para assumir o comando do governo federal. Ao assumir o poder, a população protestou para que o poder retornasse para o presidente eleito na terceira república, Ernest Shonekan, porém, Abacha se negou a passar o poder (Falode, 2018).

A falha de Abacha em transferir o poder político para o chefe Moshood Abiola, vencedor das eleições presidenciais de 1993, e a subsequente prisão de Abiola por Abacha, juntamente com a intolerância do regime em relação à dissidência e à oposição, tornaram-no impopular (tradução nossa) (Falode, 2012, p. 169)³³

Então, o governo de Abacha iniciou de forma impopular, sendo uma figura autoritária e intolerante a críticas, tendo aprisionado centenas de opositores no início de 1995, incluindo o ex-chefe de Estado Olusegun Obasanjo (Falode, 2012). Estabeleceu o National Electoral Commission of Nigeria (NECON) em 1993, para conduzir as eleições gerais para a Quarta República. A NECON tinha obrigação de promover leis eleitorais e reconhecer os partidos políticos, porém, ele não reconheceu possíveis oposições. Foi reconhecido cinco partidos dos quinze que se submeteram a NECON (Falode, 2012), como era um órgão do governo, as possíveis oposições não foram reconhecidas, comprometendo a democracia da quarta república.

³³ No original: The failure of Abacha to handover political power to Chief Moshood Abiola, the winner of the 1993 presidential elections, and Abacha's subsequent imprisonment of Abiola, coupled with the regime's intolerance of dissent and opposition, made it unpopular. (Falode, 2012, p. 169)

Em março de 1994, Abacha criou o Petroleum Trust Fund (PTF), uma agência pública fundada com o objetivo de administrar os recursos oriundos do aumento do preço do petróleo no mercado interno (Falola, Heaton, 2008). Buscou canalizar os recursos para o financiamento direto de projetos de infraestrutura social e econômica – escolas, estradas, hospitais e fornecimento de medicamento. Foi uma resposta institucional para as crescentes pressões populares com a demanda de melhorias sociais no território. Atuou até 1999, quando Olusegun Osabanjo assumiu a presidência. O PTF era constantemente criticado pela oposição dado a falta de transparência da instituição e denúncias de uso político dos recursos, com distribuição desigual das melhorias sociais.

Em 1994, construiu o programa de transição para o governo civil, que incluía a criação de uma nova constituição, o estabelecimento de um novo órgão eleitoral, a criação de mais estados e governos locais e a realização de eleições gerais (Falode, 2012). De acordo com o programa, a Nigéria teria sua quarta república em 1998. A conferência nacional para a criação da constituição (National Constitutional Conference (NCC) aconteceu após a apresentação do rascunho pelo Constitutional Committee Commission (CCC) em 1994, que estava sendo responsável pela elaboração de um rascunho constitucional (Falode, 2012).

A NCC fez algumas recomendações importantes. Entre elas: que a presidência deveria ser alternada entre duas zonas do país, norte e sul; que a representação nos níveis federal e subfederal deveria ser baseada na proporcionalidade; e que uma comissão de caráter federal deveria ser estabelecida. É notável observar que algumas dessas recomendações posteriormente foram incorporadas à Quarta República, onde se tornaram operacionais (tradução nossa) (Falode, 2012, p. 181)³⁴

No fim, em 1995, um rascunho da constituição para a quarta república foi apresentado. E o programa de transição de Abacha foi dado continuidade, à medida que o mesmo aumentou a quantidade de estados da Nigéria para 36 no ano de 1996, alterando a antiga divisão de Babangida.

Podemos afirmar que os pontos mais importantes do governo Abacha em relação a sua administração civil se deram em 1995: o julgamento dos supostos conspiradores de um golpe de estado e a execução de ativistas ogonis, da região do Delta do Níger (Watts, 2004). Em março de 1995, o regime havia anunciado que um plano de golpe por parte de oficiais do

³⁴ No original: The NCC made some important recommendations. Some of these are: that the presidency should be rotated between two zones of the country, north and south; that representation at the federal and sub-federal levels must be based on proportionality; and that a federal character commission was to be established. It is remarkable to note that some of these recommendations later found their way into the Fourth Republic where they became operational. (Falode, 2012, p. 181)

exército estava em ativa, com o descobrimento desse plano um julgamento secreto foi realizado e esses conspiradores foram condenados à morte ou a longos períodos de prisão. Olusegun Obasanjo estava entre os presos por suposto envolvimento no golpe (Falode, 2012).

A situação no governo Abacha estava tão dramática, que qualquer movimento de contestação é esmagado (Pereira, 2008). Na década de 1990, Ken Saro-Wiwa havia fundado o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) (no inglês, Movement for the Survival of the Ogoni People) buscando defender, entre outras coisas, os direitos dos ogoni com uma parcela maior da receita do petróleo e uma maior representatividade nas instituições políticas nigerianas (Falode, 2012). A população ogoni não passava de quinhentas mil pessoas, o território possuía quase a metade de todo o petróleo extraído anualmente para a exportação, por isso, buscavam um tratamento mais justo para o povo ogoni. O Estado prendeu Wiwa e outros ativistas em 1995, os colocando no tribunal militar que os considerou culpados e todos foram condenados à morte por enforcamento. Existem fortes suspeitas de que a empresa Shell que atuava na região tenha influenciado o julgamento, tendo em vista que as manifestações do grupo prejudicaram a empresa (Pereira, 2008). Essa execução marcou o ponto mais baixo do regime de Abacha (Falode, 2012).

O governo de Abacha foi considerado o mais impopular e autoritário da história da Nigéria, com supressões brutais da oposição política e ativista das sociedade civil. A corrupção também estava em alta em seu governo, quando criou cinco partidos fantoches, para a quarta república. Foi alvo de sanções internacionais, inclusive sendo suspenso do Commonwealth britânico. Sua administração representou um dos momentos mais sombrios da história política nigeriana, minando as instituições, silenciando vozes democráticas e isolando o país internacionalmente

Os cinco partidos que Abacha autorizou a criação para a quarta república indicaram ele como o único candidato presidencial. Em junho de 1998 sofreu um ataque cardíaco e morreu, assim, Abdulsalami Abubakar tornou-se o nono governante militar desde a independência (Falode, 2012).

3.6.2 Abdulsalami Abubakar 1998-1999

Após a morte de Abacha, Abdulsalami Abubakar chegou ao poder descartando seu projeto de transição civil (Falode, 2012). A postura de Abacha era de continuar no poder, enquanto Abubakar buscava a transição. Embora a quarta república tenha sido considerada um sucesso, o regime de Abubakar seguiu falhando em consertar os problemas que assolavam a

Nigéria desde sua independência: a democracia; o federalismo; a corrupção e a agressividade etnorreligiosa.

Um elemento importante para esse processo de transição foi a constituição nigeriana, quando Abubakar criou um comitê coordenador para ajustar o rascunho da constituição de 1995 (Falode, 2012). O comitê recomendou a integração da Constituição de 1979, com algumas novas emendas e combinação das constituições de 1989 e 1995. Essa constituição foi sancionada um dia antes da posse do primeiro presidente da quarta república e se tornou a Constituição da República Federal da Nigéria de 1999.

Criou o Independent Nacional Electoral Commission (INEC), um órgão com o objetivo de conduzir o nascimento da quarta república em 1999, através das eleições (Falode, 2012). Vinte e seis partidos solicitaram reconhecimento ao INEC, porém três foram aceitos. Alliance for Democracy (AD), People's Democratic Party (PDP) e o All People's Party (APP), o primeiro do sudeste, o segundo continha o Olusegun Obasanjo como candidato que foi retirado da prisão por Abubakar e o terceiro eram oficiais leais a Abacha. Olu Falae foi escolhido como candidato presidencial da coligação da AD com a APP (Falode, 2012). O PDP se mostrou forte nas eleições regionais, além de ter indicado o futuro presidente Olusegun Obasanjo.

Assim, no dia 29 de maio de 1999 nasce a quarta república nigeriana com Olusegun Obasanjo como primeiro presidente (Falode, 2012). A região do Delta do Níger não ficou contente com o não reconhecimento de Abiola como presidente, ressentidos das eleições de 1983 ainda.

A recusa do regime em reconhecer Abiola, que posteriormente morreu na prisão em 1998, como o primeiro presidente civil da Quarta República, azedou as relações com o sudoeste do país. Essa recusa foi responsável pela inimizade entre a NADECO e o regime. Se o regime tivesse libertado e reintegrado Abiola, essa ação teria contribuído significativamente para enfrentar o desafio da democracia que a Nigéria enfrentava, bem como a questão da legitimidade que o regime de Abubakar enfrentava (tradução nossa) (Falode, 2012, p. 175-176)³⁵

A transição do governo foi algo acelerado, com a população ansiando por estabilidade após anos de repressão. Assim, ficou nas mãos de Obasanjo restaurar a democracia, reestruturar a economia e combater a corrupção institucionalizada. Durante a década de 1990, não havia

³⁵ No original: The refusal of the regime to recognize Abiola, who later died in prison in 1998, as the first civilian president of the Fourth Republic, embittered the south-west. This refusal was responsible for the enmity between NADECO and the regime. Had the regime released and reinstated Abiola, this action would have gone a long way in tackling the challenge of democracy that confronted Nigeria and that of legitimacy that confronted Abubakar's regime. (Falode, 2012, p. 175-176)

uma estratégia econômica clara (Akban, 2009). Abubakar chegou ao poder com o objetivo de transformar a Nigéria em uma república.

3.7 4ª República

3.7.1 Olusegun Obasanjo 1999-2007

Após o programa de transição bem sucedido do General Abdusalam Abubakar, no dia 29 de maio de 1999 Olusegun Obasanjo, candidato do PDP, foi eleito presidente, marcando o início da quarta república da Nigéria (Falode, 2012). Obasanjo entrou no poder com o principal objetivo de criar instituições políticas para fortalecer a base democrática nigeriana, garantindo a sua sustentabilidade a longo prazo. Como a população do sudoeste estava insatisfeito com o não reconhecimento de Abiola, Obasanjo procurou maneiras de incluí-los na sociedade. Criou o Niger Delta Development Commission (NDDC), em junho de 2000, buscando revisar e propor formas de desenvolvimento para a região do Delta do Níger (Falode, 2012). O Estado tentou construir infraestrutura e incentivar os investimentos na região, mas o verdadeiro motivo era para acalmar os jovens da região que estavam revoltados com a presidência. Além das revoltas que afetam a credibilidade do governo, os jovens afetam as atividades de extração e exportação do petróleo. Assim, a entrada de Obasanjo foi marcada por grandes conflitos internos que o presidente precisava organizar, além do aumento no valor do petróleo.

No ano de 1999, o estado de Zamfara introduziu o Sharia como lei do estado. Rapidamente, outros estados do norte seguiram o exemplo. Isso trouxe dilemas para Obasanjo, tendo em vista que ele era muçulmano e estados utilizar leis religiosas quando a Nigéria é secular traz contradições, principalmente na constituição. Outra questão para Obasanjo foi a segurança dos cristãos que viviam nos estados do norte, que agora estavam sob a Sharia (Falode, 2012). No Sudeste, uma campanha ativa para a reafirmação do Biafra era feita, enquanto no sudoeste a administração de Obasanjo encontrava revoltas com a afirmação que suas políticas eram anti-iorubás (Falode, 2012).

In the Niger Delta, the fight of the Ogoni's and other ethnic minorities for control over oil resources and an end to the pollution of their territories took a decidedly violent turn during the administration's second-term. Different militias came-up in the region to fight for and defend the rights of the minorities in the Niger Delta. (Falode, 2012, p. 209)

Os problemas ligados ao Delta do Níger giravam em torno dos recursos petrolíferos, tendo em vista que a maioria do petróleo se encontrava no território (Falode, 2012). Novamente,

as questões étnicas se tornaram um problema na administração da quarta república, enquanto o petróleo estava centralmente no contexto.

A corrupção estava instaurada na administração do governo de Obasanjo, e tentando combater criou a instituição Independent Corrupt Practices Commission (ICPC) em 2000, e a Economic and Financial Crimes Commission (EFCC) em 2003. Ambas com o objetivo de investigar fraudes de adiantamento, desvio de fundos públicos, fraudes econômicas e a apropriação indevida de recursos públicos (Falode, 2012). Foi com essas duas instituições que Obasanjo conseguiu levar o debate da corrupção para o público, a EFCC era utilizada para intimidar políticos que eram contra projetos de Obasanjo. Com a personalização do estado com as instituições, a EFCC, ICPC e outras agências anticorrupção falharam em resolver adequadamente o problema da corrupção na quarta república (Falode, 2012).

Foi durante o segundo mandato de Obasanjo (2003-2007) que a sobrevivência econômica da Nigéria se tornou um ponto principal para o governo. Então, buscando a reestruturação da economia, lançou o projeto NEEDS, SEEDS e LEEDS. Esses três conceitos formaram as reformas socioeconômicas que a administração lançou entre 2003 e 2007 (Falode, 2012). Em 2004 foi lançado o National Economic Empowerment and Development Strategy (NEEDS), como a base principal para a nova agenda socioeconômica de desenvolvimento. A NEEDS priorizou a reforma institucional, a promoção do setor privado, o combate à corrupção e o investimento em serviços públicos. Em conjunto a NEEDS, foram implementadas versões descentralizadas nos estados e governos locais, o State Economic Empowerment and Development Strategy (SEEDS) e o Local Economic Empowerment and Development Strategy (LEEDS). Os programas mais regionais buscavam adaptar os princípios da NEEDS às realidades regionais, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado entre as diferentes unidades federativas.

Os impactos dessas políticas foram variados: embora tenham promovido maior disciplina fiscal, crescimento do PIB e avanços em setores como telecomunicações e finanças, também enfrentaram críticas por sua execução desigual e por não alcançarem plenamente os grupos mais vulneráveis da sociedade. Ainda assim, os planos NEEDS, SEEDS e LEEDS representaram um marco no planejamento de médio prazo na Nigéria e estabeleceram uma base para políticas subsequentes de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável. A posição das reservas externas aumentou de US\$ 5.5 bi no ano de 1999 para cerca de US\$28 bi, e a dívida externa acumulada foi reduzida após longas negociações que aliviaram a dívida pelo Clube de Paris (Akban, 2009)

No ano de 2003, uma iniciativa global para a publicação de relatórios e auditorias sobre receitas de petróleo, gás e mineração foi lançada, sob o nome de Extractive Industries Transparency Initiative (EITI). Obasanjo, no ano de 2004, trouxe a uma versão do EITI para a Nigéria, chamado de Nigeria Extractive Industries Transparency Initiative (NEITI). O presidente acreditou ser importante para promover a responsabilidade e o uso eficiente da receita pública, enquanto promovia a transparência na indústria petrolífera. Até o ano de 2007, as publicações de informações financeiras não eram obrigatórias, e o foi aprovada a lei NEITI Act, que deu base legal formal à iniciativa, tornando a publicação de informações uma obrigação legal das empresas que atuavam na Nigéria.

Obasanjo foi candidato pelo PDP em 1999, 2003 e 2007, sendo reeleito em 2003. As duas últimas eleições foram marcadas por intimidação generalizada, corrupção e fraude, marcando o legado da administração de Obasanjo (Falode, 2012).

A condução das duas eleições e os resultados falhos produzidos prejudicaram o legado da administração. As deficiências percebidas nas duas eleições presidenciais conduzidas por Obasanjo levaram a uma política instável. Essa instabilidade garantiu que os desafios não resolvidos da democracia, governança, federalismo e etnorregionalismo agressivo, remanescentes do interregno militar do país, e que a administração de Obasanjo não conseguiu resolver adequadamente, impactassem negativamente os esforços do Estado na construção de uma Nigéria viável, democrática e funcional (tradução nossa) (Falode, 2012, p. 203-204)³⁶

Além da violência nas eleições, Obasanjo tentou aplicar um golpe na constituição da Nigéria. Ele solicitou a mudança do artigo da constituição que determinava que uma pessoa só poderia ter dois mandatos de presidente (Falode, 2012). Sua tentativa foi falha, já que assim que a administração descobriu seus planos impediu. Falode James (2012) argumenta que esse episódio reforçou a importância dos limites constitucionais, demonstrando a necessidade de uma vigilância contínua para a proteção da democracia nigeriana.

³⁶ No original: The conduct of the two elections and the flawed results produced blighted the administration's legacy. The perceived shortcomings of the two presidential elections Obasanjo conducted led to an unstable political polity. This instability ensured that the unresolved challenges of democracy, governance, federalism and aggressive ethno-regionalism, that was a holdover from the country's military interregnum, and which the Obasanjo's administration could not adequately resolve, impacted negatively on the state's efforts in building a viable, democratic and functional Nigeria. (Falode, 2012, p. 203-204)

4 O OURO NIGERIANO

Esse capítulo pretende abordar o petróleo no território nigeriano, analisando sua ascensão, indo desde o descobrimento até sua consolidação como principal exportação da Nigéria. Torna-se necessário o detalhamento de como ocorreu o petróleo na Nigéria, com seu impacto nas instituições, como a má administração afetou o futuro do país e gerou a dependência econômica.

O petróleo, desde sua descoberta, se tornou um bem importante para seus exportadores, sendo conhecido como “ouro negro” por sua coloração, valor político e econômico (Pereira, 2008). Reservas de petróleo gigantescas concentram-se em países, principalmente os em desenvolvimento (a Nigéria, a Arábia Saudita, a Venezuela, o Irã e o Iraque). Os países com grandes reservas tendem a utilizar desse fator como uma arma política e econômica, barganhando seu espaço no mercado internacional (Pereira, 2008). É de se notar que a maioria das reservas de petróleo encontram-se em países subdesenvolvidos, com grande exploração principalmente ocidental, e um histórico de má distribuição de recursos. A correlação entre esses fatores foi estudada por Auty (1993).

O preço do petróleo é algo que afeta indiretamente o mercado global, tendo em vista que o mundo inteiro utiliza ainda do petróleo. A importância do petróleo no mundo é um fato inegável, principalmente ao notar que conflitos internacionais e choques externos alteram o valor do petróleo no mercado internacional. Harold James (2016) traz em seu artigo um pouco do impacto da mudança do preço do petróleo,

O preço do petróleo, frequentemente usado como uma espécie de termômetro para medir a saúde da economia mundial, é também um barômetro, alertando sobre tempestades geopolíticas iminentes. E os desafios de segurança implicados pela queda nos preços do petróleo provavelmente serão mais significativos do que os riscos econômicos (tradução nossa) (James, 2016, s/p).³⁷

Um aumento no preço do petróleo pode atuar como um freio no crescimento da economia mundial, já uma desaceleração da economia também tende a provocar uma queda nos preços do petróleo. Ikein (2017, p. 401) informa que as altas nos preços do petróleo serviu como ponto inicial para as recessões globais em 1973, 1979, 2000 e 2008.

³⁷ No original: The price of oil, often used as a sort of thermometer to measure the health of the world economy, is also a barometer, warning of approaching geopolitical storms. And the security challenges implied by falling oil prices are likely to be more significant than the economic risks (James, 2016, s/p).

4.1 Nasce uma indústria petrolífera

Antes de sua independência, em 1960, a agricultura era o setor principal da economia nigeriana, contribuindo com cerca de 70% do PIB (Akpan, 2009). A Nigéria concentra grandes reservas de petróleo desde 1956, quando a empresa britânica Shell descobriu o grande volume de petróleo comercial, na região do Delta do Níger. Foi somente em 1958 que a Shell começou a produzir petróleo comercialmente e exportar (Hennchen, 2015). A presença de empresas estrangeiras em ações conjuntas ao governo da Nigéria, através da Nigerian National Petroleum Company (NNPC), criada em 1977, trouxe uma devastação ambiental e uma crise às formas tradicionais da população (Watts, 2004).

As empresas estrangeiras se instalaram na Nigéria, principalmente na região do Delta do Níger. A primeira empresa chegou ainda no ano de 1937, a Shell Petroleum Development Company of Nigeria (SPDC)³⁸, com início das explorações na década de 1950, detendo o monopólio da exploração até 1959. Ao lado da SPDC, temos a Mobil Producing Nigeria Unlimited (empresa estadunidense, que chegou na Nigéria em 1955), que começou sua produção em 1960, em alto mar na região de Akwa Ibom, e rapidamente se tornou uma das maiores produtoras de petróleo, comandando o ranking ao lado da SPDC e da NNPC, quando surgiu em 1977 (Monié, 2012).

Muitos investimentos estrangeiros foram direcionados a iniciativa privada estrangeira, enquanto o governo oferecia incentivos para a vinda desse capital, como isenções fiscais e tarifas protecionistas. Essa falta de investimento estrangeiro na economia foi sem dúvidas pela instabilidade política que caracterizou essa primeira república nigeriana. Em 1965, havia 110 empresas estrangeiras operando no país, enquanto havia 52 empresas nigerianas, além do maquinário e tecnologia industrial que se fazia necessário a importação (Falola, Heaton, 2008).

Apesar da nacionalização de grande parte do petróleo a partir de 1977 com a NNPC, a estrutura da empresa nacional não permitia o sucesso da exploração. Houve a necessidade de juntar-se aos estrangeiros para que a produção consiga ser lucrativa, principalmente com a SDPC e a Mobil.

Sem capacidade financeira e técnicas para prospectar e explorar petróleo, estas companhias participavam de joint ventures com grupos estrangeiros responsáveis pelas operações. Na Nigéria, no início dos anos 2000 mais de 90% do petróleo era assim produzido por joints ventures associando a Nigeria Nacional Petroleum Corporation à operadores multinacionais (Monié, 2012, cap. 2, parág. 2)

³⁸ Uma empresa britânica-holandesa que chegou quando ainda se chamava Shell D'Arcy Petroleum Company, se tornou Shell-BP e após isso SPDC. Atuava principalmente na região do Delta do Níger, nos estados de Bayelsa, Rivers e Delta (Hennchen, 2015).

Até o ano de 2007, a Nigéria não refinava seu próprio petróleo, o que a fazia importar toda a quantidade que o país precisa para funcionar. Essa atitude demonstra o quão despreparada estava a indústria nigeriana em relação ao petróleo, mais de 45 anos desde a descoberta do petróleo, 30 anos da indústria nacional do petróleo, e todo o petróleo bruto precisava sair da Nigéria para a refinação.

4.2 A ascensão instável do petróleo

A crescente entrada de recursos pelo petróleo no cinturão médio da Nigéria em meados de 1973 trouxe uma reviravolta para a economia nigeriana, com uma riqueza sem precedentes, inesperada e despreparada (Akpan, 2009; Watts, 2004). Existia a clara falta de planejamento adequado com os recursos do petróleo, e para onde o mesmo seria designado. Na metade da década de 1970, quando houve o boom do petróleo, todos os gastos públicos foram financiados pelas receitas provenientes do petróleo (Akpan, 2009). Porém, esse período foi caracterizado por instituições frágeis, com instrumentos fracos para implementar os projetos de investimentos.

Tabela 2: Exportação e produção de petróleo

Indicador	1979	1980	1981	1982
Produção de Petróleo (milhões de barris/ano)	842,47	752,46	525,60	471,15
Exportação de Petróleo (milhões de barris/ano)	817,19	700,14	445,11	394,70

Fonte: elaborada pela autora com base em Petroleum Studies Office, 1983.

A partir do ano de 1979, o boom do petróleo já estava em decadência. No ano de 1981, no qual a produção de petróleo foi maior do que a exportação, o preço do barril foi o mais alto desses anos, chegando a US\$38,75 (Petroleum Studies Office, 1983). Com o valor alto, as exportações diminuíram, trazendo menos receita e mais dependência à Nigéria.

Na década de 1980 e 1990 as oscilações do preço do petróleo foram assustadoras e a Nigéria passou por altos e baixos, em 1985, o preço do barril de petróleo estava em torno de US\$ 28, caiu para um valor médio de US\$ 14,03 em 1986. As receitas com a exportação de

petróleo consequentemente oscilaram bastante, com seu pico em 1980 com US\$ 25 bilhões, logo após uma queda para US\$ 10 bilhões no ano de 1983 e três anos depois para US\$ 7 bilhões (Ikein, 2017), resultando uma queda de 72% entre 1980 e 1986.

Sua receita caiu drasticamente à medida que em 1981 passava de US\$ 10 bilhões para US\$ 1,23 bilhão em 1983 (Akpan, 2009). Em meados dos anos 1980, o governo da Nigéria investiu em planos de desenvolvimento e a oscilação que ocorreu não conseguiu sustentar o crescimento. Os planos feitos com a receita de 1981 não concluíam com a receita de 1983.

Dentro da década de 1990, que pode ser descrita como um período de retrocessos e oportunidades perdidas; a série de reformas e reveses do final dos anos 1980 cobrou seu preço no setor real da economia, e os efeitos foram transmitidos ao sistema financeiro. Foi também nesse período que a Nigéria experimentou alguns ganhos extraordinários devido aos altos preços do petróleo, resultantes da guerra entre as Forças da Coalizão e o Iraque em 1990. A experimentação com a desregulamentação e a liberalização foi interrompida em 1994 com a chegada da administração militar liderada pelo falecido Abacha (tradução nossa) (Akpan, 2009, p. 4-5).³⁹

Sendo um período de receita alta na Nigéria, o governo federal voltou a regular a economia. A inflação estava em 44,8% no ano de 1992 e um ano após cresceu aproximadamente 27,6%. Entre 1990 e 2000 a Nigéria gastou cerca de US\$10 bilhões, como parte de apoio diplomático e intervenção militar em países da África Ocidental, buscando restaurar e manter a democracia nesses países, especialmente em Serra Leoa e na Libéria (Ikein, 2017). Esses recursos utilizados para levar a democracia para outros países eram oriundos do petróleo, tendo em vista a alta do valor no mercado internacional.

Adicionalmente, Pereira (2008, p. 62) afirma que “[...] toda a exploração, desde 1956, não melhorou a vida da população nigeriana, muito pelo contrário. Os rios do delta do Rio Níger, por onde passavam cursos d’água límpida e abundante de peixes”.

A poluição causada pela extração do petróleo transpassa os rios. Em diversos pontos do território, florestas foram derrubadas para a construção das empresas e áreas de pesca foram tomadas para a exploração. Diversos pescadores tentaram trabalhar no ramo petrolífero, porém as grandes empresas costumam trazer trabalhadores estrangeiros, deixando de contribuir para a geração de empregos no país. Durante a extração, uma enorme quantidade de gás natural é liberada, a melhor opção para o meio-ambiente é armazenar ou reinjetar o gás nos poços. Para

³⁹ No original: Within the 1990s which might be described as a period of reversals and lost opportunities; the series of reforms and reversals of the late 1980s took its toll on the real sector of the economy and the effects were transmitted to the financial system. This was also the period Nigeria experienced some windfall gains from the strong oil prices as a result of the Coalition Forces/Iraqi war of 1990. The experimentation with deregulation and liberalization was truncated in 1994 with the advent of the military administration led by late Abacha (Akpan, 2009, p. 4-5).

as empresas, essas medidas são mais custosas e o mais barato é a queima a céu aberto, liberando gases para a atmosfera, aumentando o efeito estufa e provocando chuva ácida. Além de causar e agravar doenças respiratórias nos moradores vizinhos, a chuva polui o solo, matando microrganismos essenciais para a fertilização, libera alumínio e metais pesados para o solo e contamina a comida e água da população local (Pereira, 2008).

4.3 A OPEP e os choques externos

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi fundada em 1960 como uma reação política à tentativa de controle dos preços do mercado internacional do petróleo que as empresas multinacionais ocidentais tentavam impor (Pereira, 2008). Os preços do petróleo tendem a ser controlados pela OPEP, tentando regular e estabilizar melhor os preços. Quando um produtor coloca muito produto à venda, abaixa o valor, e a OPEP tenta interferir na estabilização do preço do petróleo. A Nigéria tornou-se membro da OPEP em 1971, desfrutando do boom do petróleo (Ikein, 2017). Durante esse primeiro boom do petróleo, a região Ogoni⁴⁰, possuía quase 15% das produções de petróleo da Nigéria (Watts, 2004).

Em 1973, o petróleo passa pelo seu primeiro choque, trazendo impactos e efeitos intensificados em 1974. O choque surgiu pela Guerra do Yom Kippur⁴¹, quando a OPEP decidiu cortar a produção de petróleo, impondo embargo contra os países que estavam apoiando Israel, em consequência, o preço internacional do barril quadruplicou entre 1973 e 1974 (Pereira, 2008). O aumento do preço do petróleo foi benéfico para a Nigéria, tendo um crescimento abrupto na receita de petróleo, desde o primeiro choque de petróleo, o combustível tem produzido anualmente mais de 90% da renda de exportação da Nigéria (Falode, 2012).

Por exemplo, em 1976, a produção e venda de petróleo caiu 20,7% devido a uma recessão súbita nas economias ocidentais. Essa redução na demanda reduziu significativamente as receitas do governo; conseqüentemente, em 1983, o mercado de petróleo sofreu um grave excesso de oferta. O boom na produção na década de 1970 coincidiu com a alta dos preços mundiais. Por sua vez, uma mudança no equilíbrio de poder permitiu ao governo ampliar as condições sob as quais as empresas exploravam o petróleo. Como resultado, a receita nigeriana com petróleo disparou de N176 milhões em 1970 para N1,4 bilhão em 1973 e para N12,86 bilhões em 1980 (tradução nossa) (Ikein, 2017, p. 401)⁴²

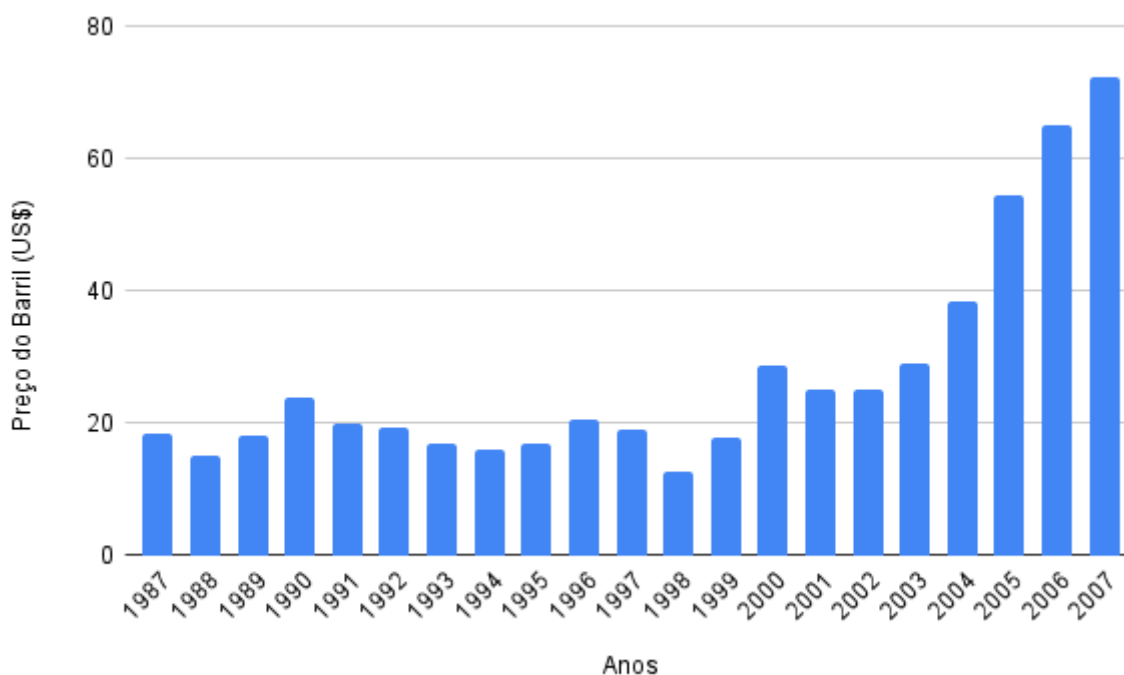
⁴⁰ Localizada no Estado de Rivers (Rivers State), na região central do Delta do Níger.

⁴¹ Foi um conflito que ocorreu em outubro de 1973 entre Israel e o Egito e a Síria. Recebeu esse nome por começar no dia do Yom Kippur, um feriado judaico importante, quando a Síria e o Egito fizeram um ataque surpresa buscando recuperar territórios antigamente perdidos (Silva, 2022).

⁴² No original: For example, in 1976 the production and sale of oil dropped by 20.7 percent because of a sudden recession in Western economies. This reduction in demand cut government revenues significantly; consequently, in 1983 the oil market experienced a serious glut. The 1970s boom in production coincided with the surge in world prices. In turn, a shift in the balance of power enabled the government to broaden the terms on which the companies

Em 1979, aconteceu o segundo “choque do petróleo”, causado pela revolução iraniana⁴³. Nesse momento, a produção de petróleo é tão afetada que não atende as necessidades internas, então, o Irã acaba praticamente fora do mercado internacional. Com a segunda maior exportadora de petróleo não produzindo tanto, o preço do barril sobe em níveis exorbitantes, agravando a recessão da economia mundial na troca de décadas.

Gráfico 1: Preço médio do barril do petróleo (US\$)



Fonte: Elaborada pela autora, a partir de EIA, 2025⁴⁴

Os dados encontrados referente ao preço do barril do petróleo pela EIA começaram somente em 1987. A invasão de Saddam Hussein do Kuwait na conhecida Guerra do Golfo em 1990 foi um dos choques do petróleo registrados pela EIA, tendo sua alta no valor de US\$ 23,76/barril em 1990 e caindo ao longo dos anos até sua volta a crescer no ano de 1995, como é possível observar no gráfico 1. Uma nova queda drástica é observada em após 1997, enquanto uma crise na Tailândia foi instaurada diminuindo absurdamente a demanda por petróleo em todo o sudeste asiático.

lift oil. As a result, Nigerian revenue from oil rocketed from N176 million in 1970 to N1.4 billion in 1973 and N12.86 billion by 1980 (Ikein, 2017, p. 401)

⁴³ O Xá Reza Pahlevi (1919-1980) e foi instaurada uma república islâmica no Irã, sob a presidência do aiatolá Khomeini que promoveu renegociações dos contratos de exploração das companhias estrangeiras no território (Pereira, 2008)

⁴⁴ Salientamos que o petróleo extraído da Nigéria não é o Brent, porém seu valor é similar e utiliza-se o Brent para determinar o preço academicamente.

A produção do petróleo seguiu em seu ritmo, na medida em que a demanda global como um todo diminuiu, principalmente na região da crise. Em 1998, o preço médio do barril foi de US\$ 12,72. Nos anos seguintes o preço deu uma estabilizada e desde 2002 quando marcou US\$ 25,02/barril o preço médio não para de subir. No ano de 2007, marcou US\$ 72,39/barril. Com isso, é evidenciado as flutuações do preço do petróleo no mercado internacional, demonstrando sua instabilidade. A dependência do petróleo com essas configurações se torna assustadora à medida que o desenvolvimento do país necessita de uma receita governamental positiva.

4.4 Dependência estrutural e má gestão de renda petrolífera

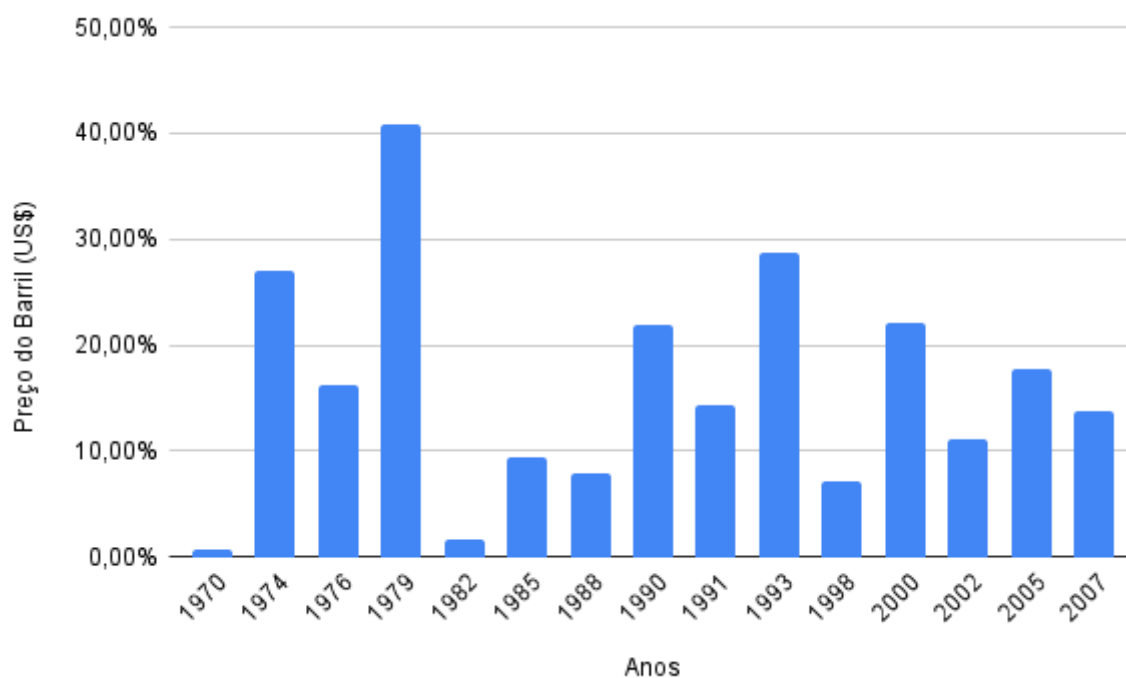
Visto no capítulo anterior o histórico dos governantes da Nigéria, é possível observar uma clara dependência ao petróleo quanto diversos governadores tentaram consertar a diversidade das exportações. Apesar das tentativas, a economia da Nigéria se mostrou altamente vulnerável aos preços internacionais do petróleo.

Há sempre um padrão de aumento na renda nacional por meio de maiores ganhos com exportações em períodos de alta nos preços do petróleo, seguido por uma compensação com baixa renda durante períodos de preços baixos do petróleo. Assim, existe uma relação direta entre as variações dos preços do petróleo e os padrões de receitas e despesas do governo (Ikein, 2017, p. 397).⁴⁵

A economia nigeriana é altamente dependente das flutuações do mercado externo, coisas que estão além do controle dos governantes que devem estipular políticas públicas. A variável mais importante que influencia a economia do país é o preço do petróleo. Essa dependência extrema se mostrou altamente arriscado, ao analisar as políticas aplicadas pelos presidentes conseguimos observar gastos exorbitantes. O PIB, então, acompanha as flutuações do mercado do petróleo, com grandes oscilações ao longo do tempo. Essas alterações do PIB são reflexos não somente da dependência do petróleo mas também da má gestão do país, que passa por diversos regimes militares. Se torna necessário observar as variações da porcentagem do petróleo no PIB. Em anos de choques externos, conseguimos observar uma menor porcentagem de participação.

Gráfico 2: Porcentagem do petróleo no PIB nigeriano

⁴⁵ No original: There is always a pattern of increase in national income through higher export earnings in periods of oil price hikes then offset by low income earnings during periods of lower oil prices. Thus, there is a direct relationship between oil price changes and government revenues and expenditures patterns (Ikein, 2017, p. 397).



Fonte: Elaborada pela autora, a partir de Banco Mundial (2025).

Com o gráfico 2, conseguimos perceber a enorme inconsistência nas receitas oriundas do petróleo. Em 1979, foi a primeira vez que mais de 40% do PIB era oriundo do petróleo, e as receitas petrolíferas representavam cerca de 82% da receita federal. Essa alta dependência seguiu-se de um grande choque no mercado internacional, quando ocorreu a revolução iraniana, trazendo queda drástica no preço do petróleo. No mesmo ano, a receita federal total em dólares aproximado era de US\$10.912,4 mi⁴⁶, quase 68% foi utilizada em despesas federais (Petroleum Studies Office, 1983). Em 1982 conseguimos observar uma queda drástica na atuação do petróleo, à medida que naquele ano, a produção do petróleo caiu quase pela metade desde 1979. No mesmo ano, a participação do petróleo na receita federal caiu para aproximadamente 65% (Petroleum Studies Office, 1983).

Ikein (2017) demonstra em sua obra a grande dependência nigeriana:

Com o petróleo respondendo por mais de 90% das exportações da Nigéria, 25% do seu PIB e 80% das receitas públicas, uma pequena variação no preço pode ter um impacto significativo no sistema econômico. Um aumento de US\$ 1 no preço do petróleo no início da década de 1990 elevou as receitas cambiais da Nigéria em cerca de US\$ 650 milhões (2% do PIB) e suas receitas públicas em US\$ 320 milhões ao ano. Foi, em grande parte, devido às variações nos preços do petróleo que os valores totais das exportações aumentaram de US\$ 2,1 bilhões em 1972 para US\$ 26 bilhões

⁴⁶ A conversão foi feita de nairas para dólares americanos com base nas taxas médias anuais do Banco Central da Nigéria (CBN) para o respectivo ano.

em 1980, e depois caíram para US\$ 6 bilhões em 1987 (tradução nossa) (Ikein, 2017, p. 400).⁴⁷

A formulação e gestão das políticas públicas na Nigéria se torna difícil à medida que o petróleo oscila no mercado externo. Porém, é de se relacionar a dependência em um commodity com má gestão governamental, como afirma Auty (1993). Ikein (2017, p. 402) cita: “Quaisquer que sejam as diferenças entre exportadores de petróleo como Nigéria, Venezuela, Arábia Saudita, Rússia, Irã e Iraque, todos têm algo em comum: as receitas do petróleo corromperam o sistema político, transformando-o em uma luta mortal pela distribuição dos despojos”⁴⁸. No fim, a alta no preço do petróleo é só uma falsa sensação de riqueza, quando sua inconstância não deixa um país sustentar-se dele. Planos de desenvolvimento são feitos em momentos de alta no petróleo, quando os cofres públicos estão no positivo, porém a continuidade do projeto depende da entrada de recursos contínuos. A dependência petrolífera assolou fortemente a Nigéria em 2000, ela recebeu 99,6% de sua renda de exportação vinda do petróleo, tornando-o o país mais dependente do mundo (Akpan, 2009).

⁴⁷ No original: With oil accounting for more than 90 percent of Nigeria’s exports, 25 percent of its GDP, and 80 percent of its public revenues, a fairly small price change can have a significant impact on the economy system. A \$ 1 increase in the oil price in the early 1990s increased Nigeria’ foreign exchange earnings by about \$650 million (2 percent of GDP) and its public revenues by \$320 million a year. It was largely because of changing oil prices that total exports values increased from \$2.1 billion in 1972 to \$26 billion in 1980 and then bottomed out at \$6 billion in 1987 (Ikein, 2017, p. 400).

⁴⁸ No original: Whatever the differences among oil exporters like Nigeria, Venezuela, Saudi Arabia, Russia, Iran, and Iraq, all have one thing in common: Oil revenues have corrupted the political system, turning it into a deadly struggle for the spoils (Ikein, 2017, p 402).

5 DESENVOLVIMENTO DA NIGÉRIA: ENTRE AVANÇOS E ESTAGNAÇÕES

No capítulo final, trazemos a análise crítica do período de 1970 a 2007 na Nigéria. Como os presidentes lidam com os recursos petrolíferos, o desenvolvimento estrutural da Nigéria e a relevância do petróleo para o avanço da sociedade nigeriana. Foi visto anteriormente o avanço da democracia no país, como a Nigéria lutou para conseguir manter uma democracia estável e livre da corrupção, ao longo de seu processo independente. Os conflitos internos, regimes militares e tentativas de construção da nação demonstram uma história complexa e rica em detalhes.

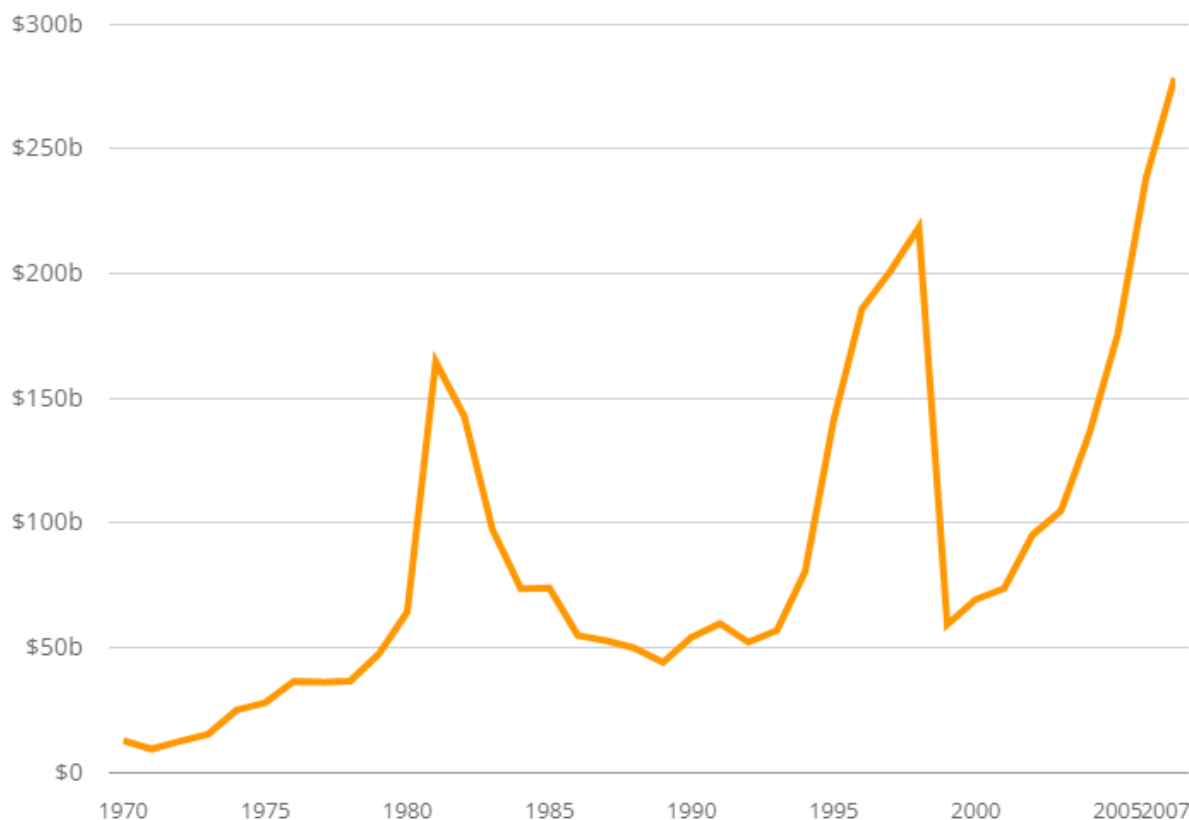
A base histórica da Nigéria abre precedentes para que a população não replique os mesmos enganos. Até o período estudado, a Nigéria não se provou um estado sem corrupção. Olusegun Obasanjo tentou alterar a constituição para que o presidente não se limitasse a dois mandatos, o que prova que mesmo com a quarta república, o poder ainda cega aqueles que o alcançarem na Nigéria.

A população paga o preço de uma má administração, enquanto os governadores desviam os recursos do petróleo. O petróleo na Nigéria, desde sua descoberta, gerou grandes receitas com suas exportações, apesar de seus impactos ambientais e sua instabilidade no mercado internacional. Rapidamente, o petróleo se tornou o foco principal da Nigéria para a exportação. No decorrer do capítulo, analisaremos seu impacto na economia nigeriana e como se deu a administração do petróleo.

5.1 O Petróleo como Promessa de Desenvolvimento

A Nigéria não era um país com grandes exportações, no período prévio à descoberta do petróleo. Antes do boom do petróleo, a Nigéria tinha uma economia de subsistência. Com o início da extração do petróleo comercial, a população e a administração enxergaram um novo futuro para a economia nigeriana. A promessa de que essa descoberta traria grandes avanços para o país foi instaurada.

Kuznets (1934) trouxe o conceito de PIB para medir os avanços econômicos de um estado-nação, sem levar em consideração o desenvolvimento humano. Pela ótica de Kuznets (1934) a Nigéria é um país extremamente instável economicamente. Os avanços econômicos no país se tornaram crescente a partir de sua independência, como podemos enxergar no Gráfico que segue:

Gráfico 3: Evolução do PIB na Nigéria

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Banco Mundial, 2025.

A partir do ano de 1970, conseguimos observar um crescente aumento na produção interna do país. A entrada dos recursos do petróleo em meados de 1973, com o boom do petróleo, trouxe uma riqueza inesperada para a administração, que não entendia como utilizar da receita para o progresso do país. Nesse período, todos os gastos públicos estavam sendo financiados pelas receitas do petróleo. Gowon buscou o desenvolvimento para a Nigéria, porém sua corrupção foi mais alta. A ineficiência pública perante os recursos petrolíferos se mostra com os baixos resultados dos planos de desenvolvimento.

Em 1974, o PIB chegou a US\$ 24,85 bilhões, quase dobrando o valor de 1970. A partir desse ano, o PIB só cresceu, alcançando um exorbitante valor de US\$ 142,77 bilhões no ano de 1982. Nesse mesmo ano, 1982, o preço do petróleo caiu drasticamente e em resposta, Shagari lançou o Ato de Estabilização Econômica, buscando a redução das importações e dos gastos públicos e promovendo a produção local.

No ano de 1988, o PIB nigeriano chegou a US\$ 49,65 bilhões, quase o mesmo valor de 10 anos antes. Essa queda do PIB se deu principalmente pelo quarto regime militar que foi instaurado na Nigéria, no ano de 1983 com o golpe de estado orquestrado por Buhari. Conseguimos observar uma queda no PIB deste ano em diante, até 1998, quando o PIB se concentrou em US\$ 218,42 bilhões, maior PIB já registrado da Nigéria até aquele ano.

Conseguimos observar por essa oscilação do valor do PIB, que os momentos de declínio coincidem com os momentos em que o futuro democrático da Nigéria estava altamente em risco. Em 1983 em diante, foi o maior período em que a Nigéria se manteve em regime militar, com o golpe de Buhari, com um pequeno período de dois meses na 3ª república no ano de 1993. O PIB cresce novamente após 1993, com a entrada de Sani Abacha no governo, porém, o crescimento foi impulsionado principalmente por fatores externos ao controle Nigéria. PTF foi criado por Abacha em 1995, com o objetivo certo de usar as receitas do petróleo para financiar os projetos de desenvolvimento social e infraestrutura, para suprir as carências básicas da população.

Com as grandes receitas petrolíferas entrando na administração nigeriana, a busca pelo desenvolvimento foi natural. Sen (2000) afirma que a necessidade de um desenvolvimento com liberdade, buscando para que a população consiga ser livre para que o desenvolvimento seja completo no país. Gowon no pós-Guerra do Biafra buscou esse desenvolvimento para a população, utilizando dos recursos oriundos do petróleo para reconstruir principalmente a região que foi afetada pela guerra. Ele lançou o SNDP em 1970-1974, buscando a reconstrução do pós-guerra, construção de rodovias federais, expansão de universidades federais e hospitais públicos e desenvolvimento da infraestrutura urbana. Gowon implementou esse programa, causando avanço na sociedade nigeriana, principalmente com a disponibilização de recurso público para a melhoria da qualidade de vida da população. Sen (2000) frisa essa importância para um verdadeiro avanço futuro na sociedade, o que conseguimos observar que terá influência do recurso petrolífero pois sem toda a receita gerada a Nigéria não conseguiria implementar seus programas de desenvolvimento.

Com a saída de Gowon, Obasanjo entrou no poder continuando o projeto de modernização da infraestrutura nigeriana do antigo governo, adotando a educação primária universal no ano de 1970. Construiu usinas hidrelétricas e fábricas estatais, foi no seu governo também que ele conseguiu. Ambos os governos foram imensamente beneficiados com uma receita positiva do petróleo. Foi nesse período que o petróleo se tornou a maior fonte de receita do país. Então, Shagari lançou a revolução verde para a diversificação da economia, o que não trouxe resultado pela baixa aplicação institucional do movimento. Shagari tentou trazer mais

oportunidades para o país, com políticas expansionistas, mas acabou colidindo com déficits fiscais e grande inflação no país.

No governo de Babangida, que iniciou em 1985, foi injetado na infraestrutura grandes investimentos como parte do SAP, que buscou a construção de rodovias e pontes, melhorias no sistema bancário. Em 1987, Babangida traz o MAMSER, promovendo pequenos fazendeiros para a campanha de Comida Primeiro, incentivando os pequenos agricultores a produzirem para a população. A infraestrutura da Nigéria volta a se tornar um ponto importante para seu governador com a reentrada de Obasanjo no poder, com a chegada da 4ª república. Criou o NDDC em 2000, para promover as formas de desenvolvimento no Delta do Níger, maior produtor de petróleo, mas ainda era uma das regiões menos desenvolvidas na Nigéria. Em 2004, foi criado o projeto NEEDS, como base principal para a nova agenda socioeconômica, que promovia o setor privado e investia em serviços públicos.

É clara a tentativa de alguns governadores da Nigéria em levar o desenvolvimento para os setores públicos do país. Além de tudo, a Nigéria não passava somente pela necessidade da melhoria de infraestrutura, tendo em vista que seu grande problema não havia sido resolvido: a construção de uma nação. Vale ressaltar que Cysne (2010) já havia afirmado que a medição do PIB continha restrições sob a ótica do desenvolvimento humano e apesar de desde seu início ter sido utilizado para medir o desenvolvimento de um país, Kuznets sempre se manteve contra essa finalidade.

A busca por desenvolvimento desenfreado pelos presidentes nigerianos então é posta em prova, Sen (2000) determina a necessidade de um desenvolvimento com a população em primeiro plano. A clara falta de prioridades nos governos da Nigéria demonstra que a qualidade de vida populacional não era de se importar pelos governadores, como veremos mais a fundo nos próximos tópicos. Podemos afirmar que uma instabilidade no crescimento econômico de Kuznets (1934) esteja atrelado ao descaso nigeriano com sua população, confirmando a necessidade de um crescimento econômico atrelado a um desenvolvimento social para um futuro próspero para o país.

5.2 A Maldição dos Recursos: O Caso Nigeriano

A riqueza de um país em recursos naturais normalmente traz um desenvolvimento lento do que aqueles menos ricos, conforme Auty (1993). Com essa correlação, Auty (1993) criou a teoria da maldição dos recursos. O fluxo significativo que a abundância em petróleo traz para o país cria incentivos perversos (Karl, 1997), o que para um país já fragilizado institucionalmente e democraticamente pode ser desastroso. A dependência do petróleo é um

destino quase inevitável. É o que conseguimos enxergar no caso da Nigéria. As riquezas oriundas do petróleo foram injetadas no país antes mesmo de que a organização do país estivesse na mão dos nigerianos. Enquanto buscavam a construção de uma identidade nacional, de uma democracia fortalecida e a resolução de conflitos internos, grandes quantidades de receita entravam nos cofres públicos. Isso trouxe muito dinheiro para uma administração que não conseguia lidar com as diferenças étnica-religiosa dentro do país.

A dependência no petróleo foi adquirida desde que o petróleo começou a ser extremamente positivo para as receitas governamentais, no governo Gowon, quando houve o primeiro boom do petróleo. Essa dependência compromete a tomada de decisões do grupo político no poder, pois o governo financia-se diretamente das receitas petrolíferas, trazendo um ciclo de desenvolvimento baseado no oportunismo (Gary, Karl, 2003). Aunty (1993) demonstra que o resultado para a dependência do petróleo é a falha na diversificação da economia.

É nítido observar com os estudos da história do governo nigeriano a enorme mancha: a corrupção exacerbada. Ao longo dos anos, conseguimos observar alguns dos presidentes que não buscaram o desenvolvimento da Nigéria, que tiveram seu governo manchado por grandes corrupções e nada de avanços públicos. Uma prática comum para os governos petrolíferos é o rent-seeking, citado por Gary e Karl (2003), que se caracteriza basicamente como corrupção, no qual as pessoas buscam o poder por causa das receitas oriundas do petróleo. Gowon, apesar de tentativas de desenvolvimento, teve a entrada de grandes receitas petrolíferas sem um planejamento eficaz. Shagari, que entrou no poder em 1979, utilizou do orçamento público para recompensar aliados políticos, com acusações de desvio de recursos de seus programas de infraestrutura. Em 1985 entra Babangida no poder, e seu governo foi marcado por favorecimentos políticos em todos os setores do governo, com uma conhecida corrupção institucionalizada. Sani Abacha, a partir de 1993, também não fica para trás em sua participação no rent-seeking, tendo sido um grande regime militar autoritário, ele monopolizou as decisões econômicas do país. Esse padrão trouxe a cultura de enriquecimento por meio político para a Nigéria.

A busca por independência do petróleo foi sim um dos pontos bastante citados ao longo da história da Nigéria. Apesar de ter aumentado sua dependência no petróleo, Gowon teve esforço explícito para a diversificação econômica no país, com o Programa Nacional de Produção de Alimentos em 1972 e o decreto de Indigenização no mesmo ano, o primeiro para estimular a agricultura e o segundo para fortalecer as empresas locais. Murtala, em 1975, lançou o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, buscando principalmente a redução da dependência do petróleo, diversificação econômica e o desenvolvimento agrícola e expansão

da infraestrutura. O pequeno período de Murtala no poder não permitiu que seus planos tivessem continuidades. Shagari criou a revolução verde, buscando a autossuficiência da Nigéria em alimentos e diversificação na economia nacional, tendo em vista o fim do boom do petróleo em 1981. Babangida estimulou a economia com a implementação do SAP doméstico e Obasanjo com o plano NEEDS. Porém, o resultado foi ínfimo de seus esforços, tendo em vista que a dependência do petróleo só aumentou. É importante lembrar que a Nigéria produz petróleo bruto, não havendo refinarias equipadas o suficiente (no período analisado na presente pesquisa, entre 1970 e 2007) para que consiga utilizar de seu próprio petróleo, a fazendo refém do petróleo estrangeiro. Apesar dos estímulos, a agricultura na Nigéria não foi desenvolvida, pela grande dependência do petróleo, Ikein afirma que,

Independente das explosões no preço do petróleo, dos excedentes ou de circunstâncias imprevistas no mercado, a base principal de receita do governo nigeriano continuará dependente do petróleo, a menos que ocorra uma mudança drástica na diversificação das exportações (Ikein, 2017, p.401)⁴⁹

Os governos nigerianos se vislumbraram com as receitas altas nos momentos do boom do petróleo, e a má planejada utilização de seus recursos trouxe consequências negativas para a população nigeriana. Gastos eram feitos com a projeção de uma receita inconstante no mercado internacional. Os preços do petróleo, como visto anteriormente, são inteiramente voláteis, dado que qualquer mínima coisa no sistema internacional cause uma desestruturação do mercado do petróleo. São diversos fatores que comprovam a necessidade de uma diversificação da economia, a dependência petrolífera aumentou a corrupção e desacelerou o desenvolvimento na Nigéria.

Os desafios que a Nigéria enfrenta estão além da má gestão do recurso oriundos do petróleo. Desde sua colonização, o território nigeriano passa por pequenas disputas territoriais, tendo em vista a junção de tantas etnias em um só local. A desigualdade regional também entrava em cena à medida que as etnias que estavam mais próximas se ajudavam, trazendo rivalidades entre regiões. A região do Delta do Níger é a região mais rica de petróleo, porém, a quantidade da população é reduzida, trazendo pouco poder político e conseqüentemente pouco poder de tomada de decisões. Esse local se torna inteiramente disputado à medida que seus recursos são importantes para todos. A sua tentativa de se tornar independente enquanto um governo nortista tomava conta foi duramente reprimida, à medida que o governo não poderia

⁴⁹ No original: Irrespective of oil booms, gluts, and unforeseen market circumstances, the Nigerian government's major revenue base will remain oil dependent unless there is a dramatic change in export diversification (Ikein, 2017, p. 401).

permitir a separação de tanto petróleo do território nigeriano. Assim, conseguimos observar uma relação entre conflitos internos na Nigéria e a presença abundante de petróleo na região, como cita Karl (1997).

5.3 Indicadores de Desenvolvimento

Buscando entender melhor o desenvolvimento da Nigéria, se faz necessário a utilização de índices e dados, comparando o PIB e o IDH, mesclando o âmbito econômico com o social. Utilizaremos de dados perante a qualidade de vida e educação da população nigeriana ao longo dos anos, buscando compreender como se deu seus avanços econômicos no âmbito social do país. A necessidade de uma ótica social perante o desenvolvimento se dá quando Sen (2000) afirma que o crescimento econômico de nada serve se não interligado a políticas públicas de desenvolvimento. Além dos estudos de Kuznets (1964), precisamos abordar a ótica de Haq e Sen (1990) que criaram o índice de desenvolvimento humano como medidor. o IDH engloba as três dimensões básicas do desenvolvimento: renda, educação e saúde. A população mundial e seus governadores costumam olhar para o desenvolvimento com somente uma variante, a renda. O IDH trouxe outra visão para o mundo em relação ao desenvolvimento, tendo em vista que foi a primeira vez que o desenvolvimento não era baseado inteiramente na renda nacional.

Como foi observado no gráfico 3, apesar de grandes inconsistências no PIB nigeriano, é possível observar períodos em que seu PIB está crescente ou em constância maior. Picos podem ser encontrados nos anos de 1982 e 1998, seguidos por quedas no PIB nos anos subsequentes, menos a partir de 2001 em que o valor está crescente até 2007. A grande inconstância no futuro da Nigéria traz o questionamento do desenvolvimento, apesar que seu valor crescente a partir de 2001 pode nos mostrar um avanço em seus resultados em prol do desenvolvimento.

Afirmar um subdesenvolvimento analisando somente os dados do seu país não condiz pesquisa aprofundada. A título de comparação, nesse mesmo período em que a Nigéria esteve com seus maiores PIB (1982 e 1998), as duas nações mais ricas, Estados Unidos e Japão, concentravam respectivamente um PIB de US\$ 3.34 trilhões e US\$ 9.06 trilhões e US\$ 1.16 trilhões e US\$ 4.1 trilhões, nos mesmos anos (Banco Central, 2025). Assim, fica nítido que apesar das grandes entradas de recursos do petróleo, seus avanços não são tão significativos a ponto comparativo mundial. Caracterizando-a como uma economia subdesenvolvida. É possível a análise de uma sociedade um pouco mais semelhante à mesma, a África do Sul, que apesar de não ter grandes reservas de petróleo tem um aparato histórico mais parecido com a história nigeriana. A economia da África do Sul não diferencia-se muito da economia nigeriana,

tendo períodos em que a Nigéria está maior e vice e versa. Em 1982, quando a Nigéria passava de cem bilhões, a África do Sul não conseguia chegar a esse valor, a diferença segue em uma proporção parecida no outro pico do PIB nigeriano. Nas grandes baixas do PIB, como em 1986 e 2000, a Nigéria acumulava pouco menos que setenta bilhões de dólares, enquanto a África do Sul tinha um PIB de US\$ 73.35 bilhões em 1986 e US\$ 151.75 bilhões em 2000 (Banco Central, 2025).

É de se observar que os picos no PIB nigeriano, em 1982 e 1998, a participação do petróleo no PIB foi baixíssima, sendo 7,10% e 1,57% respectivamente, de acordo com o gráfico 2. Podemos associar que no ano de 1998, o preço do barril do petróleo estava em uma das suas maiores baixas, de acordo com o gráfico 1. Pode-se questionar se a queda da participação do petróleo não tem uma correlação com o aumento do PIB na Nigéria, tendo em vista que seus momentos mais baixos de participação a Nigéria estava em seu auge no PIB. Podemos apontar também que, em 2000, o PIB da Nigéria diminuiu drasticamente do seu valor anterior, chegando a US\$ 69.17 B, enquanto a porcentagem da participação do petróleo passou dos 20%. É curioso notar essa proporção inversa nas relações, se a participação do petróleo no PIB diminuiu tanto, e é a sua maior fonte de receita, como o PIB nigeriano cresceu tanto e porque essas atitudes não podem ser replicadas em contextos normais do petróleo?

O IDH começou a ser medido e divulgado a partir de 1990, quando foi criado por Haq e Sen. O índice vai de 0, extremamente subdesenvolvido, a 1, o país sendo extremamente desenvolvido. O IDH foi criado em conjunto com o pensador do desenvolvimento com liberdade, Sen (2000), devendo ser utilizado para medir esse desenvolvimento. Assim, conseguimos observar pelos dados na tabela a seguir que a evolução do IDH da Nigéria foi ínfima ao longo dos anos.

Tabela 3: A evolução do IDH na Nigéria (1990-2007)

Anos	IDH
1990	0.379
1991	0.383
1993	0.393
1998	0.419
2000	0.435

2002	0.451
2005	0.484
2007	0.492

Elaborada pela autora, a partir de PNUD, 2025

Desde o início da sua medição na Nigéria, o valor não sai de um IDH baixo, até o período da pesquisa. Em 1990, a Nigéria estreou com 0.379 de IDH, em 1998, seu IDH estava a 0.419. Em 1993, conseguimos observar um PIB maior na Nigéria, porém, os avanços no IDH só são observados inteiramente a partir dos anos 2000. Samuelson (1950) afirmou não existir uma relação clara entre o crescimento do PIB e o aumento da qualidade de vida, e conseguimos enxergar que não tem uma relação a partir do momento que o PIB nigeriano cresceu drasticamente e o IDH seguiu em níveis muito baixos. O valor do IDH cresce constantemente ao longo dos anos, apesar de não de maneira exorbitante quanto suas riquezas poderiam proporcionar. Conseguimos trazer, a título de comparação, os dados de IDH da África do Sul. No ano de 1990, a África do Sul tinha 0.633 de IDH, em 1998, o IDH cresceu a 0.634, foi demonstrado um menor desenvolvimento humano na África do Sul (PNUD, 2025). Uma comparação com a outra maior potência do continente africano se mostra pertinente. Enquanto a Nigéria tem o IDH considerado baixo, a África do Sul se concentra no IDH médio, demonstrando uma maior igualdade no território.

Outro fator importante para a análise do desenvolvimento humano é a expectativa de vida de um país no momento em que você nasce. Pelo PNUD, a Nigéria passou a década de 1990 com a expectativa de vida não passando de 46 anos. Até o ano de 2007, a Nigéria não conseguiu chegar à expectativa de 50 anos (dados coletados de 1990 a 2007) (PNUD, 2025).

Em 1976, Obasanjo declara a educação primária universal no país, trazendo milhares de crianças para os colégios. Além disso, universidades foram criadas buscando uma especialização principalmente para a futura mão de obra da Nigéria. A taxa de alfabetização da Nigéria é limitada aos anos de 1991, 2003 e 2006. Em 1991 e 2003, a taxa era de 55% das pessoas adultas com 15 anos ou mais, em 2006 a taxa eleva-se para 70% da população (Banco Mundial, 2025). A título de exemplo de uma taxa de alfabetização alta é a Itália que no ano 2001 teve uma taxa de 98% (Unesco, 2025).

A descoberta do petróleo trouxe muitos benefícios, porém, a má administração não o deixou prosperar. A falta de participação civil na política, a pequena taxa de alfabetização, o IDH em nível baixo e a inconstância do PIB demonstram a desorganização e falta de objetivos

claros nos governos nigerianos. O desenvolvimento com liberdade defendido pelo Sen (2000) gira em torno da qualidade de vida da população, com os três pilares essenciais necessitando de atenção política para o desenvolvimento. Os dados demonstrados acima nos trazem uma visão de pouco desenvolvimento, apesar do crescimento econômico. Pela perspectiva de Sen (2000), a Nigéria não pode ser considerada uma nação com desenvolvimento com liberdade. As marcas dos regimes militares e a falta da participação da população na política demonstram mais ainda a falta de comprometimento dos governos nigerianos com a sociedade civil. Sen (2000) traz a necessidade do comprometimento dos governadores nigerianos para com a população e que o desenvolvimento só seja almejado quando a desigualdade social fosse resolvida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar como ocorreu a exploração do petróleo na Nigéria e sua influência no desenvolvimento humano da região. Após a análise dos regimes presidenciais, dos indicadores econômicos e das políticas econômicas da Nigéria, entre 1970 e 2007, conclui-se que a exploração do petróleo não resultou em avanços consistentes nos indicadores de desenvolvimento, transparecendo um padrão de concentração de riqueza e grande fragilidade institucional. Fica nítido, com a pesquisa feita, que a abundância de recursos naturais não garante, por si só, o progresso de uma nação.

A análise do caso nigeriano foi embasada em conceitos fundamentais para compreender os limites e desafios do desenvolvimento em países ricos em recursos naturais. O Produto Interno Bruto (PIB), embora amplamente utilizado como medidor de crescimento econômico, mostrou-se insuficiente para captar as reais condições de vida da população, conforme alertado por autores como Kuznets e Cysne. Por isso, adotou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto por Haq e Sen, como uma métrica mais abrangente, capaz de considerar dimensões como saúde, educação e renda. Além disso, a ideia de “desenvolvimento com liberdade”, defendida por Sen, foi central para entender que crescimento econômico só pode ser considerado desenvolvimento quando amplia as liberdades reais das pessoas. Por fim, a teoria da maldição dos recursos, apresentada por Auty e aprofundada por Gary e Karl, permitiu compreender como a abundância de petróleo, em vez de ser uma bênção, pode agravar desigualdades e enfraquecer instituições, especialmente em contextos de governança precária. Essa base teórica foi essencial para interpretar a trajetória da Nigéria entre 1970 e 2007, destacando as contradições entre riqueza econômica e atraso social.

A análise demonstra que o crescimento econômico da Nigéria ocorreu de maneira desenfreada e irregular. Apesar de demonstrar picos de valores de PIB, é observado a falta de um crescimento similar ao seu IDH, evidenciando que a expansão econômica não foi atrelada aos investimentos públicos em melhoria da qualidade de vida. Esse padrão endossa o argumento de que a falta de políticas públicas contínuas e fortes resultam em um país subdesenvolvido com potencial. A continuidade do baixo IDH e da baixa expectativa de vida, evidencia mais ainda o fator administrativo como principal agente falho no desenvolvimento da Nigéria. Os ciclos de corrupção desenfreada que mancham a história política nigeriana foi o principal causador de uma economia tão instável, com uma distribuição desigual e um padrão institucional voltado ao ‘rent-seeking’. Com a criação de estados buscando dispersar os centros de poder regionais da oposição, diversos governadores se mostraram frágeis na competição

democrática. Para além de uma má administração, as tentativas constantes em se tornar uma república democrática e as falhas em relação a isso demonstram uma institucionalização fraca dos órgãos nigerianos.

A herança colonial da Nigéria se destrincha em sua história. Grandes falhas na organização administrativa podem ser enxergadas como uma repetição de atitudes coloniais. Em seu momento como colônia, a Nigéria se via totalmente entregue às mãos britânicas, enquanto após sua independência, o futuro da Nigéria se concentrava nas mãos da elite do país. Além de seu papel como grande produtora de petróleo, a atribuição e presença de empresas estrangeiras evidenciaram esse papel de colônia, quando a principal fonte de renda do país está em mãos estrangeiras.

Confirma-se a hipótese de que, apesar da riqueza potencial oriunda do petróleo, a má gestão e a corrupção impediram que os recursos se transformassem em desenvolvimento humano efetivo. Como foi demonstrado no capítulo 5, apesar do crescimento do PIB e do aumento das receitas do petróleo, permaneceram estagnados os indicadores sociais. Observou-se que sucessivamente os governos nigerianos buscaram transformar a riqueza natural em políticas públicas eficazes, essas iniciativas falharam em trazer o desenvolvimento desejado para o país. A abundância de recursos naturais, no contexto nigeriano, reforçou a má governança e as práticas de rent-seeking, agravando o subdesenvolvimento institucional e impedindo avanços concretos no bem-estar da população, conforme aponta a teoria da maldição dos recursos. Conclui-se, portanto, que a corrupção e a má alocação de recursos petrolíferos comprometeram a alocação de recursos para o desenvolvimento, trazendo a dependência do petróleo.

Conforme discutido na seção final do trabalho, a aplicação dos conceitos de Amartya Sen e a teoria da maldição dos recursos evidenciou que o crescimento econômico da Nigéria não pode ser traduzido como um desenvolvimento humano. Previsto por Karl e Gary, a riqueza oriunda do petróleo intensificou a dependência econômica no setor, favorecendo práticas de rent-seeking. A teoria do desenvolvimento com liberdade de Sen mostrou-se útil para a interpretação dos baixos níveis dos indicadores sociais, revelou que o progresso econômico sem a devida atenção à democratização dos recursos não gera liberdade para a população. A aplicação dessas teorias fundamenta a hipótese apresentada.

Esta pesquisa se mostra relevante ao propor uma análise integrada dos aspectos econômicos, sociais e políticos do desenvolvimento nigeriano, conectando a gestão dos recursos naturais com os indicadores sociais que afetam a população. Enquanto a maior parte dos estudos sobre a Nigéria concentra-se em casos isolados, como os conflitos armados no

território, a performance econômica ou regimes políticos. Este trabalho observa o desenvolvimento humano da Nigéria sob as três ópticas, interligando as três grandes questões nigerianas, com uma perspectiva crítica e comparativa. Assim, este trabalho consegue complementar os estudos já realizados sobre a Nigéria.

Nesta pesquisa, a análise reforça a importância de conceitos como “maldição dos recursos” e “desenvolvimento com liberdade” para a compreensão das contradições vividas por países dependentes do petróleo, principalmente em contextos de fragilidade institucional e econômica. Aplicando essas teorias, a pesquisa oferece uma análise abrangente e bem fundamentada para a compreensão das contradições que enfrentam as economias ricas em recursos, mas frágeis em termos institucionais. Portanto, esta pesquisa pode servir como base para futuros estudos e debates sobre desigualdade social em economias dependentes de commodities, conseguindo contribuir para o aprimoramento de políticas voltadas à gestão responsável de recursos naturais em países em desenvolvimento.

É necessário observar que, apesar das limitações que essa pesquisa encontrou, os resultados obtidos demonstram uma coesão de fatos. A primeira das limitações está concentrada no recorte temporal escolhido. O período de 1970 a 2007, apesar de contemplar os principais booms do petróleo, não abrange reformas posteriores relevantes para o desenvolvimento, como a consolidação do NEITI Act e a aprovação da Petroleum Industry Act em 2021. Outra limitação diz respeito a metodologia que foi adotada, baseada exclusivamente em fontes secundárias e análise documental. A falta de acesso a dados primários para o enriquecimento da pesquisa restringiu o aprofundamento dos impactos diretos na população nigeriana. Além disso, a pesquisa enfrentou dificuldade de acesso a dados antigos e mais profundos em relação à Nigéria, o que limitou a avaliação das desigualdades internas. Destaca-se também, que a opção por uma abordagem qualitativa e centrada exclusivamente no caso nigeriano invés de buscar por uma análise comparativa, poderia ter ampliado o entendimento sobre os fatores que permitem, ou não, a conversão da riqueza natural em desenvolvimento humano.

Com base nas limitações levantadas, torna-se necessário o aprofundamento de pesquisas que explorem o desenvolvimento da Nigéria após o período estudado, principalmente com o avanço institucional em relação à distribuição dos recursos de petróleo que a Nigéria passou na sua quarta república. Também é necessário estudos que vão analisar de forma comparativa a Nigéria com outros países exportadores de petróleo, com trajetórias distintas, para compreender até que ponto a qualidade da governança determina os efeitos da abundância de recursos sobre o desenvolvimento humano. Por fim, investigações com base empírica mais direta, com a inclusão de entrevistas locais e análises desagregadas por região, poderiam contribuir para uma

visão mais precisa das desigualdades sociais e territoriais, que foram causadas ou agravadas pela má gestão da renda petrolífera.

Atualmente, na última pesquisa realizada pelo Banco Central em 2020, a Nigéria acumulou aproximadamente US\$432,2 bilhões, considerado médio (Banco Central, 2025). Enquanto que no mesmo ano, seu IDH seguiu muito baixo em 0,36, espelhando o histórico do desenvolvimento humano desde 1990 (Banco Central, 2025).

O caso nigeriano evidencia que o verdadeiro desenvolvimento não depende apenas das riquezas naturais, mas da capacidade estatal de transformar essa riqueza em liberdade, dignidade e acesso real a direitos básicos. Quando a governança é frágil, até os recursos mais valiosos se tornam agentes da desigualdade. Na Nigéria, a promessa de um desenvolvimento humano permanece não cumprida.

REFERÊNCIAS

ABARIGWE, A. U.; OJO, O. E. *Nigeria foreign policy during Murtala Mohammed: A historical perspective*. 2018.

ADU, Aluko. *An examination of Military Regimes and Development in Nigeria: Strength and weaknesses, 1966-1979*. 2023.

AKPAN, E. O. *Oil resource management and food insecurity in Nigeria*. Paper presented at the European Report on Development (ERD) Conference, Accra, Ghana, 2009.

ALUTHGE, C.; JIBIR, A.; ABDU, M. *Impact of government expenditure on economic growth in Nigeria, 1970–2019*. CBN Journal of Applied Statistics, v. 12, n. 1, p. 139–174, 2021.

AUTY, R. M. *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. London: Routledge, 1993.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Washington, D.C., 2012.

CYSNE, R. P. *PIB, Política e Bem-estar*. Conjuntura Macroeconomia, 2010.

DE OLIVEIRA, G. Z.; FILIPPI, E. E. *Economia política internacional e o petróleo na Nigéria*. Tensões Mundiais, v. 9, n. 17, p. 109–128, 2018.

DYE, T. R. *Understanding Public Policy*. 14. ed. Pearson Education, 2013.

ESTHER, E. *Corruption in Nigeria: An Assessment of Fuel Subsidy in the Buhari Administration*. IJ-HuMaSS, 2024.

FALODE, A. J. *The Military and Political Development in Nigeria: The General Sani Abacha Regime, 1993–1998*. 2018.

FALODE, A. J. *The state and nation-building in Nigeria, 1967 – 2007: A Historical analysis*. Tese de Doutorado. Universidade de Lagos, 2012.

FALODE, A. J.; BOLARINWA, J. O. *A Reconstructor and Nation-Builder: General Yakubu Gowon and Socio-Political Development in Nigeria, 1966–1975*. SSRN Electronic Journal, 2019.

FALOLA, T.; HEATON, M. *A History of Nigeria*. Cambridge University Press, 2008.

GARY, I.; KARL, T. L. *O fundo do barril: o boom do petróleo na África e os pobres*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

HAQ, M. *The 'Trickle-down' Myth*. In: *The Challenge of a Changing World*. Oxford University Press, 1996.

HANEDAR, E.; MUNKACSI, Z. *Designing expenditure policy conditionality in IMF-supported programs*. Washington, D.C.: IMF, 2025.

- HENNCHEN, E. *Royal Dutch Shell in Nigeria: Where Do Responsibilities End?* Journal of Business Ethics, v. 129, n. 1, 2015.
- IKEIN, A. A. *Nigeria oil & external exposure: the crude gains and crude pains of crude export dependence economy.* The Business and Management Review, v. 8, n. 4, p. 396, 2017.
- JAMES, H. *The death throes of oil.* Project Syndicate, 3 fev. 2016.
- JEMIRADE, D. *Transformations in Nigeria's foreign policy: from Balewa to Obasanjo.* African Journal of Political Science and International Relations, v. 14, n. 3, p. 126–139, 2020.
- KARL, T. L. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States.* Berkeley: University of California Press, 1997.
- KUZNETS, Simon. *National Income, 1919–1938.* New York: National Bureau of Economic Research, 1941.
- KUZNETS, S. *National Income, 1929–1932.* New York: National Bureau of Economic Research, 1934.
- KUZNETS, S. *Population and Economic Growth.* Proceedings of the American Philosophical Society, v. 111, n. 3, 1967.
- LARRY, S. I. *Ethnicity and democracy in Nigeria: a study of the Fourth Republic, 1999–2015.* African Journal of Culture, History, Religion and Traditions, v. 7, n. 2, p. 68–76, 2024
- LOVEJOY, P. E. *Historical Setting.* In: METZ, H. C. *Nigeria: a country study.* Washington: Library of Congress, 1992.
- LUGARD, Frederick. *The Dual Mandate in British Tropical Africa.* 5. ed. London: Frank Cass & Co., 1965.
- MAISHANU, A. S. *An appraisal of the development of petroleum laws in Nigeria.* 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculty of Law, Ahmadu Bello University, Zaria, Kaduna, Nigeria, 2021
- MONIÉ, F. *Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África Subsaariana.* In: MONIÉ; BINSZTOK (org.). *Geografia e geopolítica do petróleo.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- NUGENT, P. *Africa since independence: a comparative history.* New York: Palgrave, 2004.
- NURUDEEN, A; USMAN, A. *Government expenditure and economic growth in Nigeria, 1970–2008: a disaggregated analysis.* Business and Economics Journal, v. 2010, jun de 2010.
- OBI, C. *Nigeria's Niger Delta: understanding the complex drivers of violent oil-related conflict.* Africa Development, Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa, v. 34, n. 2, p. 103–128, 2009.
- OBI, C. I. *Oil and development in Africa: some lessons from the oil factor in Nigeria for the Sudan.* DIIS Report 2007:8. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2007.

OGBUKE, M. U.; OFOEGBU, R. C.; NGWU, L. U. *Policy Discontinuity and Poverty in Nigeria*. ESUT Journal of Social Sciences, v. 5, n. 1, 2020.

OLADIMEJI, T. *An Assessment of Foreign Policy Decision-Making during General Sani Abacha Regime in Nigeria*. Al-Hikmah University, 2024.

OLOMOLA, A. *Fifty years of post-independence development in Nigeria: a critical review*. Dakar: IDEP, 2011.

OLIVEIRA, G. Z. de. *O papel da Guerra de Biafra na construção do Estado nigeriano: da independência à segunda República (1960–1979)*. Monções, v. 3, n. 6, p. 228–253, 2015.

PEREIRA, E. M. *O ouro negro: petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX*. Outros Tempos, v. 5, n. 6, p. 81–96, 2008.

PETROLEUM STUDIES OFFICE. *Recent developments in Nigeria's oil industry and their implications for government finance*. Economic and Financial Review, v. 21, n. 1, 1983, p. 4.

RICHIFA. *An Appraisal of Nigerian Foreign Policy under Yakubu Gowon Regime, 1966–1975*. 2021.

RODRIGUES, D. F.; et al. “*É dando que se recebe?*”: *Dificuldades metodológicas para mensurar a corrupção*. Interfaces Científicas - Direito, v. 4, n. 3, p. 43–58, 2016.

SANNI, M. O. *Poverty and the philosophy of brain drain in Nigeria*. Educational Perspectives, v. 12, n. 3, 2024.

SEN, A. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, B. F. da C. *A guerra do Yom Kippur: uma análise do processo decisório do Alto Comando de Israel nas vésperas do conflito*. 2022. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2022.

SUNDMAN, D. *Northern Nigeria (1900–1914)*. DCStamps, 2025.

TIJJANI, A. *Assesment of Nigeria's Afrocentric foreign policy: a case study of President Olusegun Obasanjo's administration*. International Journal of Advanced Multidisciplinary Research and Studies, [S.l.], v. 4, n. 5, p. 917–921, 2024.

THE WORLD BANK. *World Bank Group - International Development, Poverty, & Sustainability*. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (PNUD). *Human Development Report 1990*.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (PNUD). *Human Development Report 1991*.

UNITED STATES, Congress. *Petroleum and Politics in the Third World: Africa and Latin America*. Congressional Research Service, 2007.

UNIVERSITY OF CALGARY PRESS. *Mapa da Nigéria e a questão territorial e Biafra (1967–1970)*. Manifold

WATTS, M. *Resource curse? Governmentality, oil and power in the Niger Delta, Nigeria*. *Geopolitics*, v. 9, n. 1, p. 50–80, 2004

WORLD ATLAS. *Nigeria - Maps*. 2025